

Políticas Públicas e Relações de Trabalho: estudo sobre o processo e natureza da denominada “Economia Solidária”, enquanto política pública, a partir da investigação de alguns casos concretos.

AUTOR: Edi Augusto Benini

Políticas Públicas e Relações de Trabalho: estudo sobre o processo e natureza da denominada “Economia Solidária”, enquanto política pública, a partir da investigação de alguns casos concretos.

Banca examinadora

Prof.: Orientador: Prof. Dr. Ruben Cesar Keinert

Prof.: _____

Prof.: _____

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

EDI AUGUSTO BENINI

Políticas Públicas e Relações de Trabalho: estudo sobre o processo e natureza da denominada “Economia Solidária”, enquanto política pública, a partir da investigação de alguns casos concretos.

Dissertação apresentada no curso de Mestrado em
Administração Pública e Governo
Área de Concentração: Políticas Públicas e
Transformações do Estado
como requisito para obtenção de título de mestre em
Administração Pública

Orientador: Prof. Dr. Ruben Cesar Keinert

São Paulo

BENINI, Edi Augusto. Políticas Públicas e Relações de Trabalho: estudo sobre o processo e natureza da denominada “Economia Solidária”, enquanto política pública, a partir da investigação de alguns casos concretos. São Paulo: EAESP/FGV, 117 PGS. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração: Políticas Públicas e Transformações do Estado).

RESUMO: Estudar o processo e a natureza de políticas públicas voltadas para a proposta de Economia Solidária, analisando seus limites e contradições. Aborda a questão das relações do trabalho conjuntamente com a questão do Estado, tendo como recorte políticas de trabalho e renda promotoras da autogestão de grupo.

Palavras-chaves: desemprego – relações de trabalho – autogestão – políticas públicas

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pois sem eles dificilmente teria conseguido chegar ao fim de mais uma jornada.

Ao meu irmão Elcio e a Débora, pessoas que de uma forma ou outra contribuíram para a concretização deste projeto.

Agradeço ao professor Ruben Cesar Keinert, pela orientação e pelos caminhos apontados.

Agradeço ainda a todos os amigos da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, especialmente os colegas do mestrado e os integrantes da ITCP-FGV.

Por fim, dedico este trabalho à memória do professor Fernando Cláudio Prestes Motta.

ÍNDICE

Introdução – construindo o objeto de estudo, 7

Capítulo I – Questões histórico-teóricas, 11

1. *Panorama histórico: antecedentes e contexto atual da “Economia Solidária”, 11*
 - a. *Surgimento do cooperativismo no século XIX, 12*
 - b. *Estado de Bem-Estar Social e estatismo, 13*
 - c. *A crise do desemprego: problemáticas e propostas, 14*
2. *Elementos constitutivos da “Economia Solidária” – uma leitura, 17*
3. *Terceiro Setor, economia social, cooperativismo e Economia Solidária – convergências e singularidades, 23*

Capítulo II – Políticas públicas e organização do trabalho, 27

1. *Heterogestão, co-gestão, controle operário e autogestão, 27*
 - a. *Breve revisão conceitual, 27*
 - b. *A autogestão como antítese da lógica burocrática, 31*
2. *Direitos sociais, Estado e rede de proteção social, 34*
3. *A Economia Solidária como uma agenda de políticas pública, 37*

Capítulo III – A Economia Solidária e sua práxis, 61

1. *Estratégia da pesquisa e questões selecionadas, 61*
2. *Processos sociais e as instituições da chamada “Economia Solidária”, 63*
3. *Proposta e prática em análise: a diversidade dos casos e suas problemáticas, 91*

Considerações finais, 99

Bibliografia, 107

Anexos, 111

- Anexo 1 – questionário para gestores*
- Anexo 2 – questões para a dinâmica de grupo*
- Anexo 3 – instrumentos para a Economia Solidária*
- Anexo 4 – áreas e setores da reprodução social*

INTRODUÇÃO – construindo o objeto de pesquisa

Sabemos que no mundo contemporâneo os desafios sociais não são poucos. Entre eles temos a questão do trabalho, especialmente sobre sua qualidade e quantidade de empregos oferecidos. Não raramente, estatísticas de desemprego e subemprego indicam, sobretudo, que uma parcela significativa da população não tem acesso ao trabalho formal assalariado, com carteira assinada, renda estável e alguns benefícios sociais.

Várias questões surgem então nesse mesmo contexto, ora na busca por explicações sobre as suas causas, ora na elaboração de novos caminhos ou estratégias de intervenção, especialmente por meio de políticas públicas.

Para realizar a nossa pesquisa, na perspectiva de chamar atenção para aspectos diferenciados ou pouco abordados da problemática acima apontada (trabalho e desemprego), optamos em elaborar um estudo articulando os temas “relações do trabalho” e “políticas públicas”, dentro de uma proposta que, supostamente, teria uma outra interpretação sobre as causas do desemprego e, como derivação desta leitura, apontando estratégias de intervenção diferenciadas.

Além de lançar outro olhar sobre as raízes do desemprego, tal proposta interessa também, sob o ponto de vista científico, uma vez que ela nasceu, pelo que tudo indica, no seio de alguns movimentos ou práticas sociais, que optaram em incluir desempregados e pessoas marginalizadas a partir da idéia do grupo, e não do indivíduo, ressaltando a idéia de solidariedade entre estes mesmos indivíduos em contraponto as idéias correntes de competição. Tal proposta ganha então, entre os seus intérpretes, a denominação de Economia Solidária.

No entanto, tal concepção tem se mostrado bastante polêmica, uma vez que incorpora os princípios do cooperativismo, chegando quase a ser sinônimo destes, bem como acaba por ser vista como estratégia de transformação social ou mesmo de produção não capitalista, uma vez que enfoca o grupo sem a figura do patrão ou do empresário. Logo, introduz-se a noção de autogestão como principal referência. Sendo assim, sua proposta seria então a de criação de novas relações de trabalho que não o trabalho formal assalariado. Se esta é a sua noção mais forte, que se apura nos debates e leituras sobre Economia Solidária, há que se notar algumas controvérsias. Isto porque o termo em questão indica uma opção que ora se confunde, ora se afasta dos clássicos termos - economia social, cooperativismo e, mais recentemente, terceiro setor. Assim, há também um espaço nebuloso que demanda um esforço de diferenciação conceitual.

Para viabilizar nossa pesquisa, ponderamos e explicitamos alguns pressupostos, permitindo assim explicar mais precisamente como ou sob que ótica estamos entendendo a chamada Economia Solidária.

Dessa forma, foi preciso realizar de antemão uma reflexão teórica sobre como tratar do tema e quais as lacunas existentes, por meio de uma revisão bibliográfica preliminar (consubstanciada no projeto de pesquisa e aperfeiçoada no cap. I do presente trabalho), permitindo assim melhorar nossa questão básica e dar suporte para definir a estratégia de pesquisa, ou seja, como proceder e quais dados coletar na trabalho de campo.

Avançando nesse caminho, para comparar o referencial teórico com o trabalho de campo, procedemos no sentido de discernir sobre alguns pontos, geralmente tratados em conjunto pela literatura específica. Dessa forma, um mapeando mais rigoroso do que vem a ser a chamada “Economia Solidária” (objeto de pesquisa) impõe diferenciar e equacionar um **processo maior**, que pode incluir a mesma (Economia Solidária) e uma **proposta** mais específica: a de constituir uma economia baseada na solidariedade. Assim, a princípio ambos estariam voltados para um objetivo de transformação ou mudança social, ainda que dentro dos atuais marcos institucionais vigentes, sendo o primeiro aspecto essencialmente histórico e vinculado às lutas no campo do trabalho, e o segundo (a proposta propriamente dita) mais específico dos anos 90, especialmente na América Latina, quando é introduzido o próprio termo “Economia Solidária” por parte de alguns intelectuais e organizações, na tentativa de explicar as práticas de formação de grupos solidários para a geração de trabalho e renda.

Em decorrência do exposto acima, traduzimos as variadas definições ou interpretações de Economia Solidária, buscando uma convergência que indica os seguintes eixos: 1) **ações concretas** na direção de se constituir e viabilizar, por meio de lutas e conquistas sociais, empreendimentos autogestionários ou que buscam a autogestão do trabalho por meio de grupos solidários; 2) **proposta teórica e normativa** que inclui na agenda dos debates, por meio dos seus defensores e grupos ativistas, a necessidade de lógicas ou meios alternativos para um modo de vida sustentável ou diferente da lógica capitalista, conjuntamente com uma concepção de mundo que ressalte a necessidade de aprofundar a democracia nas organizações – a autogestão - ou de se construir uma rede de instituições baseada na autonomia / autogestão e na solidariedade entre trabalhadores; 3) **práxis**, tensão permanente que constrói e reconstrói essa prática e esse projeto - de uma economia baseada na solidariedade e no valor do trabalho não subordinado.

Assumimos então, como hipótese de trabalho, que a autogestão é o elemento central e articulador entre a proposta, de uma economia baseada na solidariedade (sob as denominações de Economia Solidária, socioEconomia Solidária ou Economia Solidária autogestionária) e a referência desta em relação aos processos sociais e históricos relacionados à emancipação do trabalho, porém hoje temos um tipo de proposta – a da Economia Solidária – cujo natureza permite sua promoção ou viabilização inclusive pelo Estado.

Uma vez definidos tais pressupostos, passamos então para a etapa principal da pesquisa, realizada por meio de um trabalho de campo.

Neste norte, focalizamos a **práxis da Economia Solidária e sua relação com o Estado**, por meio de **estudo exploratório de práticas** (políticas públicas), recentemente implantadas, por parte de programas governamentais subnacionais, voltados para promover ou tentar promover novas relações de trabalho, tendo como referência a **proposta** da Economia Solidária.

Enfim, para construir toda a argumentação do texto, de início foi realizado (ainda na elaboração do projeto, porém melhorado e aprofundado durante a pesquisa) um breve levantamento histórico e teórico (cap. I), com a perspectiva de evidenciar alguns elementos importantes, que contribuam para o entendimento sobre a que vem a Economia Solidária e por que argumentamos que ela é específica, em relação aos seus congêneres (economia social, cooperativismo e terceiro setor), apesar de algumas sobreposições. Na seqüência, a articulação de questões teóricas com a pesquisa de campo indicou a pertinência de se evidenciar algumas questões genéricas, na perspectiva da relação entre organização do trabalho, políticas públicas e proteção social (cap. II), o que abriu caminho para, a partir do genérico e no transcorrer da pesquisa, entrarmos no específico e concreto do tema estudado: a questão das políticas públicas desenhadas no contexto de promover (ou tentar promover, no sentido da práxis, como já vimos) relações de trabalho diferentes do padrão de trabalho formal assalariado (cap. III), oportunidade na qual analisamos mais pormenor o que se obteve na pesquisa de campo. Trilhando esse caminho investigativo, redigimos então as considerações finais a título de conclusão, redefinindo conceitos e problemáticas.

Reconhecemos ainda que, pela amplitude do tema enfocado, certamente nosso trabalho perdeu em precisão e detalhamento, porém acreditamos que no atual estágio de desenvolvimento da proposta de Economia Solidária como ou enquanto política pública (bem como da sua crítica), foi mais pertinente a realização de **estudo de tipo exploratório e pesquisa qualitativa**, possibilitando assim avançar em termos do conhecimento acerca de políticas públicas daquele tipo, contribuindo também para a elaboração de algumas referências de análise mais adequadas.

CAPÍTULO I – Questões histórico-teóricas

1. Panorama histórico: antecedentes e contexto atual da “Economia Solidária”

De início é preciso evidenciar que **a proposta** de uma economia baseada na solidariedade é, em grande medida, justificada e alicerçada dentro de um amplo processo ou movimento histórico, voltados para a luta pelo trabalho emancipado. Este movimento, segundo a bibliografia consultada, teria início provavelmente no século XIX. Os intérpretes da Economia Solidária colocam-na quase como se fosse uma continuidade natural desse movimento, ponto considerado também discutível. Logo, seguindo nossa forma de tratar o tema em estudo - diferenciando proposta, prática e práxis da Economia Solidária - interessa aqui resgatar também seus antecedentes, porém sob uma outra ótica: a persistência histórica de certas questões, relativas à organização do trabalho e suas lutas, especialmente sua relação com a qualidade do Estado resultante.

Dessa forma, situamos também tal movimento pelo trabalho emancipado, que pode ter outras origens históricas, naquele mesmo ponto de inflexão (século XIX), quando é instituída a organização fabril de forma heterogestionária e suas conseqüentes reações.

Entre estas reações, os intérpretes da Economia Solidária ressaltam aquelas voltadas para outras formas de organização do trabalho (pois esta seria, supostamente, a sua proposta atual), como os movimentos originais do cooperativismo e dos socialistas utópicos, com destaque para Owen (Dobb, 1983 e Singer, 1998), líder de importantes lutas pelo cooperativismo democrático e não assalariado na Inglaterra, e Proudhon (Motta, 1981), considerado o precursor da autogestão. Entre as ações realizadas historicamente (além das cooperativas industriais inglesas), podemos citar ainda as experiências da Comuna de Paris e os Conselhos Operários (GUILLERM e BOURDET, pg. 110, 1997). Ainda é importante considerarmos outras fontes teóricas clássicas, nesse mesmo campo de luta: além de Proudhon ou Owen, tivemos também pensadores como Foureir (GUILLERM e BOURDET, pg. 46, 1997), e, dentro do marxismo, o próprio Karl Marx, Rosa Luxemburg e Anton Pannekoek (GUILLERM e BOURDET, pg. 61, 1997).

Dessa forma, a proposta de outras relações de trabalho - que nos seus primórdios tratava-se do movimento cooperativista e do socialismo utópico (e hoje vem sob a denominação de Economia Solidária) – está referenciada e tende a recuperar certos movimentos sociais concretos (com suas contradições, avanços e retrocessos), principalmente no ambiente operário, aonde sua construção ganha conteúdo substantivo de forma significativa, isto porque que tais movimentos são

fundamentados e originados de uma práxis, de uma crítica que origina uma ação, crítica esta ao modo de produção, então constituído, e suas relações de trabalho, em geral exploratórias (baixo salário, desemprego, precárias condições de trabalho, patologias na saúde do trabalhador de toda a ordem, desproteção social, competição exacerbada). Tal crítica culmina em movimentos de enfrentamento dessa situação, como as greves, reivindicações tanto pela redução da jornada de trabalho como por alguma proteção social (luta para avançar no conteúdo da cidadania, incluindo os direitos sociais) e, em alguns casos, culmina também na organização, pelos próprios trabalhadores, de formas de trabalho cooperativo e dos sindicatos.

Esses movimentos acabam sendo moldados e adquirem significado concreto, conforme determinado contexto histórico (bem como suas especificidades, principalmente no que diz respeito ao progresso técnico), o que nem sempre significa continuidade naqueles mesmos movimentos.

Para efeitos didáticos e explicativos, podemos traçar três períodos ou fases, que traduzem inflexões no movimento do cooperativismo até sua suposta derivação - a proposta hoje introduzida no debate como Economia Solidária - isso de forma bem genérica, sem maiores aprofundamentos, porém localizando questões chaves. Na seqüência temos então:

a) Surgimento do cooperativismo no século XIX

Aqui o fato marcante é a intensa exploração do trabalho, no contexto da invenção de novas tecnologias que intensificaram o ritmo do trabalho (como o motor à explosão e a eletricidade). Segundo Marx (Cap 6, 1990) o dia de trabalho tinha jornadas que variavam de oito até dezoito horas, e, nos casos extremos, não raramente trabalhadores chegavam até mesmo a pernoitar nos arredores da fábrica (o que demonstra a intensa exploração do trabalho em que se vivia). Este fato é explicado pela natureza da força de trabalho, que nas relações de produção então instituídas, era reduzido à condição de mercadoria. Assim, ao se comprar esta mercadoria (tratada como um dia de trabalho), o capital a utilizava como se utiliza qualquer outra, tirando o máximo de proveito da mesma (cientificamente podemos traduzir esse fenômeno como extração da mais valia, segundo categoria colocada também por Marx). Notemos que nessa época não havia ainda a regulação do trabalho, logo, não havia direitos sociais no sentido contemporâneo do termo (a cidadania ainda estava por se construir) e por conseqüência, qualquer obstáculo que freasse a exploração da mercadoria trabalho.

Por outro lado e em virtude de tal exploração, originaram-se diversas reações, tanto no aspecto de reflexão teórica, quanto prático também. Singer (2001) chama a atenção para os movimentos que

se originaram no seio operário, como os sindicatos e o **cooperativismo**, sendo que neste último caso figura expressiva, que marca o chamado “socialismo utópico”, foi Owen, conjuntamente com os pioneiros de Rochdale (que instituíram os princípios do cooperativismo). Também podemos situar Proudhon neste contexto de reação, conforme nos ensina Motta no seu texto (1981), ressaltando que o cerne da exploração do trabalho é a constituição de uma burocracia fabril e da alienação no trabalho, ou seja, a separação entre a concepção e a execução do trabalho e a separação dos trabalhadores dos seus meios de produção. Proudhon teria sido o primeiro crítico desta separação, alertando para o caráter degradante (sob o ponto de vista do trabalho) que ela trás na sua essência. Logo, como reação, ele vai defender a **autogestão** como principal bandeira de luta e conquista dos trabalhadores.

b) Estado de Bem-Estar Social e estatismo

Ao longo do século XX, os movimentos voltados para o cooperativismo operário e para a prática da autogestão, perderam muito de sua força, e em contraposição outros ganharam relevância evidente, como a melhoria das condições de trabalho nos marcos do trabalho assalariado, o que resultou no Estado de Bem-Estar Social, e a luta pela tomada do poder político, que vai resultar no estatismo dos países do chamado socialismo real. No caso do Estado de Bem-Estar Social, diversas lutas sociais permitiram, ao longo do tempo, a construção de uma cidadania pautada pela regulação estatal do mercado de trabalho - é a consubstanciação dos chamados direitos sociais (direito a uma jornada diária de 8 horas de trabalho, férias, 13º salário, licença maternidade, entre outros). Tal cenário é também conhecido, na literatura francesa, como a constituição de uma economia social (discutiremos melhor este conceito mais adiante). O segundo caso - estatismo - teve como principais características a planificação econômica centralizada no Estado e a propriedade estatal dos meios de produção.

Olhando mais de perto o primeiro caso, segundo Furtado (1998) e Hobsbaw (1995), o Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) surge após a segunda guerra mundial (1945), período que se estenderia até meados dos anos 70, ficando conhecido como os “anos dourados” do capitalismo (parafraseando Hobsbaw). Esse Estado de bem-estar pode então ser interpretado e explicado, com base nos mesmos autores, pela conjunção de três forças, (1) o grande aumento da produtividade que

o Fordismo¹ introduz; (2) a luta dos trabalhadores pela melhoria das condições de trabalho conjuntamente com a ampliação dos seus direitos e, por último, (3) políticas públicas keynesianas e regulatórias dos Estados nacionais. Como fruto deste tripé teve-se altas taxas de crescimento econômico, pleno emprego e **cidadania regulada pelo trabalho assalariado**. Tragtenberg, no seu livro (1974), chama ainda a atenção para o paradigma da **co-gestão** instituído nas empresas nesse período, ou seja, o reconhecimento parcial dos direitos dos trabalhadores (parcial no sentido de não poderem se apropriar totalmente dos frutos do seu trabalho), com alguma participação na gestão da empresa, porém uma participação sempre limitada pelas diretrizes gerais, dadas de antemão pela cúpula administrativa, ou seja, a lógica burocrática continua idêntica. É fácil perceber que a co-gestão vem ao encontro da estrutura montada pelo Welfare State (conforme veremos no capítulo II).

Quanto aos países pertencentes ao bloco do socialismo real (estatismo), segundo GUILLERM e BOURDET (1997), a forma de gestão predominante foi a **heterogestão** e, como vimos, a propriedade estatal dos meios de produção, apenas com algumas tentativas de um sistema autogestionário na Iugoslávia, Polónia e Argélia, porém, no longo prazo, estas experiências não avançaram e nem se sustentaram.

c) A crise do desemprego: problemáticas e propostas

Neste período, importa chamar a atenção para três aspectos:

Crise do reformismo do Estado – Santos (1999) chama atenção para o fato de que quando o Estado torna-se ele mesmo problemático, sendo assim objeto de reforma, o que temos na verdade é a crise do reformismo do Estado², essa crise significa, sobretudo, crise do Welfare State ou do Estado de Bem-Estar Social (ruptura da ação sincrônica daquelas três forças, citadas anteriormente) e crise do desenvolvimentismo;

Automação e ganhos crescentes de produtividade – com isso o esforço para gerar um emprego novo atualmente é significativamente maior que há 10 ou 20 anos atrás, dado que a jornada de

¹ O Fordismo se caracteriza por dar continuidade ao paradigma taylorista de produção. Com a introdução de esteira degrada-se ainda mais o trabalho e força-se o aumento da sua produtividade, aumentando o ritmo da produção. O Fordismo não é um avanço em termos de organização do trabalho e em relação à automação, pois a destreza manual e o engajamento do trabalhador são ainda fundamentais para a produção. (Silva. 1997)

² Segundo Santos: "A questão da reforma do Estado é uma questão intrigante. Dos dois paradigmas de transformação social da modernidade – a revolução e o reformismo -, o primeiro foi pensado para ser exercido contra o Estado e o segundo, para ser exercido pelo Estado. Para o reformismo, o paradigma que acabou por dominar nos países centrais e que posteriormente veio a estender-se a todo o sistema mundial, a sociedade é a entidade problemática e, como tal, objeto de reforma. O Estado, nesse, é a solução do problema, o sujeito da reforma. A primeira observação a fazer é, pois, que quando, como hoje acontece, **o Estado se torna ele próprio problemático e se transforma em objeto de reforma, o que está verdadeiramente em causa é a crise do reformismo**. (pg. 243, 1999. Grifos nossos)

trabalho não mudou nesse período. Aqui está em questão a crise do fordismo, com claro impacto sobre o padrão de intervenções feitas pela lógica do reformismo. Segundo Arruda (um dos estudiosos da Economia Solidária ou socioEconomia Solidária autogestionária, como a vem chamando): “A globalização competitiva tem fomentado uma aceleração do progresso técnico que está liberando tempo e energia do trabalho humano. Existem hoje recursos, tecnologia e meios de transporte capazes de produzir e distribuir o suficiente para sustentar dignamente toda a população da Terra. Os ganhos de produtividade e a economia do tempo de trabalho, no entanto, **são automaticamente apropriados pelo capital na sua compulsão irrefreável de aumentar sua competitividade**. Isto acarreta uma também irrefreável tendência ao que chamamos de totalitarismo de mercado, ou o controle monopólico ou oligopólio não apenas dos mercados mas também do poder de tomar decisões político-econômicas estratégicas.” (1998. Grifos nossos);

Globalização financeira – Segundo Fiori (2000), o atual padrão de acumulação do sistema capitalista mundial, vem sofrendo uma mudança estrutural na sua dinâmica. A fórmula tradicional de valorização (D – M – D³) que passava necessariamente pela produção, agora se descola gradativamente da mesma, ou seja, temos um novo padrão que segue o seguinte esquema de acumulação (D – D³). O impacto mais claro deste padrão é expresso pelas baixas taxas de crescimento econômico mundial registradas nos anos 90 (séc XX), além dos constrangimentos sobre as políticas econômicas dos próprios Estados Nacionais (volatilidade de capitais, taxas de câmbio, estabilização econômica).

Esses três elementos, segundo a literatura consultada (Furtado, 1998. Singer, 1998) se articulam e ajudam a dar uma explicação para a crise do Estado - principalmente no que se refere ao seu papel de regulador da economia e de promotor da equidade social - crise esta expressa pelo crescimento de um conjunto de problemas sociais, com destaque para a problemática do desemprego. Dessa forma, somando à questão do desemprego estrutural e da exclusão, problemas advindos da devastação ambiental, temos então elementos que apontam um mundo contemporâneo bastante problemático.

Neste horizonte, o aspecto mais evidente, dos problemas apontados acima (mas não o mais importante, no sentido que todos têm seu peso e gravidade) acaba sendo a questão do desemprego. Enquanto alguns economistas concentram suas análises com base no paradigma clássico econômico, ou seja, destacando certas variáveis, como taxa de investimento, crescimento econômico, valor

³ D=dinheiro; M=mercadoria e D³=dinheiro valorizado (sobrevalor)

agregado, produtividade, crescimento da PEA (população economicamente ativa), outros pensadores colocam questões estruturais e, sob certo ponto de vista, até mesmo dramáticas (se considerarmos um horizonte de longo prazo), como o crescimento econômico sem emprego, desemprego tecnológico, precarização do trabalho, apropriação privada da produtividade, ou seja, argumenta-se que a atual dinâmica das forças produtivas, de caráter capitalista, é mais destruidora do que criadora, no sentido de barrar novos postos de trabalho e novas oportunidades de desenvolvimento, especialmente para os países atrasados tecnologicamente, além da incessante exploração dos recursos humanos e naturais do planeta.

Como propostas para reverter tais tendências, estariam na agenda de debates: a questão da distribuição de renda, retomada dos investimentos produtivos ou mesmo concentrar estes investimentos nos setores mais intensivos em trabalho, a redução da jornada de trabalho (no sentido de trabalhar menos para trabalharem todos), institucionalizar um espaço coletivo de tempo livre (ou o conhecido “ócio criativo” ou trabalho a meio tempo), serviços sociais dentro do terceiro setor e, por fim, a autogestão da produção. É nesta última proposta que introduzimos a noção de Economia Solidária, como proposta de inclusão e combate ao desemprego pela estratégia da autogestão.

Cabe, então, ressaltar em que sentido a autogestão do trabalho seria eficaz, frente ao desemprego. Nesta perspectiva, os interpretes da Economia Solidária ressaltam, em primeiro plano, que a instituição da autogestão permitiria uma prática de solidariedade e não de competição. Entretanto, indo mais a fundo nesta questão, especialmente no que se refere à natureza da autogestão (que discutiremos melhor no capítulo II), percebe-se que ela estaria articulada com a questão do progresso técnico, sendo assim, se por um lado a introdução do mesmo, para melhorar a produtividade, acaba sendo também um elemento de competitividade, uma vez que tais ganhos são incorporados pelo capital e não pelo trabalho (via redução da jornada de trabalho), podemos inferir que os mesmos ganhos de produtividade poderiam ser distribuídos de outra forma, e não necessariamente direcionado para a competição, logo, a bandeira de “solidariedade no lugar da competição” ganharia assim um significado concreto, no que diz respeito à problemática do desemprego estrutural ou tecnológico.

Sem desmerecer outras questões ou mesmo fazer apologias à Economia Solidária, colocamos então exatamente o que ela significa hoje, com base no material pesquisado: uma proposta de inclusão das pessoas, fora do mercado formal de emprego ou trabalho assalariado, por meio da autogestão ou livre associação dos trabalhadores (ou pessoas a princípio marginalizadas) em grupos solidários, ou seja, a tentativa de se organizar o trabalho de forma distinta da predominante (formal

assalariado). Porém a novidade hoje, em relação à perspectiva do cooperativismo originário e dos socialistas utópicos, é que a proposta de Economia Solidária admite, e até enfatiza, a introdução da figura do Estado na sua problemática. Sendo assim, políticas públicas de fomento ou apoio aos empreendimentos autogestionários são uma novidade, porque eram algo impensável no contexto do século XIX. Ressaltamos ainda que existam outras ambigüidades, no que se diz respeito a qual autogestão, qual solidariedade e como situar o Estado nesta proposta.

Resumindo, observamos então que foi o próprio contexto histórico, com todas as suas problemáticas e contradições, que condicionou a trajetória da autogestão, enquanto proposta de organização. Esta trajetória, que teria sido originada com o movimento cooperativista e com o socialismo utópico, sendo depois enfraquecida, com o advento dos paradigmas do Estado de Bem Estar Social e do estatismo, entra em cena novamente, inserida na proposta que se vem convencendo chamar de “Economia Solidária”, proposta esta que permite discutir sua problemática em conjunto com a questão do Estado, e permite que políticas governamentais fomentem práticas concretas de grupos autogestionários, questão motivadora da presente pesquisa.

Logo, para analisar corretamente a especificidade de políticas públicas, supostamente promotoras da Economia Solidária, cabe ainda uma definição mais precisa sobre o significado atual da proposta da “Economia Solidária”. O que faremos a seguir.

2. Elementos constitutivos da “Economia Solidária” – uma leitura

Como vimos anteriormente, se repostas tradicionais ao desemprego já não convencem, ou mesmo não são capazes de produzir efeitos concretos e satisfatórios, frente às demandas por trabalho, há motivos para se inferir que tal insucesso, talvez, se deva a elaboração de propostas que apenas levam em consideração alguns aspectos da produção, como seus fatores de capital e trabalho, taxas de retorno, juros e investimentos basicamente. Em contraposição, alguns movimentos sociais e também estudos teóricos (cada qual se influenciado mutuamente), expõe a questão do trabalho e sua organização, num sentido de crítica ao atual padrão de organização, considerado por muitos estudiosos como despótico (Silva, 2002), na medida em que o trabalho (ou a força de trabalho) é colocado como mercadoria e o trabalhador alienado dos meios de produção, e também do conhecimento de todo o seu processo e posse.

Por esta razão, é que advogamos sobre a importância do contexto histórico, revisado anteriormente, especialmente para entendermos as razões e especificidades de certas propostas, como

a da Economia Solidária. É claro que não há continuidade nos processos históricos de lutas e reivindicações, e é muito provável que a grande maioria dos atores, envolvidos atualmente no “projeto” da Economia Solidária, desconheçam seus antecedentes históricos, ou nunca tenham ouvido falar de Prodhon, Owen ou mesmo dos pioneiros de Rochdale, apenas citando alguns exemplos. Mas isto não significa que algumas questões referentes ao mundo do trabalho, não estejam presentes, de certa forma, em ambos os contextos, logo, a fundamentação teórica não é necessariamente dissociada da ação prática. Nossa leitura é então a da existência de uma práxis, cada qual se alimentando e se influenciado (como já advogamos neste texto).

Há diferentes leituras e conceituações sobre Economia Solidária, logo nossa opção aqui, como já explicitamos, foi pela busca de pontos de convergência, o que permitiria falar em elementos constitutivos da proposta de Economia Solidária, sendo tais elementos mais um tipo ideal do que mesmo uma realidade concreta, variando conforme as possibilidades de cada prática concreta. Dessa forma, quanto mais uma práxis - voltada para a construção de uma economia baseada na solidariedade - se aproxima desses elementos ideais, podemos dizer que mais próximos estamos da proposta de uma Economia Solidária, baseada rigorosamente na autogestão e voltada para alguma pretensão de mudança social.

Na seqüência, vamos analisar cada um desses elementos, articulando o tipo ideal com as suas variações, indicadas pelas ações concretas da Economia Solidária, apuradas durante toda a pesquisa.

A – Autogestão:

- Significado ideal: Organização do trabalho de forma autogestionária – implica o não uso do trabalho formal assalariado nos termos tradicionais, ou seja, é a busca por relações de trabalho diferentes da relação entre patrão e empregado. Sendo assim, cada membro de uma unidade da produção seria também, a um só tempo, sócio e proprietário, o que, por sua vez, leva a um **processo de negação da força de trabalho como mercadoria** e a colocação de cada trabalhador como **sujeito concreto**, ao contrário da sua redução a condição de vendedor da sua própria força de trabalho.
- Variação: A literatura consultada indica a autogestão como uma prática radical de democracia industrial (Motta, 1981. Guillermin e Bourdet, 1976. Storch, 1987), na qual cada trabalhador é também sócio e proprietário, por isso fala-se em propriedade social. As principais instituições, para se realizar tal tipo de gestão e propriedade, seriam as associações e cooperativas (ambas já nascem de um estatuto jurídico voltado para este

tipo de gestão democrática), mas temos ainda as chamadas empresas autogestionárias (no estatuto jurídico é uma empresa comum, entretanto a sua forma de gestão e propriedade, por serem democráticas, indicam que se trata na realidade de uma empresa autogestionária). A principal variação, nesses casos, seria, grosso modo, a relação entre o número de sócios do empreendimento (cooperativa, associação ou empresa), com o número de trabalhadores assalariados ou contratados. Exemplificando, se uma organização é constituída com poucos sócios e muitos trabalhadores assalariados (ou contratados), não pode ser considerada como autogestionária. Outra variação (mais difícil de ser avaliada) seria o próprio grau de participação e envolvimento, dos “sócios”, com a direção do seu empreendimento, variando de uma prática na qual os cargos de direção seriam rotativos (todos os sócios ocupando, cedo ou tarde, funções de coordenação e/ou de direção), até o desinteresse da maioria dos sócio-trabalhadores, fazendo com que os ocupantes, dos cargos de direção, venham a assumir o papel de verdadeiros “patrões”. Para problematizar um pouco mais a questão, podemos ressaltar ainda que o processo de construção da autogestão será sempre, a rigor, limitado, enquanto houver a instituição do mercado capitalista.

B – Solidariedade:

- Significado ideal: o termo “solidariedade” também não é fortuito. Outra convergência, entre as propostas e discussões sobre “Economia Solidária”, é a opção por modos de vida e de sociabilidade solidários e não competitivos, em outras palavras, a opção pela solidariedade enquanto **compromisso político horizontal entre trabalhadores**. Há aqui uma distinção sutil, mas fundamental: o projeto de se constituir uma economia, baseada na solidariedade, se contrapõe as práticas de competição capitalista, e não a competitividade em si, enquanto busca por melhorias (nos produtos e nas condições de trabalho), por meio da incorporação do progresso técnico. Uma competição pela competição, de tipo predatória, significaria não apenas gerar poucos vencedores e muitos “perdedores”, mas também utilizar o trabalho como forte fator de ajuste. A autogestão é importante nesse contexto, na medida em que incentiva tal empatia, colocando cada pessoa, participante de um empreendimento, como igual, e não como subordinado.
- Variação: Como vimos, a solidariedade, em coerência com uma organização baseada na autogestão, é de tipo horizontal, ou seja, uma postura ou um modo de conceber o mundo

em que cada trabalhador não precisa ver o outro como um rival em potencial - rival na busca de um emprego e rival numa trajetória de ascensão, dentro de um plano de carreiras (conforme a lógica heterogestionária, que estrutura uma organização de forma piramidal oligárquica). Entretanto, algumas leituras, sobre Economia Solidária, apontam uma solidariedade mais parecida com a do terceiro setor (conceito que veremos adiante), ou seja, com características altruístas de doação. É possível então pensar em variações em dois momentos, (1) dentro da organização: quanto menores forem as diferenças de rendimento, entre sócios-trabalhadores, e quanto menos piramidal for sua estrutura organizacional, mais esta organização tende a ser horizontal e solidária nas suas relações de produção; (2) no mercado: uma organização tende a ser mais “solidária”, na medida em que estabelece parcerias com outros empreendimentos solidários; buscando fomentar e apoiar novas iniciativas de empresas solidárias; aderindo a práticas do chamado “comércio justo”, além de respeitar os direitos dos consumidores, da comunidade e do ecossistema. Outra forma de se ver a questão seria então considerar que, se existe autogestão da produção, se degeneraria a exploração entre empresas ou organizações, subvertendo então os mecanismos tradicionais de mercado.

C – Sustentabilidade:

- Significado ideal: prática que leve em consideração as dimensões econômicas, sociais e ambientais, ou seja, além de garantir trabalho (sustentabilidade social) uma vez que na autogestão, por princípio, o trabalho não seria mais um fator de ajuste ou uma mercadoria, tais empreendimentos precisam sobreviver economicamente (sustentabilidade econômica). Além disso, tal elemento nos remete ainda ao princípio da solidariedade, entendido de forma ampla, que evocaria também a questão ambiental (sustentabilidade ambiental). Entendemos então que o conceito de reprodução social, apesar de não ser exclusivo da Economia Solidária, é perfeitamente adequado para a compreensão dos desafios dela, uma vez que tal conceito *“define um processo que envolve tanto a produção como os serviços sociais, e as diversas atividades de gestão do desenvolvimento como planejamento, segurança e outros. Por outro lado, trata-se de reprodução, ou seja, de uma visão estrutural e de longo prazo que envolve uma análise de como a sociedade no seu conjunto se reproduz e evolui.(...). Não há mais espaço para uma produção que não leva em consideração os impactos sociais da própria economia,*

e que não integra os processos corretivos na sua própria área, como não há mais espaço para políticas sociais que tentam ignorar os seus custos e implicações econômicas; e tanto o econômico como o social têm que levar em consideração a sustentabilidade dos processos, a sua viabilidade ambiental de longo prazo. Em termos normativos, trata-se de seguir uma fórmula tradicional mas perfeitamente adequada: O desenvolvimento tem de ser socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável” (Dowbor, 1988. Grifos nossos). Ainda aqui, ganha significado expressivo esta idéia de sustentabilidade, além de ressaltada sua pertinência dentro de um projeto de economia baseada na solidariedade, quando resgatamos a obra clássica de Celso Furtado (1974), que já na década de 70, ressaltava os limites econômicos e materiais que a predominante lógica econômica possui. Também achamos importante citar Furtado para elucidar melhor a questão: “... *que aconteceria se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chega efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambigüidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seria de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso. (...) A atitude ingênua consiste em imaginar que problemas dessa ordem serão solucionados necessariamente pelo progresso tecnológico, como se a atual aceleração do progresso tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-los.*” (pág. 19 e 20, 1974).

- Varição: Nas práticas concretas de empreendimentos solidários ou autogestionários, a questão prioritária tem sido a sustentabilidade econômica, situação em que os empreendimentos tenham certa autonomia, viabilidade econômica e capacidade de sobreviver dentro das atuais regras de mercado. Diríamos que hoje este é o desafio colocado com mais prioridade, dentro da agenda da chamada Economia Solidária (é por isso que são usados todos os instrumentos, usuais à lógica de mercado, como o marketing). No que se refere à sustentabilidade social, seu eixo principal é seguramente a geração de trabalho e renda, outras questões como melhoria das condições de trabalho, redução do tempo de trabalho, proteção social ou mesmo mecanismos para uma autogestão efetiva, ainda são temas pouco abordados. Por fim, a sustentabilidade

ambiental, pelo que conhecemos, ainda está mais presente apenas como um dever ser normativo, ou na discussão de instrumentos de controle da exploração do ecossistema.

D – Redes:

- Significado ideal: Mance fala da “revolução das redes” (2003). Segundo ele, a constituição de redes de empreendimentos solidários seria um importante instrumento, para garantir viabilidade econômica dessas experiências, com isso, cada empreendimento que se propõe a estar no horizonte da Economia Solidária (cooperativas, associações, ongs, etc) não estaria atuando de forma isolada. Tendo em vista tal postura, o trabalho estaria sendo pensado também no sentido macro, na perspectiva de uma solidariedade de tipo inter-organizacional (como já vimos anteriormente) e não solidariedade apenas de grupo. É a rede que talvez permitiria, segundo algumas leituras, vislumbrar a Economia Solidária como um setor econômico, ou até mesmo como a gênese de modo de produção, conforme definição defendida por Singer (2001).
- Variação: Este elemento também é referenciado por algumas poucas práticas ou instrumentos, tais como: “moeda comunitária”, comercialização preferencial entre empreendimentos solidários, comércio justo, micro-crédito ou crédito solidário, órgãos especiais de assessoria, entre outros. Recentemente (junho de 2004) a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária – Ministério do Trabalho e Emprego) também disponibilizou cadastro para empreendimentos autogestionários e entidades que apóiam a Economia Solidária. Existem ainda outros espaços na rede mundial de computadores (Internet) em gestação, com o objetivo de catalisar experiências e construir pontes de articulação. Segundo nossa pesquisa de campo, ainda são raros os casos em que a autogestão extrapola os muros da empresas e “contamina” a relação destas com o seu meio, constatações que veremos no capítulo III.

E – Cidadania:

- Significado ideal: Pedagogia política no horizonte da cidadania plena, assim entendida: cidadania *“é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos de atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(s) no Universo”*. (pg. 11, 1995). Nesse ponto o que está subjacente é

a constituição a um só tempo do **sujeito econômico e político**, a partir da organização do trabalho. Mais uma vez, a autogestão tem seu valor estratégico reforçado, no horizonte de aprofundamento da cidadania.

- Variação: ainda não se conquistou a autogestão como um direito social, e a Economia Solidária como um projeto alternativo de organização social. Acreditamos que tais conquistas são elementos chaves, para a realização da proposta de uma “economia baseada na solidariedade”, em outras palavras, avançar para a esfera dos direitos, e conquistar, politicamente, uma agenda de políticas para a Economia Solidária, numa perspectiva mais ampla e estruturante, levando em conta diferentes aspectos de reprodução (como educação, crédito, legislação, tecnologia, ente outros). Assim, nessa última assertiva avançamos um pouco na leitura que se faz sobre a Economia Solidária, colocando a autogestão mais que uma prática gerencial: um autêntico direito social e – por que não? - como um direito político, porém sob a condição de que exista não apenas um projeto de um Estado democrático, mas também de uma sociedade democrática. Dito de outra forma, que existam sujeitos históricos (cidadãos) lutando e conquistando tal realidade de aprofundamento democrático. Enfim, na medida em que a sociedade avança, em termos de autonomia e capacidade política de luta e reivindicação, por parte dos seus cidadãos – cidadania ativa – é possível se ter um movimento social de conquista pela autogestão da produção, e não apenas algumas práticas, baseadas em boas intenções, por parte dos mentores e interpretes da Economia Solidária.

3. Terceiro Setor, economia social, cooperativismo e Economia Solidária – convergências e singularidades.

Muito se fala em “ressurgimento” da Economia Solidária (o que tem trazido alguns problemas teóricos para se trabalhar com seu conceito). Isto se deve justamente à retomada dos princípios do cooperativismo, e principalmente retomada da essência que norteou então a elaboração destes, qual seja, a luta contra a exploração do trabalho por meio da auto-organização dos próprios trabalhadores. Dessa forma, os defensores e/ou promotores da Economia Solidária, vão buscar também tais referências, para desenhar propostas e implantar determinadas práticas.

Nesse sentido, é que podemos entender porque os atores e sujeitos da Economia Solidária, hoje no Brasil e no mundo, retomam os princípios do cooperativismo sob uma nova nomenclatura, recolocando-os como uma bandeira de transformação social e reafirmando a centralidade da autogestão.

Muitas são as instituições, pesquisadores e militantes hoje “sujeitos” da proposta da Economia Solidária, cada qual de origem diversa e com fundamentações teóricas muitas vezes distintas. Dessa forma, para ilustrar melhor, temos iniciativas na Igreja, por meio do Cáritas, nas universidades, pela iniciativa de criação de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, as chamadas ITCPs, ou pela rede UNITRABALHO, no movimento sindical, cujas figuras expressivas são a ANTEAG (Associação dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão) e a ADS-CUT (Agência de Desenvolvimento Solidário) e o MST, que em alguns assentamentos utiliza a organização cooperativa. Mais recentemente, tais instituições têm conquistado a inclusão, nas agendas governamentais, de programas de apoio e estímulo à Economia Solidária, com destaque para a constituição, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) órgão do Ministério do Trabalho e Emprego. Entre os intelectuais, que estão pensando ou mesmo criticando a natureza da Economia Solidária, temos, para ilustrar, os seguintes exemplos: Paul Singer, Marcos Arruda, Luis Inácio Gaiger, Euclides Mance, Jean-Louis Laville, Genauto França, Renato Dagnino, Felipe Silva, Neusa Dal Ri, entre outros. Na terceira parte deste trabalho – *A Economia Solidária e a sua práxis* – veremos mais detalhadamente as ações e experiências concretas.

Voltando à nossa argumentação, ao considerar aquilo que foi explicado sobre o conteúdo (elementos constitutivos) da proposta de Economia Solidária, podemos delimitar, de forma mais clara, as convergências e singularidades entre ela e os conceitos de economia social, cooperativismo e terceiro setor, fazendo uma ressalva: apesar de muitas vezes serem atores fundamentais no contexto da Economia Solidária (com muitas sobreposições), não se confundem com ela. Vejamos por que:

O que justificaria a atualização dos princípios do cooperativismo e sua sofisticação pelo termo “Economia Solidária” é, em parte, a crise do trabalho assalariado (como já argumentamos). Entretanto há outra questão em jogo, a necessidade de se depurar aqueles princípios de algumas práticas “cooperativistas” que vêm ocorrendo. Em alguns casos, o uso da figura jurídica “cooperativa” é feito muito mais para precarizar o trabalho, do que para emancipar o trabalhador (é comum uma empresa “promover” seus trabalhadores para a condição de “cooperados” e, com isto, não precisaria mais recolher direitos trabalhistas e nem pagar férias ou o 13º salário): são as chamadas, popularmente, “cooperfraudes” ou “coopergatos”. Há ainda práticas cooperativistas que

utilizam trabalho assalariado em grande escala, fazendo com que uma cooperativa desse tipo seja uma realidade de poucos sócios e muitos empregados, traduzindo, uma realidade de heterogestão e não de autogestão.

Por outro lado temos as chamadas cooperativas “autênticas”, porque seguem realmente os princípios do cooperativismo, logo, praticam a autogestão. Sendo assim, são considerados empreendimentos solidários ou práticas de Economia Solidária. Podemos então dizer que o cooperativismo tradicional se distingue da Economia Solidária, no sentido de avanço e sofisticação, em dois elementos básicos: a autogestão, ou seja, o não uso de trabalho assalariado subordinado, fato muitas vezes freqüente naquele cooperativismo (segundo alguns estudos, constata-se que, não raramente, as cooperativas contratam um quadro considerável de trabalho assalariado, ou seja, trabalhadores que não são sócios); e a colocação do valor da solidariedade horizontal, mesmo que presente em alguns casos no cooperativismo, não é elemento primordial e constituinte, nem mesmo um eixo de articulação inter-organizacional, da qualidade de um compromisso político entre trabalhadores, conforme indicaria a proposta de Economia Solidária.

Fica claro então que o movimento cooperativista, ainda que considerado o precursor da Economia Solidária, precisa ser visto a luz do atual contexto social e tecnológico, dessa forma, alguns dos seus princípios, práticas e estratégias precisariam ser revistos e aperfeiçoados. Neste sentido é que entendemos haver um movimento de sofisticação, equacionando então o cooperativismo autêntico como uma prática de Economia Solidária. Além do mais, existe a necessária tarefa de distinguir as fraudes cooperativistas (coopergatos) - práticas que utilizam o instrumento jurídico cooperativo, para formalizar uma relação de trabalho, porém na realidade trata-se de uma forma de precarização do trabalho, dado que a situação dos trabalhadores não mudou substantivamente - eles não votam, não ganham melhor, trabalham do mesmo jeito e obedecem às mesmas pessoas. Enfim, o chamado cooperativismo autêntico (de tipo autogestionário) é um dos elementos que pode integrar, mas não completar, a “Economia Solidária”. Desse modo, a autogestão estaria referenciada, de certa forma, também pelos princípios originários do cooperativismo: 1 - Livre e aberta adesão dos sócios; 2 - Gestão e controle democrático dos sócios; 3 - Participação econômica do sócio; 4 - Autonomia e independência; 5 - Educação, treinamento e informação; 6 - Cooperação entre as cooperativas; 7 - Interesse pela comunidade. Tais referências, que nasceram em 1844, a partir da experiência de uma organização cooperativa (os “Pioneiros de Rochdale”), têm norteado ações práticas, na criação de cooperativas.

Outro termo, que é muito confundido com Economia Solidária, é o chamado terceiro setor, ora considerado como sinônimo, ora como um “guarda-chuva”, que acolhe a “Economia Solidária” como uma subdivisão interna do seu conceito. Aqui defenderemos a posição de que ambos são termos distintos, conforme o tratamento que estamos dando à “Economia Solidária”.

O terceiro setor (e mais especificamente as ONGs - Organizações não Governamentais) se consubstanciaria na criação de diversas entidades e/ou organizações que, embora de iniciativas privadas (não estatal), teriam como objeto de ação iniciativas sociais (chega-se a dizer “públicas”, porque supõe-se que estariam voltadas às pessoas, dentro de um padrão de relação não mercantil ou não monetário), o que pode ser resumido aos dizeres de Fernandes (1995): são iniciativas privadas com fins públicos. Por causa desse caráter duplo (não estatal e não mercado), são reunidas no chamado terceiro setor, pressupondo o Estado e o Mercado como os dois primeiros setores. Como consequência de tal definição, o termo terceiro setor acaba sendo um tipo de “guarda-chuva” que engloba iniciativas, ações e organizações dos mais diferentes tipos, finalidades e formas de agir (como a filantropia empresarial, fundações públicas, movimentos sociais, as chamadas ONGs – organizações não governamentais e, segundo algumas classificações, a própria Economia Solidária). Apesar dessa variedade de organizações busca-se construir, explicitamente, uma imagem altruísta, pautada por uma racionalidade de tipo mais substantivo (voltada para os valores, justiça social, fraternidade, fazer o bem). Dentre a gama de movimentos e instituições também classificadas como terceiro setor, há várias que norteiam suas ações para o projeto de uma “Economia Solidária”. Muitas delas já nasceram com tal identidade, como a UNISOL (União pela Solidariedade), PACS (Projetos Alternativos do Cone Sul), enquanto outras evoluíram para tal estratégia ou projeto, como a Campanha Contra a Fome do Betinho e o Cáritas.

Entretanto, argumentamos aqui que a práxis da Economia Solidária não se confunde com o terceiro setor, apesar de algumas convergências claras. Isto porque nenhuma definição conhecida, sobre o terceiro setor, contempla a autogestão (fundamento da Economia Solidária, conforme nossa leitura) como elementos imprescindíveis, além do fato de que as entidades do terceiro setor não entrariam diretamente no setor produtivo (não se configura como um setor econômico porque a sua definição exclui o setor produtivo e o mercado), ao contrário da Economia Solidária (proposta situada nas relações de produção e trabalho), ou seja, o que é preciso ser explicado com clareza é que o propósito da Economia Solidária é, ao nosso ver, o de atuar diretamente no setor produtivo, conjugando o social, o econômico e também o político numa mesma equação, como vimos anteriormente.

Por outro lado, as convergências também são importantes. Dissemos que muitas ONGs participam diretamente (ou mesmo estão incluídas) no projeto de “Economia Solidária”, além disso, uma das contribuições fundamentais, que ao nosso ver precisa também ser evidenciada, vem da construção de uma nova subjetividade, “reclamada” por tais movimentos (fato muitas vezes negligenciado nos estudos acadêmicos). Essa subjetividade é expressa na defesa do direito das minorias, defesa do ecossistema, defesa dos direitos humanos, traduzindo-se no valor da solidariedade enquanto modo de viver e estar no mundo na perspectiva cidadã, não como doação ou política compensatória.

Por último, contrapomos a economia social. Neste ponto a diferenciação é mais sutil e difícil. Em primeiro lugar o conceito de economia social é próprio do contexto europeu, sob o sigma do Estado de Bem-Estar Social (França Filho, 2002). Ao contrário da idéia de filantropia empresarial, nascida nos Estados Unidos, que influenciou largamente a elaboração do próprio termo “terceiro setor”, na Europa havia alguns componentes de mudança social, incluindo o próprio cooperativismo e as conquistas do *Welfare State*. Entretanto, argumentamos aqui que o movimento cooperativista sofreu, no contexto da economia social e no processo do *Welfare State*, um tipo de burocratização, ou seja, a autogestão deixa de ser seu pilar fundamental para dar espaço ao trabalho formal assalariado (mesmo dentro de uma cooperativa, reunindo cada vez menos sócios e mais trabalhadores contratados), regulação estatal dos direitos sociais e legislação que demarca nitidamente o papel das cooperativas no mercado. Com isso, o cooperativismo, apesar de algumas resistências, perde seu caráter transformador das relações de trabalho e produção, sendo mero arranjo jurídico de uma organização.

CAPÍTULO II – Políticas públicas e organização do trabalho

Com este capítulo, não queremos provar ou sugerir que a Economia Solidária é boa ou ruim, que seja a salvação dos problemas sociais ou algo utópico e inexistente, idéias que uma vez ou outra permeiam os debates sobre tal tema. Nosso objetivo é tão somente situar melhor sua **proposta e práxis**, para podermos entender melhor suas **práticas** e, desse modo, apontar ou perceber contradições, falhas e também avanços. Uma vez que consideramos esse movimento – por uma economia baseada na solidariedade – ser um movimento essencialmente de conquista e não um ideal, que se reduz às idéias ou conceituações de alguns intelectuais (apesar das reconhecidas contribuições). Cabe então apontar suas reais possibilidades e limites, o que permitiria uma importante contribuição para o conhecimento e também para introduzir novos elementos de reflexão. Contudo, é fundamental resolvermos duas questões, a primeiro seria precisar melhor o conceito de autogestão, a segundo é introduzir, na mesma linha de raciocínio do capítulo anterior, a questão das políticas públicas articuladas com a questão da organização do trabalho, o que permitiria avançar no entendimento da Economia Solidária situando o Estado como componente da sua problemática.

1. Heterogestão, co-gestão, controle operário e autogestão

a. Breve revisão conceitual

Para situarmos melhor o que é autogestão (na nossa leitura, um elemento básico e essencial da práxis de Economia Solidária), vamos revisar as formas clássicas de organização do trabalho – heterogestão, co-gestão, controle operário e, por sua vez, a própria noção de autogestão – com base no sentido de cooperação que cada uma delas contém.

Começamos então definindo o próprio termo **cooperação**. Observamos que ele pode ser moldado de diferentes formas, sendo que cada uma delas refletirá as relações de produção ou as relações de poder então instituídas. Logo, a cooperação em si não é um valor, mas uma realidade determinada pela natureza e complexidade do trabalho a ser empreendido, explicando melhor, quanto mais elaborada e complexa for a tarefa ou produto a ser produzido, maior o número de pessoas necessárias para sua realização, conforme explicação de Motta,

“Na nossa sociedade atual o termo “cooperação” tem um valor positivo, geralmente incluindo a idéia de espontaneidade, caráter voluntário e tolerância. Não é este o sentido de “cooperação” aqui empregado. Para nós cooperação significa apenas que vários indivíduos trabalham juntos para um determinado objetivo, no mesmo processo de produção, ou processos diferentes mas conexos. Civilizações como a egípcia ou a chinesa tinham uma forma de cooperação própria. Essa forma de cooperação do modo de produção asiático é chamado cooperação simples, e ela pode ser encontrada ainda em modos de produção mais recentes como o capitalismo, mas ao lado de formas de cooperação mais complexas.” (pg.16-18, 1981)

Como o trabalho cooperativo é coletivo e envolve diferentes trabalhadores e diferentes processos ou tarefas, é necessário haver algum tipo de coordenação. Entretanto a **qualidade e o tipo desta coordenação** - no que diz respeito em como as pessoas se relacionam entre si, com o pessoal que está “coordenando”, bem como a questão sobre de que maneira dever ser executada a tarefa (concepção) e quem definirá essa maneira - pode ser instituída, historicamente, de diferentes formas, logo:

“Todas as formas de cooperação exigem uma função de coordenação. Essa função poderia ser desempenhada por alguém que o grupo elegesse através de um sistema de rodízio. Isso, porém, não pode ocorrer em um modo de produção antagônico; e não ocorre, portanto, no capitalismo. Nesse sistema, a função de coordenação, que vamos chamar de diretiva, é imposta e visa à apropriação da mais valia. Existe no capitalismo uma relação autoritária entre os que detêm ou representam o capital e os que vendem o seu trabalho.” (MOTTA, 1981, p. 18).

Somando-se ao aspecto da coordenação, também é importante, para nosso argumento, explicitar a questão da concepção e execução do trabalho, assim nos esclarece Braverman:

“No ser humano, como vimos, o aspecto essencial que toma a capacidade de trabalho superior à do animal é a combinação da execução com a concepção da coisa a ser feita. Mas à medida que o trabalho se torna um fenômeno social mais que individual, é possível – diferentemente do caso dos animais em que o instinto como força motivadora é inseparável da ação – separar concepção e execução”. (pg. 104, 1987).

Com o entendimento mais claro sobre os termos cooperação, coordenação, concepção e execução do trabalho, podemos então entender melhor as distinções-chaves entre heterogestão, co-gestão, controle operário e autogestão.

No trabalho heterogestionário, grosso modo, as funções de **coordenação** e **concepção** ficam sob responsabilidade de um grupo restrito de pessoas (diretores, gerentes e patrões) e as funções de **execução e trabalho manual** ficam a cargo dos demais trabalhadores (considerados por muito como trabalhadores de chão de fábrica). A própria palavra indica tal separação: hetero (diferente) – gestão, ou seja, a gestão é feita por um grupo distinto do que executa o trabalho.

Assim, o sistema heterogestionário tradicional, típico do sistema capitalista, tem com característica marcante a divisão do trabalho no máximo de pequenas tarefas possíveis; divisão entre os que coordenam / dirigem dos que executam / trabalham, e, conseqüentemente, a **fragmentação** do conhecimento dos processos de produção e a **alienação** nas relações de trabalho entre as pessoas (cada trabalhador relaciona-se mecanicamente com os demais colegas, dentro da estreita necessidade de execução das suas tarefas), além da **divisão** entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores que vedem sua força de trabalho. Logo, a base da heterogestão é a configuração de diferentes antagonismos.

Com o passar do tempo, tal forma de organizar o trabalho – heterogestão – vai se tornando cada vez mais problemática, ao passo que a apatia e resistência dos trabalhadores é cada vez mais constante (greves, *turnover*, desalento, e assim por diante). Entre as diferentes reações dos dirigentes ou da “coordenação” àquelas resistências, teve-se a busca do aumento da produtividade e da motivação no trabalho por meio da co-gestão. Entretanto é preciso considerar a co-gestão como subproduto da heterogestão, e não como elemento intermediário entre esta e a autogestão. Vejamos por que:

Segundo Motta, o estatuto da co-gestão surge principalmente após a segunda guerra no contexto alemão, “*O fim da Segunda Guerra Mundial, o fim do totalitarismo nazista, possibilitou a concretização de ideais participacionistas, o que sem dúvida alguma tem muito a ver com a idéia de colaboração de classes. A noção de co-gestão ou ainda de co-decisão, surge como algo perfeitamente compatível com o sindicalismo alemão.*” (pg. 17, 1987).

Importante evidenciarmos aqui que práticas participacionistas de co-gestão nada mudam a qualidade da coordenação e a separação entre concepção e execução (nossos critérios de análise). Segundo Tragtenberg (1974), como vimos anteriormente, tais mecanismos de participação ficaram

restritos aos aspectos determinados de antemão pela cúpula administrativa, assim seu escopo de decisão efetiva é consideravelmente limitado. Logo, a co-gestão, segundo o modo de gestão empresarial aqui apresentado, pode até permitir algo mais que o simples interesse na participação dos lucros, como *“ter uma palavra a dizer na própria organização da empresa”* (Guillerm e Bourdet, p.23, 1976), mas não avança muito além disso. Entre os instrumentos de co-gestão, temos um tipo de participação por objetivos, que utiliza de meios específicos que buscam atingir determinados fins, ainda que estes fins sejam definidos pelo proprietário (em geral aumento da produtividade), o trabalhador tem aparentemente uma *“certa autonomia”* para movimentar-se e realizar as tarefas necessárias. A co-gestão pode, dessa forma, favorecer a *“integração”* dos operários na produção sem por em cheque o poder patronal, ao contrário, tornando-os mais eficazes e motivados para o trabalho.

Mais uma vez citamos Motta para esclarecer ainda mais a questão:

“Provavelmente, os fatos evidenciados pelas pesquisas revelam que a co-gestão é algo que diz muito mais respeito aos aparelhos sindicais e patronais do que à maioria dos assalariados. Além disso, há outro aspecto que diz respeito às próprias estruturas internas da co-gestão, que deixa a maioria dos trabalhadores excluída da participação no processo decisório.” (pg. 119, 1987).

Ainda dentro da lógica de heterogestão, temos outra variação que no seu contexto histórico ficou conhecida como controle operário, sendo que esta estaria num nível superior ao da co-gestão. Trata-se de uma *“intervenção conflitual que arranca do patronato concessões das quais resulta uma melhoria das condições de trabalho, ou uma ligeira atenuação das formas de exploração”* (Guillerm e Bourdet, p.25, 1976). Não é uma concessão patronal, mas sim conquista operária, da qual se consegue impor uma vontade coletiva de gestão dos próprios operários. Os autores não consideram isto autogestão porque *“o controle somente se exerce sobre pontos precisos que não questionam o salariado nem o papel dirigente dos capitalistas, que visaria a suprimir totalmente o antagonismo, pelo aniquilamento de uma das partes”* (Idem p.25). Logo, o controle operário não é autogestão, porque mantêm a relação capital-trabalho, mantendo também o antagonismo de classe dentro da empresa, mesmo que tenha conseguido dar o seu próprio ritmo nas normas internas e ter conquistado alguns direitos reclamados.

Após esta breve revisão sobre os conceitos de heterogestão, co-gestão e controle operário, fica mais claro discutirmos então o que é de fato autogestão, evitando assim confusões conceituais e uma análise da proposta de *“Economia Solidária”* apenas idealista. Ao contrário, advogamos que uma vez tendo claro o que é o seu elemento central – autogestão – será então possível avançar na

reflexão da sua natureza enquanto políticas públicas, e quais são os **limites e contradições** da sua **prática concreta**.

Se levarmos então em consideração, no que diz respeito a organização do trabalho, os aspectos de coordenação, concepção e execução, uma organização **de fato autogestionária** significa principalmente a **negação de uma relação antagônica de produção**. Tal negação pode evoluir de um aspecto mais formal e superficial - por meio da propriedade social da organização, na qual cada participante é a um só tempo sócio e trabalhador – até a destruição de todas as demais formas de segregação e alienação (coordenação ou direção vs trabalhadores; concepção vs execução). No caso da coordenação ou direção de um empreendimento, na hipótese de um caso livre de antagonismos, cargos destinados para estes fins seriam sempre precários, no sentido de que seus ocupantes não permaneceriam por muito tempo e de que cada trabalhador sócio poderia, em um sistema de rodízio, ocupar tais funções. Percebemos então que mesmo dentro de uma práxis de autogestão, podem existir ainda muitas variações, dado a complexidade da vida social humana.

Enfim, a autogestão é **um tipo de cooperação** cuja relação central é o **não antagonismo** entre os participantes, de um dado processo produtivo, por isso ela é considerado, por diferentes autores que estudam tal tema, como algo diferente ou mesmo contrário do sistema capitalista ou das relações de trabalho assalariadas, ainda que seja possível a existência de experiências organizacionais daquele tipo dentro do modo de produção capitalista.

b. A autogestão como antítese da lógica burocrática

Para elaborarmos uma reflexão sobre políticas públicas de apoio e/ou fomento à Economia Solidária, e avançar na nossa pesquisa, estaremos utilizando também como referência para reflexão a teoria crítica das organizações, especialmente no que diz respeito à crítica contra a lógica burocrática, antítese de uma lógica baseada na autogestão Assim explica Motta: “ ... *uma teoria crítica das organizações reconhece que a ‘objetividade é mais um aspecto do observador do que do objeto estudado, e que todo conhecimento do mundo é, em algum grau, um conhecimento socialmente construído’*. Assim, a teoria jamais é a realidade, mas nossa teoria da realidade. Nossa atenção deve então voltar-se para algumas questões que estão no cerne das teorias sociais e organizacionais dominantes. As ciências constituem parte do modo de dominação burocrático-meritocrático que caracteriza nossas vidas. Seu esforço continuado é o de tentar fundir a

racionalidade substantiva na racionalidade instrumental, justificando determinado tipo de ordenação social voltado para a produtividade e o lucro.” (1986. Pg. 18 e 19)

Entendemos então que a proposta de “Economia Solidária” ao abordar um projeto de mudança social por meio da autogestão, deveria ir ao encontro de uma teoria organizacional reflexiva, dessa forma, citamos novamente Motta, ao argumentar contra a tradicional teoria das organizações: *“Resta apenas aos setores sociais comprometidos com a transformação a recusa desse tipo de produção intelectual e a construção de uma teoria organizacional reflexiva, que sirva à mudança e à reversão do estabelecido. Esta teoria precisa, antes de mais nada, recusar as falsas automatizações do campo, que sob a capa de ‘diferença específica’, referem-se ao Estado e à escola, sem referência à empresa, num mundo onde as instituições converteram-se, malgrado o desejo dos idealista, em simples apêndices do aparelho econômico. É obvio que há especificidade; mas óbvio, porém, é o fato de que só se lhe dará tratamento adequado a partir do entendimento do que ela realmente significa no mundo de hoje.”* (1986. Pg. 19).

Segundo Motta, o grande estudioso da burocracia enquanto sistema social foi Max Weber: *“Finalmente, Weber nos fala da necessidade crescente das funções típicas da administração, tais como planejamento, organização e controle, que o exército e a empresa capitalista enfrentam, dada a importância do poder, da segurança e das despesas. é ali que Weber percebe a fonte da ampliação intensiva e qualitativa da burocracia.”* (pg. 69, 1981)

Entretanto, Motta ressaltava que Max Weber via a preponderância da burocracia, como sistema de ordenação social, de forma preocupante, chegando mesmo a lamentar o dia em que todos os aspectos da nossa vida seriam controlados pelos chamados “funcionários de escritórios”, por meio de intermináveis despachos formais.

Para nosso presente estudo, importa ressaltar uma valiosa constatação de Motta, cuja visão crítica, a cerca da burocracia, permite explicitar um ponto de convergência relevante entre os dois grandes estudiosos das ciências humanas, Karl Marx e Max Weber, ambos ressaltando diferentes aspectos do sistema burocrático, mas convergindo sobre a questão da alienação, assim argumenta:

“A estas considerações pode-se acrescentar que a burocracia é alienante. É de Karl Marx a mais conhecida teorização sobre a alienação. Marx, contudo, não parte da burocracia. Suas idéias partem da constatação de que o operário vai-se tornando mais pobre na medida em que produz mais

riqueza; que ele se torna uma mercadoria tão ou mais insignificante quanto mais mercado se cria. Assim, a valorização do mundo das coisas aumenta em razão direta da depreciação do mundo dos homens.” (pg. 71, 1981).

E, na seqüência, Motta ressalta então porque a lógica burocrática é, em si, alienante, operando diferentes antagonismos e separações:

*“No nível do cargo de trabalho temos a instauração de uma divisão técnica tida como indispensável ao bom funcionamento da burocracia. **Essa divisão, que já é uma separação, engendra uma serie de outras separações.** A primeira delas diz respeito ao homem e aos instrumentos de produção; a segunda, ao agente, ao produto de seu trabalho; a terceira, à separação entre cada membro da organização, isto é, cada um concentrando-se em sua tarefa, não se ocupando da do outro. Trata-se da delimitação de territórios, para pessoas e departamentos. A quarta diz respeito à separação ao nível da atividade, isto é, o trabalhador não pode defini-la. Deve executar sua função seguindo suas normas definidoras presentes em sua descrição. Finalmente, há a separação no tempo da atividade, O tempo é um dado O tempo é um dado quantificado dividido, regulador da conduta.”* (pg. 74-75, 1981. Grifos nossos).

Concluimos com o exposto que, se a essência da lógica burocrática é a alienação, calcada por diferentes antagonismos, uma lógica oposta, de organização da produção, só pode ser efetuada pela negação de antagonismos, em outras palavras, pela autogestão. A luz desta constatação elementar, podemos então criticar a coerência da proposta da Economia Solidária, no exato momento em que, ela mesma, ressalta a centralidade da autogestão. Logo, seu processo precisaria ser, a rigor, um processo em contradição com o sistema social e econômico vigente e principalmente de destruição de quaisquer antagonismos.

2. Direitos sociais, Estado e rede de proteção social

Como vimos no capítulo I, enquanto a luta por melhores condições de trabalho (proteção social) e a luta por outras formas de organização (movimento cooperativista e socialismo utópico), tiveram as mesmas motivações, no contexto do século XIX, durante o século seguinte essa última perde espaço para a primeira, no que vai resultar na constituição de uma rede de proteção social. Advogamos então que, para podermos entender a proposta de Economia Solidária, que admite a figura do Estado (ao contrário dos seus supostos precursores), ou seja, a prática de Economia

Solidária enquanto política pública, é necessário também um estudo sobre a questão dos direitos sociais, forjados para o trabalho assalariado, e a rede de proteção social estatal criada.

Nesta perspectiva, constatamos que existem diferentes formas de interpretar a constituição dos direitos sociais e proteção social, como as correntes institucionalistas e marxistas, assim explicitadas por Navarro (1993): *“No decorrer dos últimos vinte anos predominaram duas grandes correntes de pensamento nas extensas análises do Estado do Bem-Estar e do processo de produção do mundo capitalista desenvolvido. Uma delas centrou-se nesse Estado; a outra estudou fundamentalmente o processo de produção. Raramente esses dois tipos de análise se entrelaçaram”*.

Como a proposta de uma economia baseada na solidariedade, tem como principal fundamento mudança no processo de produção, com a instituição de um tipo de trabalho autogestionário, consideramos então que a lente pela qual se deva analisar tal movimento – da Economia Solidária – deve pressupor um referencial calcado neste mesmo prisma, qual seja, a relação entre processo de produção e a qualidade do Estado resultante, sendo este mesmo um resultado advindo das lutas políticas e sociais e da correlação de forças existentes, conforme a argumentação de Navarro, que explica:

“O consumo massivo surgiu como conseqüência de um longo processo de crescimento do consumo individual (principalmente através de salários e benefícios pessoais) e do consumo coletivo (através de gastos sociais por parte do Estado de Bem-Estar). Para atingi-lo, a classe trabalhadora teve que travar lutas gigantescas e dilacerantes com as classes capitalistas, que se opusera, em sua maioria, ao aumento de salários, benefícios complementares e transferências de recursos por parte do governo. (...) A correlação de forças entre as classes foi o principal determinante da maneira como foram outorgados e administrados os benefícios sociais através do Estado de Bem-Estar, mas a principal força que gerou a expansão do consumo coletivo foi a classe operária, através de seus instrumentos políticos.” (pg. 162, 1993).

Vemos então que, segundo tais estudos, há uma relação importante entre relações de trabalho, instituídas em uma determinada sociedade num determinado contexto histórico, e a rede de proteção social que se estabelece (ou mesmo a própria existência desta rede).

Tendo isso claro, vamos então avançar um pouco na análise das constatações conseguidas na presente pesquisa, advogando porque as práticas de Economia Solidária enquanto política pública, uma vez que opta pela centralidade do trabalho autogestionário, implicariam, por sua própria natureza, na perspectiva de uma nova rede de proteção social, ou, um Estado de outra qualidade. Isso porque tal tipo de trabalho é, por definição, divergente em relação ao trabalho formal assalariado,

típico do Welfare State ou Estado de Bem-Estar Social.

Para clarear tal hipótese, vamos recuperar aspectos centrais da constituição do Estado de Bem-Estar (como já vimos anteriormente) e sua problemática, agora sob a ótica das relações de produção, para em seguida situar então a proposta da Economia Solidária sob outro prisma.

Inicialmente é preciso ter claro que pensar em “proteção social” não faz sentido, se também não pensarmos nos seus sujeitos históricos (disputa política), na organização resultante que garante tal proteção (no caso os Estado Nacionais) e, por fim, nos elementos que conformam à constituição de um conjunto de direitos baseados em conquistas sociais, tais como: seguro-desemprego, previdência, 13º salário, licença maternidade, salário mínimo, regulação da jornada de trabalho, entre outros.

Consultando a literatura podemos inferir, de forma sintética, que o modelo predominante de proteção social, que se consubstanciou nos países do Welfare State e nos países desenvolvimentistas (Hobsbaw.1995), é específico de um tipo de relação de trabalho - o trabalho formal assalariado - melhor dizendo, temos a formação de uma “sociedade salarial”, segundo análise de Marques (1997). Logo, uma vez que toda uma sociedade está alicerçada no trabalho assalariado, por definição, suas lutas e conquista serão então condicionadas por esse contexto. Assim, a agenda de lutas sociais fica ou ficou condicionada pela luta por melhorias nas condições de um tipo específico de trabalho - o trabalhado assalariado - por esta razão é que temos a instituição de certos mecanismos de proteção, como o seguro desemprego ou o salário mínimo, por exemplo, e lutas por sua ampliação ou mesmo pela sua própria manutenção.

Convém notar que tal modelo de trabalho e proteção social, para ser eficaz, é apoiado em grande medida no pleno emprego (um dos seus pilares), ou seja, para que cada pessoa seja um cidadão de fato (com condições de desfrutar dos seus direitos e de uma vida digna), é necessário que ele esteja formalmente registrado, com carteira de trabalho devidamente assinada. Por sua vez, para que as vagas de emprego assalariado sejam não apenas oferecidas, mas oferecidas na mesma proporção que exige a demanda de empregos ou de trabalho, algumas variáveis são chaves no sistema de trabalho formal assalariado, como taxas de investimento produtivo, crescimento econômico, demanda agregada, forma de distribuição do aumento de produtividade, inovação tecnológica e competitividade.

Logo, em face da estrutura montada, na medida em se deterioram os indicadores de emprego formal, têm-se dois efeitos diretos: aumento da exclusão social e corrosão das condições de financiamento do sistema de proteção social, justamente quando mais se precisa deste mesmo

sistema (como nos casos que enfrenta uma pessoa sem renda regular, contando, muitas vezes, apenas com o seguro desemprego, educação e saúde gratuitos, entre outros serviços públicos).

Situamos então dois enfoques (considerando que a questão política estará sempre permeando todo o processo, seja qual for o enfoque em discussão) de se ver – e enfrentar - a questão:

- A) Econômico – por este enfoque, o argumento é em essência o mesmo dos moldes do modelo de Estado de Bem-Estar: o de que é preciso aumentar o crescimento econômico, a competitividade e os investimentos produtivos; variando apenas na titularidade de qual deva ser o agente investidor (Estado ou iniciativa empresarial).
- B) Social – nesta perspectiva, muitos pesquisadores, políticos e gestores propõem a criação de sistemas estatais de transferência direta de renda, tais como os casos dos programas de garantia de renda mínima, frentes de trabalho, bolsa escola e bolsa família.

Entretanto, dentro de um contexto social problemático, com respostas de enfrentamento quase sempre tímidas e insatisfatórias, não é surpreendente que outras respostas e questionamentos (no que se refere ao modelo de sociedade e de desenvolvimento que adotamos) sejam elaborados no seio da sociedade civil. Entre elas, localizamos então a proposta da “Economia Solidária”. Para situar e comparar, na relação entre processos de produção e qualidade da proteção social, colocamos ela como uma proposta que lançaria um outro olhar sobre as causas do desemprego. Na seqüência do nosso texto, incluímos então um terceiro enfoque:

- C) Social e econômico – este enfoque significaria, essencialmente, na reafirmação da centralidade da categoria trabalho, nos seguintes termos: a explicação, para as causas do desemprego e aumento da miséria, estaria na própria estrutura de trabalho montada. Segundo esta perspectiva, os aumentos simultâneos da produtividade e da competitividade, apenas agravariam ainda mais o quadro social de emprego e renda decrescentes, uma vez que tais melhorias são apropriadas por poucos e não distribuídos socialmente ao conjunto da sociedade, por meio de ações como a redução sistemática da jornada de trabalho ou aumento de salários, por exemplo. O elemento mais forte da “Economia Solidária” é então justamente a busca ou constituição de outras relações de trabalho e produção, pautados pela autogestão e

pela propriedade social, ainda que dentro dos marcos institucionais do modo de produção capitalista, fato que lhe impõe certos limites e contradições.

Tendo em vista o exposto, é que vamos então situar a Economia Solidária como uma agenda de políticas públicas, na hipótese de que, se é verdade que o trabalho autogestionário é central na sua proposta, então sua práxis necessariamente tende a avançar, conforme se avança (se existir tal avanço) nas ações práticas de empreendimentos autogestionários, em instrumentos de reprodução e em novos elementos de proteção social, conforme as experiências que pesquisamos estão a indicar.

Dessa forma, observamos que se tem na verdade é a busca de um espaço, espaço para a consolidação de tais práticas dentro de uma realidade social e econômica já dada ou em contradição com essas mesmas práticas, uma vez que o Estado, na sua atual forma contemporânea, está determinado por um contexto específico (modo de produção capitalista e trabalho assalariado), tal fato determina a qualidade da regulação ou da intervenção nas relações de trabalho e produção, de uma dada sociedade, e faz com que outro tipo de trabalho seja uma figura no mínimo estranha e contraditória.

Com isso, fica difícil imaginar, além da discutível viabilidade, espaço para outras relações de trabalho, quando a quase totalidade dos fundos públicos estão direcionados para a reprodução do trabalho formal assalariado. Logo, conquistar avanços que dêem sustentação para uma proposta da natureza da Economia Solidária significaria, sobretudo, conforme a presente pesquisa indica, conquistar um conjunto de políticas públicas adequadas, ainda que isso signifique também, potencialmente, mudança na qualidade do próprio Estado.

3. Economia Solidária como uma agenda de políticas públicas

Qualquer estudo sobre políticas públicas pode ter diferentes recortes, ora focalizando a entrada de determinado tema ou problema na agenda pública, ora ressaltando, mais pormenor, a questão da sua implementação concreta e seus conflitos, ou ainda tendo como enfoque avaliar impactos e resultados das intervenções públicas.

No nosso presente estudo, reconhecemos então alguns limites, que impendem que haja uma precisão maior sobre qual o recorte que queremos ao pesquisar políticas públicas e organização do trabalho dentro da problemática da Economia Solidária. Em primeiro lugar é preciso considerar que

tal tema é novo, na agenda acadêmica, e suas ações práticas são também, de certa forma, ainda incipientes. Entretanto, argumentamos que o mais correto seria pensar a proposta da Economia Solidária, viabilidade pela conquista do fundo público, como uma agenda de políticas públicas (Benini, 2003), e não um tipo específico de ação governamental (como os programas de garantia de renda mínima, programas de qualificação profissional e bolsa escola, citando alguns exemplos).

Tal perspectiva é derivada do nosso entendimento, se verdadeiro, sobre a natureza Economia Solidária: por um lado um processo social sofisticado (prática, proposta e práxis), por outro lado, contendo elementos que abrangem diferentes aspectos da reprodução social (Dowbor, 1998, ver anexo 4), como educação, crédito, desenvolvimento tecnológico, marco jurídico adequado e assessoria técnica.

Assim, ao ressaltarmos três elementos básicos do processo de qualquer política pública: entrada na agenda, desenho do programa e processo de implementação, o foco de atenção, para elaborar o presente trabalho, foi direcionado para a questão do desenho dos diferentes programas, refletindo sobre sua razão de ser e problemáticas, porém sem desconsiderar que a entrada na agenda pública, das propostas de Economia Solidária, tem sido ou produto de conquistas sociais de determinados grupos ou a busca, por parte de gestores e políticos, de ações governamentais capazes de gerar trabalho e renda, sem pretensões explícitas de mudança social ou de fomento de outras relações de trabalho e produção.

Já no que diz respeito a implementação, constatamos, grosso modo, que nesta etapa há um influência mais nítida das instituições, consideradas promotoras da “Economia Solidária”, seguindo um certo padrão de identificar grupos potenciais e, em seguida, trabalhar com estes grupos por meio de uma metodologia conhecida como “incubagem”, numa sistemática semelhante as das incubadoras de empresas, cuja a essência seria manter um ambiente diferenciado do mercado, até que a empresa “incubada” tenha plena condições de atuar plenamente em um ambiente competitivo. Tais questões serão mais bem desenvolvidas no próximo capítulo.

Tendo em vista a descrição de diferentes programas governamentais (indicativo do seu desenho), podemos então reunir um conjunto de intervenções públicas que, digamos assim, estão promovendo ou fomentando um projeto de Economia Solidária de diferentes formas e, principalmente, por meio de diferentes elementos da reprodução social.

Todavia, ressaltamos que, como vimos no capítulo anterior, não basta criar, formalmente, um trabalho autogestionário, para se ter uma prática realmente autogestionária. Logo seria preciso romper com o modelo burocrático de se organizar a produção, o que implicaria num contexto

propício para tal mudança, contexto este que leve em conta aspectos da reprodução social e tenha também uma correlação de forças favorável à destruição de quaisquer antagonismos.

Definimos assim porque muitos instrumentos ou políticas mesmo que, aparentemente, podem estar promovendo elementos como a solidariedade (qualquer que seja sua qualidade) ou práticas de autogestão, cooperativismo e/ou associativismo, não necessariamente estão nos marcos ou no movimento da Economia Solidária (isto adotando algum rigor metodológico de análise sobre a mesma). Com isso, vale lembrar que um projeto como da Economia Solidária é, sobretudo, uma conquista social.

Assim, para evidenciar e ilustrar tal problemática, nós procedemos de tal forma que, para buscar os programas no banco de dados, o primeiro critério de busca foi pelas seguintes **palavras-chave**: autogestão, solidariedade, cooperativa, associação. Em seguida, conforme a **descrição do programa** indicar ou não a promoção de novas relações de trabalho, separamos estes como programas que estão diretamente no contexto da Economia Solidária (tabela 1.A), sendo os demais consideramos programas que podem contribuir para esta, mas de forma variável ou não muito nítida (tabela 1.B). Colocamos ainda uma tabela de controle, dando alguns exemplos de ações que, pela descrição, não estariam no norte da Economia Solidária (tabela 1.C). O Banco de Dados utilizado foi o do Programa Gestão Pública e Cidadania (<http://inovando.fgvsp.br/index.htm>).

Obviamente que somente com uma pesquisa mais minuciosa seria possível precisar melhor qualquer classificação, porém, como nosso objetivo aqui é ilustrativo, tais critérios são suficientes para indicar a diversidade de experiências existentes.

A. Programas que foram concebidos diretamente no contexto do movimento da Economia Solidária ou do fomento a autogestão, inseridos, por meio de conquistas sociais, na agenda pública de determinados municípios brasileiros:

Cód / ano	Nome	Município	Descrição
575/98	Associação de recicladores	Caxias do Sul	A associação de recicladores - uma opção de geração de trabalho e renda, do fundo de assistência social de Caxias do Sul - RS, busca através de grupos organizados autogeridos , possibilitar a auto-sustentação das famílias envolvidas.

Cód / ano	Nome	Município	Descrição
508/98	Mutirão em Autogestão	Ipatinga - MG	O município de Ipatinga, desde 1991 coloca em prática uma experiência autogestionária na construção de moradias, trata-se do "programa municipal de produção de moradias por mutirão sob gestão de entidades comunitárias".
183/99	Projeto educação para o trabalho e a cidadania (PETC)	Porto Alegre - RS	Projeto para qualificação de trabalhadores sem acesso ao sistema tradicional de formação profissional, criando alternativas de geração de trabalho e renda, em regime de autogestão . É dirigido à população de baixa renda, desempregada e com idade superior.
310/99	Grupo comunitário de autogestão	Joaquim Távora - MG	Objetiva geração de emprego, renda e incentivo à organização com grupos formais e informais de autogestão . Este projeto foi criado para tentar solucionar ou, pelo menos, reduzir o problema de falta de recursos de pequenos produtores, ociosidade de mão-obra...
230/99	Capacitação em autogestão	Fortaleza - CE	Os objetivos deste projeto são: fortalecimento da organização dos artesãos, assessoria técnica e gerencial para melhoria da comercialização, autogestão e sustentação do empreendimento. Como um objetivo mais amplo, procura-se contribuir para o desenvolvimento.
737/00	Associação de recicladores	Caxias do Sul - RS	A Associação de Recicladores - Uma opção de Geração de Trabalho e Renda tem como eixo estruturante a construção da cidadania através do acesso ao trabalho de forma coletiva e autogestionária , interagindo no meio ambiente, preservando-o; o programa envolve 180 famílias, constituído em seis associações;

Cód / ano	Nome	Município	Descrição
			há parcerias com diferentes ongs.
251/01	Programa de desenvolvimento local de Pirai	Pirai - RJ	Estimula empreendimentos econômicos, por meio de ações nas áreas industrial, agrícola e de cooperativa ; trabalha a integração de empreendimentos populares às cadeias produtivas, garantindo acesso a crédito, capacitação e assessoria técnica e estabelecendo selo de comércio solidário .
183/02	Grupo de artesões cooperados	Santos - SP	Promove a capacitação, profissionalização e viabilização da geração de renda por meio do artesanato local, reunindo o trabalho de diversos artesãos; tem como meta auto-sustentação dos grupos , buscando uni-los numa proposta de cooperativa de produção focada na identidade turística do município.
510/02	Projeto cooperar	Fortaleza - CE	Trata-se de uma incubadora de empreendimentos econômicos solidários que utiliza tecnologia tradicional e de ponta; favorece o estabelecimento de uma rede de organizações solidárias capazes de gerir com sucesso seus capitais, observando a concepção de desenvolvimento sustentável.
826/02	Agência de fomento do Amapá s/a	Macapá - AP	Na busca de promover sustentabilidade econômica, leva solidariedade a empreendedores populares que procuram empregar-se em estabelecimento próprio movimentando mais de 4.500 operações, através de mecanismos e ferramentas de crédito que fortalecem a cultura empreendedora, popular e solidária .

Cód / ano	Nome	Município	Descrição
169/03	Projeto Banco do Povo de Recife	Recife - PE	Orienta forma e qualifica empreendedores com a finalidade de melhoria técnico-gerencial e de sustentabilidade dos empreendimentos; desenvolve uma política de crédito para a Economia Popular e Solidária como instrumento de desenvolvimento sócio-econômico, democratiza o acesso ao crédito orientado e contribuir para o fortalecimento e a sustentabilidade dos pequenos empreendimentos.
637/03	Redes de cooperação	Porto Alegre - RS	Promove o fortalecimento de micro e pequenas empresas incentivando práticas de ação conjunta que quebram o paradigma de competição individual acirrada e formando redes interorganizacionais ; disponibiliza, por meio de convênios com universidades, metodologia específica, consultores especializados e suporte técnico necessário para o êxito das redes.
1043/03	Rede de Economia Solidária	Camaçari - BA	Visa a implantação ou revitalização de unidades produtivas, enquanto estratégia de combate à pobreza e de promoção social ; os grupos são acompanhados, apoiados e orientados nos aspectos que dizem respeito à gestão dos empreendimentos, qualificação dos produtos, comercialização e formação das redes de produção.

Cód / ano	Nome	Município	Descrição
544/03	Incubadora de cooperativas	Embu - SP	Organiza e forma cooperativas diversas como prestação de serviços, construção, condutores e guardadores de carro, artesanato; tem como principal objetivo a profissionalização desses serviços, que busca recolocar no mercado de trabalho a população de baixa renda e atualmente desempregada.
1029/03	Cooperativismo de trabalho, administração, gestão e cidadania.	Maringá – PR	Organiza as mulheres do bairro Cinco Conjuntos de Mandaguari em torno de uma cooperativa de confecção e facção dentro do princípio da Economia Solidária ; elas recebem o acompanhamento/assessoria do programa Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho.
242/03	Programa de educação cooperativa a união faz a vida - projetos cooperativos e ambientais	Santa Bárbara do Sul - RS	Difunde o espírito de cooperativismo das escolas de ensino fundamental , ao realizar cursos, seminários, palestras, trabalhos em grupo, encontro de coordenadores e visita às escolas; integra escola e comunidade em torno do tema do meio ambiente.
159/03	Programa de Ação Integrada - PAI	Diadema - SP	Articula diferentes secretarias e departamentos da prefeitura para inclusão de trabalhadores adultos desempregados e sob situação de risco social; por meio de projetos integrados visa combater a pobreza e emancipar os trabalhadores , educando-os e qualificando-os profissionalmente, bem como fomenta negócios coletivos pautados na Economia Solidária .

Cód / ano	Nome	Município	Descrição
259/03	Projeto de geração de emprego e renda	Pirapora - MG	Promove o desenvolvimento econômico e social, voltado à geração de trabalho, emprego e renda, para pessoas sem ou com baixa renda; estimula a organização de formas coletivas de trabalho , por meio de cursos de qualificação profissional, oficinas de autogestão , assessoria na legalização e regulação de documentos e registros.

B. Ações variadas, mas que podem estar dentro do contexto mais amplo da Economia Solidária:

Tabela 1.B

Cód / ano	Nome	Município	Descrição
018/96	Instituição comunitária de crédito PORTOSOL	Porto Alegre	Entidade criada com o propósito de dotar porto alegre de um instrumento de crediário voltado aos micro e pequenos empreendedores, formais ou informais. São sócios fundadores: governo
482/96	Nosso Quintal	Curitiba - PR	Tem por objetivo estimular e apoiar a produção de hortaliças, frutas e plantas medicinais em quintais e terrenos ociosos de famílias carentes organizados através da associação de moradores locais, e também em escolas municipais, creches, pia´(s) e entidades.
286/97	Valorização e capacitação de catadores de papel	Belo Horizonte - MG	Visa a capacitação dos catadores com cursos sobre: relações humanas, limpeza pública, saúde e segurança do catador, trabalhando no trânsito, reciclagem, cooperativismo e funcionamento da cooperativa; e fornece infra-estrutura básica

Cód / ano	Nome	Município	Descrição
			para triagem de reciclagem.
148/98	Reforma agrária solidária	Fortaleza - CE	A reforma agrária solidária de fortaleza é uma reestruturação agrária, na qual os trabalhadores sem terra e minifundiários, através de suas associações, negociam investimentos reembolsáveis para a aquisição de terras e não reembolsáveis para infra-estrutura.
070/99	Cooperativa de trabalho paisagístico e artesanal	Santa Bárbara D'oeste - SP	Levando em consideração a situação do mercado de trabalho atual e a baixa qualificação da mão de obra, este projeto foi criado com o objetivo de profissionalizar os desempregados, criando um núcleo de prestação de serviços à comunidade.
402/99	Associação dos catadores de papel	Araçatuba - SP	O projeto tem a finalidade de viabilizar geração de renda através da comercialização junto aos centros de reciclagem. Para isso, a prefeitura auxilia na implantação do projeto "o luxo do lixo", desenvolvido pelas Cáritas brasileiras.
261/99	O programa de crédito orientado em parceria com associações	Fortaleza - CE	Visa criar condições para que pessoas desempregadas possam montar o seu próprio negócio através de financiamento e de formação empresa
508/99	Cooperativa de reciclagem Vida Nova	Chapecó - SC	O projeto primeiramente visou assentar famílias que viviam na área do "lixão" e sobreviviam da coleta dos materiais recicláveis, aliadas às precárias condições de saneamento básico e problemas de saúde, nos programas habitacionais.
853/99	Apoio ao associativismo rural	Poço Danta - PB	Visa, com apoio da prefeitura municipal, a organização rural, de forma que o trabalhador

Cód / ano	Nome	Município	Descrição
			com sua família possa enfrentar as adversidades do mundo moderno, contribuindo para o bem estar da família e desenvolvimento da comunidade.
454/99	Fundo de apoio ao empreendimento popular	Juiz de Fora - MG	O fundo destina-se a promover o crescimento e a consolidação de empreendimentos de pequeno porte, formais ou informais, associados ou não, através de uma instituição de crédito comunitário. O crédito é destinado a pessoas físicas de baixa renda
820/99	Banco do Povo – crédito solidário	Santo André	Consiste num programa de microcrédito, destinado àqueles empreendedores excluídos do mercado financeiro. Visa gerar emprego e renda, além de viabilizar o financiamento às pessoas de baixa renda e à empreendimentos de pequeno porte.
591/99	Banco do Povo	Campos dos Goytacazes - RJ	Projeto de financiamento voltado à criação de trabalho autônomo e, principalmente, produção familiar. O projeto visa incentivar a população de baixa renda a montar seu próprio negócio e assim, melhorar as condições de sua família.
650/99	Programa comunidade do futuro	Chapecó – SC	Objetiva a promoção de desenvolvimento econômico, social, ambiental, político, institucional, tecnológico e cultural do município. São promovidos, pela equipe de apoio técnico, cursos de capacitação organizacional e técnica.
218/99	Programa girassol - geração integrada de renda e ação social	Pimenta Bueno - RO	É uma estratégia para combater o desemprego e visa a socialização, profissionalização e desenvolvimento econômico do município de

Cód / ano	Nome	Município	Descrição
	solidária		forma solidária. Visa também ações de geração de renda, no enfrentamento da pobreza; dar suporte à organização social.
788/00	Crédito produtivo popular	Rio de Janeiro – RJ	O Programa de Microcrédito visa, antes de tudo, combater a desigualdade de acesso ao principal serviço financeiro de que um empresário necessita: o crédito. Em particular, são os micro-empresários os mais segregados pelo sistema financeiro tradicional, a despeito de representarem em média 80% das empresas formais instaladas na cidade e um percentual muito maior quando consideramos as informais, que chegam a quase meio milhão de estabelecimentos.
366/00	Programa arco-íris	Lajeado Grande - SC	O Programa Arco-Íris executa ações atendendo famílias em situação de baixa renda, criando condições de auto sustentação e diminuindo disparidades e desigualdades sociais . A operacionalização ocorre com parceria do poder público e sociedade civil, através de cooperativa familiar , onde as mulheres atuam nos projetos que compõem o programa de formação profissional, sendo: Preservação ambiental, cultivo protegido de hortifrutigranjeiros, oficina de minhocultura, confecção de artesanatos, orientação familiar, alfabetização de adultos.
600/01	Programa coopermaria	Macapá - AP	Oferece, a mulheres do município, orientação vocacional e cursos de capacitação tecnológica, produção de objetos de madeira, artefatos em

Cód / ano	Nome	Município	Descrição
			tecido pintado, bordados e trabalhos com motivos da floresta; estimula a formação de cooperativas , contribuindo para a geração de emprego e renda.
124/01	Instituto comunitário de crédito – Banco do Povo	Campo Grande - MS	Oferece financiamentos para facilitar o crescimento e a consolidação de micro e pequenos empreendimentos, formais ou informais, dirigidos por pessoas de baixa renda, por meio da adoção de uma metodologia específica, que valoriza o contato direto com o candidato ao crédito.
348/01	Grupo de economia popular	Vitória da Conquista - BA	Organiza artesãos e prestadores de serviços em diferentes áreas, promovendo a participação dos envolvidos em feiras, oficinas, cursos de capacitação e seminários; distribui selo de qualidade e realiza rede de trocas, visando a valorização das atividades por eles desenvolvidas.
390/01	Associativismo rural e urbano	Feira de Santana - BA	Promove encontros com vários setores da sociedade a fim de estimular a organização de trabalhadores rurais e urbanos em associações; o projeto busca garantir a eles o acesso a educação informal e a novas tecnologias de produção agrícola e artesanal.
55/01	Capacitação para produção em hortas associativas	Blumenau - SC	Qualifica, durante nove meses, trabalhadores desempregados cadastrados no Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima para desenvolver cultivo, acondicionamento e comercialização de hortaliças; é avaliado bimestralmente e requer uma frequência de

Cód / ano	Nome	Município	Descrição
			80%.
128/01	Comunidade do futuro - "o desenvolvimento de chapecó nas mãos dos chapecoenses"	Chapecó - SC	Apoia o desenvolvimento local por meio de ações de capacitação destinadas às lideranças comunitárias a fim de organizar e promover uma gestão participativa de empreendimentos. Após a implementação dos projetos, acompanha-os visando sua posterior sustentabilidade e autonomia.
1/02	Projeto construindo a cidadania por meio do associativismo	São João de Pirabas - PA	Incentiva a participação e organização dos moradores das vilas do município em associações para o desenvolvimento de atividades econômicas e de espírito cooperativo entre os sócios; visa ao conhecimento e ao exercício dos direitos de cidadão para solução de problemas.
88/02	A união faz a vida	Nova Palma - RS	Promove cursos, seminários, exposições, ações práticas e discussões direcionadas aos professores, pais e alunos do ensino fundamental. Abrangem temas como comportamento, educação, fauna, flora, cooperativismo e associativismo.
631/02	Programa cooperajovem - a cooperativa na escola	São Gabriel do Oeste - MS	Atende os alunos de 5ª a 8ª série procurando despertar o espírito cooperativista; a escola trabalha o cooperativismo como tema transversal seguindo um planejamento pré-elaborado; além das aulas teóricas realiza campanhas educativas, atividades lúdicas e a exposição dos trabalhos dos alunos.
463/02	Associação ecológica Canelense	Canela - RS	Contribui para o resgate social e a preservação do meio ambiente, inserindo os recicladores na

Cód / ano	Nome	Município	Descrição
	de Recicladores		sociedade como agentes batalhadores em pró do meio ambiente; melhora a auto-estima dos associados em função do aumento mensal de renda, assim como conscientiza a importância do trabalho realizado.
517/02	Fundo de garantia de crédito	Chapecó - SC	Facilita e auxilia o acesso de crédito aos agricultores familiares, empreendedores de micro e pequenas empresas, profissionais autônomos e a população sem emprego fixo; viabiliza iniciativas econômicas urbanas e rurais a fim de geração de trabalho, renda e desenvolvimento local e sustentável.
546/02	Centro de produção comunitária	Boa Vista - RR	Oferece as pessoas excluídas do mercado formal de trabalho cursos de capacitação e aperfeiçoamento, onde são estimulados a trabalhar de forma participativa e a gerir a sua própria produção ; prevê também, assistência psicossocial a fim de desenvolver um espírito empreendedor.
547/02	Mulheres empreendedoras	Fortaleza - CE	Atende mulheres de baixa renda dos bairros periféricos do município atuando nas áreas de artesanato, confecção, alimentação e fabricação de produtos de limpeza na busca de alternativas para ampliar a renda familiar; cria uma rede de solidariedade entre os moradores do bairro.
708/02	Coopersol	Lins - SP	Esse projeto além de ter como objetivo a preservação do meio ambiente, atende toda a população de Lins (66 mil habitantes), com a coleta seletiva uma vez por semana em suas residências, a organização dos ex garimpeiros

Cód / ano	Nome	Município	Descrição
			de lixo transformando em cooperado da Coopersol.
443/03	Associação acácia de triadores	Araraquara - SP	Organiza os trabalhadores que viviam do lixo no aterro sanitário em uma cooperativa de reciclagem; promove cursos, palestras, seminários e discussões de diversos temas visando a inclusão social e o resgate da cidadania.
1062/03	Coleta seletiva e ressocialização catadores	Penápolis - SP	Forma uma cooperativa de reciclagem e coleta seletiva tendo como membros as pessoas que antes viviam no aterro sanitário municipal; fornece à população sacos plásticos diferenciados nos quais separam o lixo de acordo com o tipo de material, que é recolhido por caminhões basculantes e enviados à cooperativa.
546/03	Projeto regional artesanato: ética, estética e solidariedade	Piracicaba - SP	Objetiva o desenvolvimento sócio-econômico de pessoas portadoras de deficiência e de famílias de baixa renda; por meio da produção artesanal desenvolve o empreendedorismo, cooperativismo e associativismo ; apóia a melhoria da qualidade dos bens produzidos, cria mercados, contribuindo para o desenvolvimento da condição de cidadania das pessoas atendidas.
66/03	Grupo de investidores solidários	Icapuí - CE	Trata-se de um grupo de investidores onde cada um entra com uma quantia para formação do capital para investimento em uma fábrica de beneficiamento da castanha do caju visando a comercialização; utiliza mão de obra familiar do assentamento promovendo geração de empregos

Cód / ano	Nome	Município	Descrição
			e renda.
1110/03	Cooperlírrios - a reciclagem social do lixo	Americana - SP	Organiza os coletores de material reciclável em uma cooperativa em que, após uma capacitação, atuam em conjunto com o programa de coleta seletiva do lixo, na conscientização semanal durante a coleta domiciliar.
818/03	Associação dos catadores de materiais recicláveis	Bauru - SP	Procura atender os catadores legalizados na Associação em suas necessidades individuais e grupais, incluindo-os em projetos de alfabetização e grupo de orientação psicológica, cursos de geração de renda e demais atividades sócio-educativas que contribuam para elevação da auto-estima e exercício de cidadania.
803/03	Coleta seletiva e ressocialização catadores	Nova Lima - MG	Visa a geração de emprego e renda para os catadores de recicláveis oriundos do antigo lixão da cidade, por meio da organização da Associação dos Catadores de Papel e Materiais Recicláveis de Nova Lima; objetiva preservar o meio ambiente
118/03	Projeto reciclador solidário	Piracicaba - SP	Tem o intuito de formar uma cooperativa que auxilie o trabalho dos catadores de lixo que atuam na região; desta forma, alcança-se uma maior integração social dos trabalhadores da região, tornando seus trabalhos dignos.
541/03	Centro de ecologia e cidadania – associação de recicladores	São Bernardo do Campo - SP	Espaços de trabalho e convivência social para o desenvolvimento das atividades de triagem, organização, beneficiamento e comercialização dos materiais recicláveis advindos da coleta seletiva implantada no município; os

Cód / ano	Nome	Município	Descrição
			rendimentos provenientes da venda dos materiais coletados são divididos entre os associados ; visam promover a valorização humana e profissional por meio da geração de empregos auto-sustentáveis.
555/03	Opção solidária	São José do Rio Preto - SP	Desenvolve atividades que incentivam a emancipação das pessoas em reuniões e a organização na produção de artesanato, culinária, corte e costura; visa combater a exclusão social desenvolvendo a sustentabilidade das famílias que recebem recursos dos programas públicos.
1052/03	Resgate da cidadania	Maringá - PR	Retira os trabalhadores do lixão do município e os encaminha para cursos e oficinas sobre trabalho cooperativo e associativismo e oferece auxílio na parte técnica e jurídica para a formação de cooperativas.

C. Programas de controle - apesar de o nome indicar alguma contribuição, para a proposta de Economia Solidária, sua descrição aponta que não promovem um novo tipo de trabalho baseado na autogestão:

Tabela 1.C

Cód / ano	Nome	Município	Breve descrição
13/00	Programa de geração de renda	Agudos - SP	Através de levantamento, feito pela coordenadoria de ação social do município, sobre a evasão escolar ocorrida entre os adolescentes, detectou-se a importância da gestão municipal em

			investir nesse programa de capacitação profissional. Os participantes do projeto freqüentam atividades culturais, recreativas, palestras como saúde, higiene e cursos de reciclagem nos vários aspectos. São desenvolvidas atividades envolvendo os familiares dos participantes, objetivando o fortalecimento da família e em consequência o resgate da cidadania desses adolescentes.
132/00	Qualificação profissional para a geração de trabalho e renda.	Icapuí - CE	O Programa de Qualificação Profissional de Icapuí foi implantado em 1997 após resultados do I Congresso de Geração de Trabalho da Juventude, ocorrido em 1996, que apontam como 1º passo para a geração de trabalho e renda, a qualificação profissional, visando o desenvolvimento das habilidades profissionais e da mão-de-obra local. O desenvolvimento destas ações vem trazendo resultados qualitativos e quantitativos para Icapuí, gerando trabalho e renda para a população local e uma melhor prestação dos serviços ofertados, dinamizando a economia do município.
448/00	Fábrica da gente	Campo Grande - MS	O Programa "Fábrica da Gente" atende os mutuários da Empresa Municipal de Habitação que, em função do desemprego, estão inadimplentes. Em sistema de trabalho rotativo (período de 90 dias), treina e remunera grupos de 24 pessoas,

			produzindo blocos e anéis de concreto, que serão utilizados em projetos sociais da Prefeitura de Campo Grande. É pago 50% do ganho mensal ao operário em dinheiro e os 50% restantes são empregados na amortização das prestações em atraso, objetivando a melhoria e garantia habitacional, assim como a habilitação profissional, possibilitando ao cidadão sua inserção no competitivo mercado de trabalho.
250/01	Programa qualidade de vida na família – geração de renda	Seara - SC	Propicia as pessoas desempregadas, de baixa renda a oportunidade de melhorar sua qualificação profissional por meio de grupos de produção que envolve sabão de álcool, horta e estufa, sala de costura, malharia teles, bijuterias, casa da mulher agricultora e casa artesanal.
16/02	Paraná solidariedade	Curitiba - PR	Oferece moradias sociais às famílias cujos titulares sejam maiores de 55 anos, deficientes mentais ou físicos, ou com renda mensal inferior a um salário mínimo; cada empreendimento recebe um equipamento comunitário, o qual capacita profissionalmente as famílias para a geração de renda e realiza atividades para a melhoria das condições de educação, saúde e higiene.
56/02	Rede Municipal de Solidariedade Humana	Montes Claros - MG	Agiliza programas assistenciais de emergência e conjugam meios e recursos com as organizações não governamentais para disponibilizar uma série de

			programas e projetos assistenciais e de cidadania para assistir parcela significativa da sua população.
962/02	Habitação solidária	Lins - SP	Propõe ser uma força capaz de mobilizar as pessoas para a ação em favor dos mais necessitados, organizando a prática da solidariedade através de depósitos de materiais de construção cedidos pela comunidade, estruturas físicas cedidas pela prefeitura e de um corpo municipal de voluntários.
286/02	Programa de garantia de renda mínima familiar	Lins - SP	Atende 30 famílias da periferia do município por meio de subsídio mensal e temporário que varia de meio a um e meio salário mínimo;propicia a geração de renda com vistas a autonomia, estando organizados em dois subgrupos que produzem alimentos: pães e salgados e um que confecciona artesanatos: tecido em pintura.
592/02	Fortalecimento da cadeia produtiva	Campina Grande - PB	Aumentam a oferta de trabalho e geração de renda por meio de investimentos em qualificação e treinamento de mão-de-obra ligada às cooperativas, clubes de mães ou associações; executa ações integradas que de forma sinérgica permitem o desenvolvido local do setor têxtil.

Nota: todos os grifos são de nossa autoria.

Como podemos observar, se por um lado tal levantamento, ainda que ilustrativo, já indica certo avanço nas práticas voltadas para a Economia Solidária - abrangendo setores como educação,

crédito, incubagem ou formação de cooperativa e associações – por outro lado vemos que ainda existe um espaço grande de variação, dito de outra forma, mesmo que haja coincidência nos termos usados – solidariedade, autogestão, cooperativismo – não necessariamente podemos situar tal programa no contexto específico da Economia Solidária, conforme definição adotada aqui.

Também ressalta, a uma observação mais cuidadosa, que a grande maioria dos casos levantados estão vinculados ou a programas de geração de trabalho e renda, ou a secretarias municipais e estaduais na área de trabalho e emprego, o que dificulta localizar, a menos por um trabalho específico de campo (como veremos no capítulo III), se tal ou tais programas são inseridos na agenda governamental por meio de uma conquista social, comprometida com algum projeto de transformação, ou se são desenhados pelos gestores públicos com a finalidade de gerar renda e combater a exclusão, ou mesmo a ocorrência de ambos os casos.

Além daqueles exemplos de programas governamentais, temos outros estudos que decompõem programas e iniciativas pró Economia Solidária em seus diferentes instrumentos. Entre eles, damos destaque, pelo seu detalhamento e riqueza de informações, aquele realizado por MANCE, pesquisador que além de realizar diversos estudos sobre as experiências e práticas de Economia Solidária, em um dos seus textos (2003), descreve uma lista de instrumentos para o desenvolvimento socioeconômico local, sob a perspectiva da Economia Solidária (ver lista no anexo 3 - instrumentos para a Economia Solidária, na qual, pela sua importância para nosso trabalho, vamos reproduzir do seu texto o nome do programa-instrumento e o seu objetivo, registrando que no original ele também detalhava os recursos e resultados).

Para traçarmos uma relação entre os instrumentos, que podem promover um projeto de Economia Solidária, com os seus elementos constitutivos, vamos montar logo abaixo uma tabela (tabela 2) relacionando ambos.

Incluimos nesta tabela os instrumentos já listados por Mance (ver anexo 3), porém com o acréscimo de alguns outros instrumentos, que também consideramos relevante serem explicitados (tendo como base os programas, levantados anteriormente, e o material bibliográfico consultado). Ressaltamos que alguns desses instrumentos podem ser utilizados tanto para reproduzir relações de trabalho tradicionais (trabalho formal assalariado), como promover relações de trabalho com base na autogestão, conforme a opção política efetuada. Com isso inferimos ser pertinente um tipo de classificação que indique, entre outras coisas, em que grau tal instrumento é derivado da proposta de Economia Solidária, ou se é uma prática que pode ou não ser direcionado para a mesma.

Assim, com o intuito de discernimos sobre a natureza de cada um deles e sua contribuição,

adotamos três critérios de classificação, advertindo que tal classificação é meramente indicativa e não conclusiva, estando aberta para debates futuros:

A = significa que tal instrumento é **específico** de um modelo de trabalho baseado na autogestão (projeto da Economia Solidária) e **contribui fortemente** para um dos seus elementos constitutivos;

B = significa que tal instrumento é **específico** de um modelo de trabalho baseado na autogestão (projeto da Economia Solidária) e **contribui** para um dos seus elementos constitutivos;

C = significa que tal instrumento **não é específico** de um modelo de trabalho baseado na autogestão (projeto da Economia Solidária) apesar de **poder contribuir** para um dos seus elementos constitutivos, conforme seu direcionamento político;

Tabela 2

INSTRUMENTOS EXISTENTES PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA	AUTOGESTÃO	SOLIDARIEDADE	SUSTENTABILIDADE	REDES	CIDADANIA
1. Redes de Economia Solidária		<u>B</u>	<u>B</u>	<u>A</u>	
2. Complexos cooperativos		<u>B</u>	<u>B</u>	<u>A</u>	
3. Cooperativas de consumo e grupos de aquisição solidária	<u>B</u>	<u>A</u>			
4. Empreendimentos solidários de produção e serviço	<u>B</u>	<u>A</u>			
5. Feiras de Economia Solidária			<u>A</u>	<u>B</u>	
6. Loja de Comércio solidária			<u>A</u>	<u>B</u>	
7. Comércio justo internacional		<u>C</u>	<u>C</u>	<u>C</u>	
8. Mostras regionais, estaduais e nacionais de Economia Solidária			<u>A</u>		
9. Selo da Economia Solidária e sistema participativo de certificação			<u>A</u>		

10. Catálogos de produtos, serviços e comércio.		<u>B</u>	<u>A</u>	<u>B</u>	
11. Rede de comércio solidário		<u>B</u>	<u>A</u>	<u>A</u>	
12. Fundo solidário de desenvolvimento local		<u>A</u>	<u>A</u>	<u>A</u>	
13. Banco do Povo			<u>C</u>		
14. Banco Comunitário		<u>A</u>	<u>B</u>		
15. Cartões de crédito solidário		<u>B</u>	<u>A</u>		
16. Cooperativa de crédito	<u>B</u>		<u>A</u>		
17. Clubes de troca com moeda social		<u>A</u>	<u>B</u>		
18. Terminais municipais de Economia Solidária			<u>A</u>	<u>B</u>	
19. Entrepostos regionais de Economia Solidária			<u>A</u>	<u>B</u>	
20. Bolsas de negócios			<u>C</u>		
21. Portal da Economia Solidária – a tecnologia da informação a serviço do desenvolvimento sustentável		<u>B</u>	<u>A</u>	<u>B</u>	
22. Incubadoras de empresas e centros de apoio à Economia Solidária	<u>A</u>	<u>B</u>	<u>B</u>		
23. Bolsa escola			<u>C</u>		<u>C</u>
24. Primeiro emprego			<u>C</u>		<u>C</u>
25. Recomeço			<u>C</u>		<u>C</u>
26. Urbanização comunitária		<u>C</u>			
27. Licitações Pulverizadas			<u>C</u>		<u>C</u>
28. Cursos de formação específicos em autogestão	<u>A</u>				
29. Educação popular com base na realidade de cada grupo social participante	<u>A</u>				<u>B</u>
30. Universalização do acesso à universidade pública					<u>A</u>
31. Atividades de formação e valorização cultural da autogestão	<u>A</u>	<u>A</u>			<u>B</u>
32. Conselhos populares deliberativos ou consultivos sobre políticas de Economia Solidária		<u>B</u>	<u>B</u>	<u>B</u>	<u>A</u>
33. Orçamento participativo	<u>C</u>				<u>C</u>
34. Desenvolvimento tecnológico com base na adequação sócio-técnico (Dagnino,			<u>A</u>		<u>B</u>

35. Regulação jurídica adequada			<u>A</u>		<u>A</u>
36. Bolsa empreendedor	<u>C</u>		<u>C</u>		
37. Programa SP inclui			<u>C</u>		<u>C</u>

Portanto, em primeiro lugar novamente vemos que, enquanto alguns desses instrumentos são típicos de uma proposta de trabalho centrada na autogestão, outros podem sofrer, a priori, variações (instrumentos classificados como C) e se adaptarem à ambas as formas – trabalho assalariado ou trabalho autogestionário – conforme a **opção política** da organização promotora desse instrumento ou conforme o movimento pela Economia Solidária for conquistando novos espaços de ação e intervenção pública.

Em segundo lugar, vemos também que, no conjunto, tais instrumentos abrangem diferentes setores da reprodução social, conforme classificação de Dowbor (pg. 147, 1998. Ver anexo 4), reforçando nosso argumento de que estamos falando então de um **conjunto de políticas públicas**, que podem ou não ser articuladas por uma proposta mais ampla de desenvolvimento social e econômico baseado na autogestão, no caso, baseada na proposta da Economia Solidária.

Na seqüência, entramos na descrição e análise da pesquisa de campo, já tendo clareza de referências como a natureza da Economia Solidária (cap. I), e como podemos situar políticas e ações públicas direcionada para essa proposta, tendo como pano de fundo o contexto do Estado e dos direitos sociais e conhecendo as opções (instrumentos) de políticas públicas existentes para uma proposta de Economia Solidária (como vimos neste capítulo).

CAPÍTULO III – A Economia Solidária e sua práxis

1. Estratégia da pesquisa e questões selecionadas

Para a realização de pesquisa de campo, conforme nosso foco de atenção e objetivos propostos, nós optamos por um tipo de pesquisa qualitativa, dividida em dois momentos:

A – Levantamento de material bibliográfico e documentos de referência: (1) textos e artigos específicos, sobre o tema Economia Solidária; (2) identificação de alguns programas governamentais (Programas de Economia Popular Solidária, no Estado do Rio Grande do Sul e Prefeitura Municipal de Porto Alegre; Programa de Auto-Emprego do Governo Estadual de São Paulo; e documentos da Secretaria Nacional de Economia Solidária, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego), que promovem políticas públicas nesse âmbito, destacando o seu desenho; e (3) uma listagem ilustrativa, a partir do banco de dados do Programa Gestão Pública e Cidadania da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, com o intuito de verificar as diferentes formas de ação dos programas voltados para a Economia Solidária ou que declaram tal objetivo. Foi com base nesse material que elaboramos os capítulos I e II do presente trabalho.

B – Pesquisa de campo: realização de entrevista com gestores dos programas voltados para o fomento da autogestão e com as pessoas participantes das cooperativas fomentadas por aqueles mesmos programas. Dados coletados para o presente capítulo.

Nesse segundo momento (B), nossa intenção não foi discutir as características de cada programa e seus resultados em detalhes, ou mesmo realizar estudo sob um prisma comparativo, mas sim evidenciar que, quando cada experiência governamental propõe equacionar minimamente a viabilidade de empreendimentos solidários, segundo suas possibilidades políticas e institucionais, cria-se uma **diversidade de casos, instrumentos e estratégias**, cada qual focalizando um determinado aspecto ou dimensão da proposta de Economia Solidária (como vimos no cap. II, item 3). Com o **conjunto das iniciativas** já em curso, seria possível então vislumbrar **elementos chaves e características** do que pode vir a ser um novo **sistema de proteção social**, baseado nos direitos sociais dos trabalhadores agentes da autogestão.

As fontes de dados para essa pesquisa de campo foram: os programas Oportunidade Solidária, da Prefeitura Municipal de São Paulo (entrevista com a coordenadora e dinâmica de grupo em um caso selecionado); Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André (entrevista com o coordenador e dinâmica de grupo em um caso selecionado); Incubadora Tecnológica de

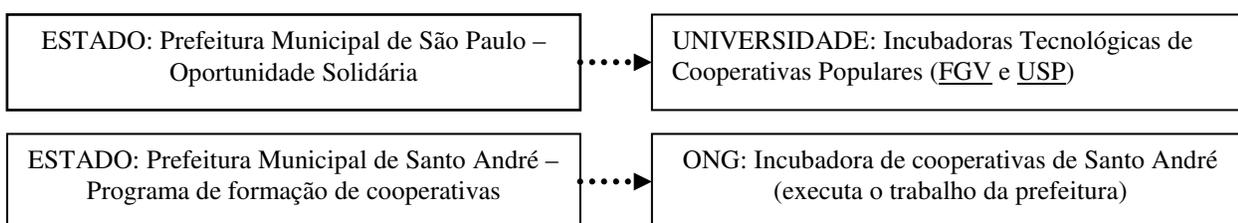
Cooperativas Populares da Fundação Getúlio Vargas (dinâmica de grupo com membros da incubadora e dinâmica de grupo em um caso selecionado); Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (dinâmica de grupo com membros da incubadora e dinâmica de grupo em um caso selecionado); e Associação Nacional dos Trabalhadores em Autogestão - ANTEAG (entrevista com um dos seus coordenadores).

As entrevistas com os coordenadores foram realizadas por meio de um questionário padrão com questões fechadas e abertas (ver anexo 1); as dinâmicas de grupos seguiram um método de grupo focado (“*focus group*”); em cada um deles foram colocadas algumas questões para que os participantes respondessem e debatessem com os demais colegas (ver anexo 2). Todas as entrevistas e dinâmicas de grupo foram gravadas em microcassete para revisão e análise.

Essa pesquisa qualitativa teve então o objetivo de mapear os principais elementos dos programas e sua inter-relação, por meio de entrevista semi-estruturada com os gestores e, em seguida, com uma dinâmica de grupo conjuntamente com levantamento de algumas informações objetivas dos casos de incubação (cooperativas ou empresas autogestionadas). Para a seleção do caso a ser estudado, nossa opção foi por uma seleção livre feita pelos próprios gestores, segundo seu critério de caso bem sucedido, sob a condição de justificarem explicitamente os motivos da escolha. Procedemos assim por entender que tais ações, políticas públicas voltadas para a Economia Solidária, são incipientes, logo a amostragem e sorteio não seriam métodos eficazes para entendermos melhor práticas desenhadas para a Economia Solidária. Além do mais, nosso objeto não foi avaliar os programas, mas sim identificar variações constantes e principais elementos constituintes.

Justificamos tais escolhas, acima descritas, devido às facilidades em buscar os dados (Região Metropolitana de São Paulo), além da existência de várias ações, neste mesmo espaço geográfico, declaradamente pró à Economia Solidária, além da possibilidade de incluir alguma variação institucional – exemplos de cada ator social (poder público municipal, universidade, sindicato) para tornar mais rica a coleta de dados.

Temos então um esquema das instituições estudadas e indicação de algumas parcerias na execução dos programas:



A questão básica que norteou a pesquisa de campo e busca de dados esteve então focada nos seguintes termos: Políticas públicas de apoio e/ou fomento à Economia Solidária são (A) políticas de trabalho e renda restritas ou (B) é uma agenda (conjunto) de políticas públicas voltada para diferentes setores da reprodução social?

Destacando duas hipóteses de trabalho:

Para A: As ações das diferentes instituições ou programas voltadas para a Economia Solidária concentram-se na incubagem de cooperativas e na mensuração de novos postos de trabalho – logo, o objetivo é combater o desemprego e a exclusão social por meio de transferência de renda. A disputa política está voltada para o grau de prioridade que tal programa tem, em relação às demais ações no espaço de combate ao desemprego e geração de renda.

Para B: Existem outras ações estruturantes com peso significativo, tais como: Formação e ensino para a prática da autogestão e para a viabilidade dos negócios, articulação interorganizacional, investimento em pesquisas, articulação com linhas de crédito para fomento, assessoramento dos empreendimentos, preocupação em avaliar sucesso ou insucesso dos empreendimentos.

Enfim, como resultado dessa pesquisa nós vamos, na seqüência, focar aspectos mais estruturais, centralizando nossa atenção, primeiro na perspectiva dos “promotores da Economia Solidária” e, em seguida, para o processo social que determina a inclusão de determinados instrumentos pró Economia Solidária nos programas governamentais, por meio dos dados coletados nas entrevistas e nas dinâmicas de grupo.

2. Processos sociais e as instituições da Economia Solidária

A entrada na agenda pública da proposta da Economia Solidária é conquista de determinados movimentos e instituições da sociedade civil, como nos descreve Cruz (2002): “*Políticas públicas de apoio à Economia Solidária são fundamentais. Elas são uma conquista do movimento social da Economia Solidária, que é a outra face do fenômeno econômico*”.

Dentro desse movimento social, têm participação relevante órgãos como a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária), ADS – CUT (Agência de Desenvolvimento Solidária, da Central Única dos Trabalhadores), Campanha da Cidadania Contra a Fome e Pela Vida, Rede Universitária de Incubadoras de Cooperativas (as chamadas ITCPs), Rede de Pesquisa UNITRABALHO, Movimento do Cáritas (da Igreja Católica), parcelas do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), e algumas ONG'S, como o PACS (Projetos Alternativos do Cone Sul), CAMP (Centro de Assessoria Multiprofissional), NESOL (Núcleo de Solidariedade), entre outros.

Como vimos, a Economia Solidária também já conta com o apoio de alguns programas governamentais estaduais (como os casos do Rio Grande do Sul e de São Paulo), iniciativas municipais (São Paulo, Santo André e Recife), e do próprio governo federal com a instituição da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária – Ministério do Trabalho e Emprego).

Depois do levantamento dos programas ou instrumentos voltados para a Economia Solidária (capítulo II, item 3), vamos então focalizar um pouco mais nosso estudo em algumas experiências governamentais, primeiro comentando um pouco mais sobre os casos do Governo Estadual do Rio Grande do Sul, Governo Estadual de São Paulo e do Governo Federal (SENAES), para em seguida concentrarmos nossa atenção para os dados coletados da pesquisa de campo na Região Metropolitana de São Paulo (destacando as experiências dos municípios de São Paulo e Santo André).

Tudo indica que as experiências pioneiras, de políticas públicas voltadas para a Economia Solidária, foram as da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Governo Estadual do Rio Grande do Sul, sendo que ambas criaram um programa de economia popular solidária. Porém não podemos deixar de citar também a experiência do Governo Estadual de São Paulo, que desde 1995, por meio da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, promove o denominado PAE – Programa de Auto-Emprego, ainda que, como veremos, tal programa não expressa, entre seus objetivos, qualquer pretensão de promover a Economia Solidária. No entanto, acreditamos ser razoável incluí-lo no contexto da pesquisa, uma vez que sua estratégia de ação é justamente a promoção da autogestão fomentado cooperativas populares. Vejamos rapidamente a forma de atuação e algumas peculiaridades de cada um deles.

O caso do Governo Estadual do Rio Grande do Sul é um exemplo claro de uma proposta de intervenção pública constituída dentro do contexto da Economia Solidária, por meio de um conquista social do seu movimento. Assim, segundo documento redigido pelo próprio programa, e encaminhado para nós por e-mail, podemos ver claramente seu norte de atuação:

“O Programa de Economia Popular Solidária - ECOPOPSOL - tem por objetivo criar, manter ou ampliar oportunidades de trabalho e acesso à renda, através de empreendimentos autogestionados, de forma coletiva e participativa, pelos próprios trabalhadores produtores, permitindo o incentivo ao desenvolvimento de novas atividades econômicas, proporcionando uma distribuição mais justa e eqüitativa da renda e estimulando relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente.” (Documento de avaliação, 2001).

Quanto à sua forma ou estratégia de ação, vemos que tal política pública é também exemplo de utilização dos cinco instrumentos, digamos, clássicos na promoção e fomento do projeto de Economia Solidária (conforme nossas pesquisas têm indicado). Outro documento encaminhado (PROGRAMA DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA, 2001) indica claramente os instrumentos então utilizados:

- Formação e educação em autogestão;
- Capacitação do processo produtivo;
- Financiamento;
- Comercialização;
- Incubadoras de economia popular solidária.

Podemos constatar também uma peculiaridade no programa gaúcho: ao contrário da grande maioria, ele está vinculado a uma secretaria de desenvolvimento e não a secretarias de trabalho ou emprego, um indicativo da natureza do programa que se quer implantar. Conforme fica explícito no objetivo geral do programa, a ação de gerar trabalho e renda seria um dos pilares do programa, que também almeja alguma mudança social no horizonte de mais igualdade e outras relações de trabalho pautadas pela autogestão e solidariedade: *“Este Programa institui as Políticas Públicas para a Economia Popular Solidária, que objetivam criar, manter ou ampliar oportunidades de trabalho e acesso à renda, através de empreendimentos de caráter coletivo e participativo, autogeridos pelos próprios trabalhadores, permitindo o incentivo ao desenvolvimento de novas atividades econômicas, proporcionando uma distribuição mais justa e eqüitativa da renda”*. (Grifos nossos).

Segundo relato de uma das gestoras do programa, mandado via e-mail, o programa Economia Popular Solidária foi uma conquista dos movimentos sociais voltados para a promoção e luta por uma economia baseada na solidariedade. Segundo seu próprio depoimento:

“O apoio à EPS foi demandado pelo MST e Cáritas durante o processo de elaboração do Programa de Governo da Frente Popular; no primeiro momento a SEDAI optou pela parceria com

a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária); a partir de 2001, já montado o Departamento, foram feitas parcerias com 6 universidades - UFRGS, UNISC, UPF, UCPEL, UNISINOS e UNIJUÍ; no começo de 2002 foi contratada a COPPETEC e foi iniciado processo de parceria com 16 ONG's locais, mas o convênio não chegou a ser executado. Ainda através do convênio com a ANTEAG fizemos parceria com o IBASE, DIEESE, UCPEL e CAMP.” (Analucia Fialho – integrante do programa de Economia Popular Solidária);

O PAE (Programa de Auto-Emprego) foi iniciativa do Governo Estadual de São Paulo. Sua especificidade reside em não haver qualquer menção clara, dentro dos seus objetivos, sobre os princípios ou sobre a proposta da Economia Solidária, apesar de ter, em essência, a mesma meta: promover novas relações de trabalho por meio da autogestão - sua estratégia de geração de trabalho e renda. A sua forma de ação também é peculiar, fomentando empreendimentos por meio de uma metodologia de capacitação massiva, desenvolvida pelo sociólogo Clodomir Santos de Moraes. Tal metodologia utiliza LOTS - Laboratórios Organizacionais de Terreno - como forma de “incubar” novos empreendimentos, estes animados pelos chamados TDEs – Técnicos em Desenvolvimento Econômico – formados pelo próprio programa em um outro tipo de laboratório, o LOC – Laboratório Organizacional de Curso. Os principais instrumentos utilizados por esse programa, dentro dos LOTS, são:

- Formação em autogestão;
- Treinamento em gestão de negócio; e
- Treinamento na produção de um produto ou serviço específico. (fonte: Cartilha *Teoria da Organização*).

Pelo que pudemos constatar, o PAE foi introduzido no Governo Estadual por intermédio do próprio Secretário então nomeado para a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho – Walter Barelli - que já conhecia a experiência de capacitação massiva, a qual havia sido aplicada na região da antiga Alemanha Oriental pelo seu formulador, após o processo de reunificação que gerou taxas altas de desemprego. A SENAES foi criada em 2003, tendo como secretário Paul Singer e secretária-adjunta Sônia Kruppa. Entretanto somente em 2004 começou-se a desenhar de forma mais nítida sua estratégia de ação, por meio do “Plano de Ação 2004”, segundo este mesmo documento: “A SENAES foi criada com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003. Ela é parte da história de mobilização e articulação do movimento da Economia Solidária existente no país.”

Foi então que ficou instituído o “Programa Economia Solidária em Desenvolvimento”, que estabelece os seguintes objetivos e políticas prioritárias.

“OBJETIVOS

- *Dimensionar e dar visibilidade ao universo dos empreendimentos de autogestão e Economia Solidária no Brasil.*
- *Qualificar os atores envolvidos com a implementação das políticas públicas direcionadas à Economia Solidária e à autogestão.*
- *Promover a Economia Solidária em desenvolvimento junto aos empreendimentos de autogestão.*
- *Facilitar o intercâmbio de experiências e reflexões sobre temas afins entre os empreendimentos.*
- *Contribuir para organização da autogestão na geração de trabalho e renda aos trabalhadores.*

POLÍTICAS PRIORITÁRIAS

- *Políticas de reconhecimento, publicização e visibilidade da Economia Solidária.*
- *Políticas de formação social e profissional.*
- *Políticas setoriais para a Economia Solidária em desenvolvimento.*
- *Política de gestão das políticas públicas.*
- *Capacitação de gestores para implementação e promoção da Economia Solidária e autogestão.*
- *Políticas de ação produtiva e segurança alimentar.*
- *Formulação de políticas públicas que induzam a preservação do processo de organização de atividades de subsistência e de produção, levando em consideração a cultura endógena do modo de produção solidário e comunal.*
- *Prioridade às famílias ao acesso aos programas sociais do Governo Federal.*
- *Fomento à constituição de redes com os empreendimentos de autogestão.*
- *Fomento à constituição de empreendimentos e de cadeias produtivas solidárias, partindo das oportunidades e recursos existentes em outras políticas sociais e setoriais do Governo Federal, a exemplo da segurança alimentar, educação de jovens e adultos, habitação e outros.*
- *Investimento na capacidade instalada, visando a melhoria do processo de produção.”*

Fonte: Plano de Ação 2004.

Como o desenho de determinada política não é fruto de um mero encaixe técnico, mas produto de uma interação política e de alguns determinantes sociais, podemos então notar que a SENAES já demonstra um avanço, em relações as outras experiências práticas, na concepção do que sejam políticas públicas para a Economia Solidária, dando maior ênfase para instrumentos de coordenação e reprodução.

Após comentar os casos acima, focalizaremos então as cinco instituições sobre as quais foi realizada pesquisa de campo: dois programas do governo municipal (São Paulo e Santo André), duas incubadoras universitárias (FGV e USP), e uma organização sindical (ANTEAG), separando cada uma delas em um item específico e definindo alguns elementos de análise.

1) Prefeitura Municipal de São Paulo – Programa Oportunidade Solidária;

- Características básicas: Lançado em agosto de 2001 pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, com o objetivo de estimular a autogestão e o empreendedorismo popular expresso pela chamada economia popular solidária.

- Formação de atuação / instrumentos utilizados:

- a. Formação para a autogestão popular;
- b. Assessoria e assistência para a organização dos empreendimentos;
- c. Capacitação técnica para desenvolvimento da atividade prevista;
- d. Incubação de tecnologias para o desenvolvimento social;
- e. Comercialização, mercados e estratégias de demanda.

- Principais pontos da entrevista: Realizada no dia 09/03/2004.

Segundo depoimento da coordenadora do programa, políticas públicas para a Economia Solidária estão dentro de um processo de conquista, surgindo primeiro num processo social não vinculado aos aparelhos estatais. Porém, no caso de São Paulo, tal programa não foi constituído por força de uma pressão social, sendo o mesmo já incluído dentro da proposta de trabalho da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade e desenhada para atuar em dois eixos: programas redistributivos e programas emancipatórios. O programa Oportunidade Solidária se inclui no segundo eixo. Segundo a entrevistada, a centralidade do trabalho na vida das pessoas já coloca que sem trabalho não há

desenvolvimento, logo, a Economia Solidária deve ser colocada dentro de uma estratégia de desenvolvimento, cujo eixo principal seria a promoção de novas formas de trabalho. A Economia Solidária também já supõe uma mudança na subjetividade das pessoas, desenvolvendo cidadania ativa, já que as pessoas querem transformar sua realidade. A justificativa do programa está relacionada, primeiro, à gravidade dos dados de desemprego e renda; porém, existe um processo social que mostra que tais iniciativas têm resultados importantes, seja na geração de trabalho e renda, seja na recomposição dos laços de solidariedade entre as pessoas. A formação em autogestão é feita por uma rede de instituições sociais que já vinham desenvolvendo trabalhos desse tipo. Há um conjunto de ações que são disponibilizadas na medida em que se é criada uma rede de instituições e empreendimentos de Economia Solidária, como o crédito produtivo. A entrevistada afirma que o programa Oportunidade Solidária tem permitido fazer um desenho de política pública do projeto de Economia Solidária, por meio do vivenciamento de práticas e experiências. Ressalta também que os indicadores para avaliar o programa ainda estão sendo desenvolvidos, sendo a avaliação, no momento, concentrada na questão de trabalho e renda gerados. Para promover a infra-estrutura e viabilidade dos empreendimentos já estão disponíveis os seguintes instrumentos: incubagem, informação, capacitação dos empreendimentos, capacitação das atividades produtivas, linhas de crédito e o bolsa-empendedor para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para os empreendimentos, ressaltando aqui a inclusão tecnológica das pessoas. Novos instrumentos já estão em estudo, como os centros de referência para a Economia Solidária, local de produção e trabalho juntos, similar às incubadoras, sem criar novas dependências. O tempo de maturação dos empreendimentos, em face das necessidades imediatas de renda dos excluídos socialmente, é equacionado, no caso da prefeitura de São Paulo, dentro do contexto mais geral da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, que articula programas redistributivos com programas emancipatórios. Assim, o Começar de Novo e Bolsa-Trabalho (programas redistributivos, com benefício de bolsa) são a porta de entrada no Programa Oportunidade Solidária. Porém, a ausência de renda continuada para as pessoas (depois que termina o tempo de bolsa) tem sido o principal fator de evasão delas do programa oportunidade solidária. Sobre a SENAES, o seu papel estratégico seria o de consolidar uma política nacional, de Economia Solidária, articulada - ganhando institucionalidade, ampliando o crédito e revisando alguns marcos legais (como as compras públicas e a lei do cooperativismo), por exemplo. Ressalta ainda que, como a

Economia Solidária é uma novidade, precisa de muita ação articulada para conquistar seu espaço. Sua concretização depende não só dos gestores, mas principalmente da sociedade organizada, que tenha os sujeitos da Economia Solidária ocupando seu espaço político e demandando ações por parte do Estado; O programa está focado, por limites de recursos e capacidade operacional, para as pessoas abaixo da linha da pobreza (universo de 580 mil famílias); hoje são beneficiados pelos programas de renda 320 mil famílias. Tem como parceiros universidades, ONGs e cooperativas (por exemplo, a cooperativa Integra). Para que o programa tenha continuidade em outras gestões será preciso ainda uma renovação do projeto político. Quanto aos desafios do programa em questão, foram explicitados dados como, por exemplo, a relação entre inscritos e trabalhos gerados: 15.000 passaram pelo processo de capacitação; destes, 2.000 constituíram empreendimentos, o que pode parecer um resultado pequeno. Porém, fica a questão: será que somente este indicador deve ser considerado, ou devemos relativizar com outros indicadores, ou mesmo em relação aos outros programas de geração de renda? Outro aspecto diz respeito à renda conseguida pelos empreendimentos: ainda que talvez pequenas frente às expectativas, é necessário considerar a situação de renda do país, e a própria situação dos empreendimentos (da Economia Solidária), sendo ainda necessário um rede de proteção ou uma dinâmica que permita aos empreendimentos se consolidarem.

Observamos ainda que a coordenadora do programa teve uma trajetória pessoal ligada aos movimentos sociais que lutam pela emancipação social. Tal experiência, somada à pesquisa de outros exemplos de programas (Rio Grande do Sul, Porto Alegre e Recife) e o fórum brasileiro de Economia Solidária, deram subsídios à elaboração do Programa Oportunidade Solidária.

- Caso ilustrativo: Cruffi (Cooperativa de reciclagem de lixo)
 - Critérios de escolha: O grupo indicado é composto por beneficiários de Programas Sociais da PMSP e é incubado pelo Programa Oportunidade Solidária, em parceria com a Cebracoop, Instituição Parceira do Programa. Segundo definição da coordenação do Programa Oportunidade Solidária: *“Este grupo tem apresentado um nível considerável de coesão entre seus membros e uma boa organização, além de participar frequentemente de*

atividades ligadas à temática da Economia Solidária. O grupo está produzindo em um local alugado e os seus participantes já fazem retiradas mensais”.

- Dinâmica de grupo: Realizada em 08/04/2004 com seis cooperados.

→ Dados objetivos da cooperativa:

Tempo do grupo: 1 ano

Tempo da cooperativa: 1 ano

Tempo de incubação: 9 meses

Periodicidade das assembléias: mensal

Cota-parte no valor de: R\$ 100,00

Critério para repartir as sobras: horas trabalhadas

Valor médio mensal da retiradas: impreciso

Número de pessoas da cooperativa: 32

Escolaridade média: 1º grau

Existem trabalhadores que não são sócios: não

→ Principais pontos da dinâmica de grupo:

- O por quê da escolha pela cooperativa:

↗ falta de campo ou mercado de trabalho;

↗ o lixo tem um campo amplo para ser explorado;

↗ conscientização sobre o meio ambiente;

↗ motivados por palestras;

↗ a maioria não conhecia o que é uma cooperativa;

↗ apenas uma pessoa conhecia, propondo uma cooperativa de reciclagem;

↗ confiança mútua;

↗ iniciativa de pôr em prática o curso sobre cooperativismo;

↗ ressaltaram ainda que é difícil pôr o cooperativismo em prática, porque as pessoas são diferentes umas das outras;

Relação entre o trabalho tradicional com chefe e o trabalho da cooperativa: um cooperado disse que com certeza voltaria a ser assalariado, pois teria certeza de receber seu salário todo mês; outros já não, ressaltando que há um risco permanente de ser excluído do mercado, sendo melhor “investir no que é nosso”, pois a qualquer momento

a cooperativa pode sair do vermelho. Há o orgulho de terem o seu trabalho reconhecido. Outros ainda colocam que não faz falta o chefe, pois há os coordenadores, que representam a todos. Enquanto o patrão faz o que quer, na cooperativa as decisões precisam ter o apoio de todos.

O que é autogestão e solidariedade: para a maioria, solidariedade significa pensar nos outros, lutar pelos outros e ajudar a população com a conscientização ambiental. Não conhecem o termo autogestão.

Apoios e problemas encontrados:

- ↗ Apoio da subprefeitura (promessa de doação do terreno), ficando ainda o problema da construção da sede;
- ↗ Apoio do Sebrae, com cursos profissionalizantes, oficinas, assessoria jurídica;
- ↗ Secretaria do Verde, com verbas para palestras e atividades de conscientização para a população.
- ↗ O principal problema é que estão trabalhando sem receber, e assim tendo dificuldades na alimentação. A previsão é de ter renda da cooperativa em um ano e meio.

Condição de agente-sujeito da cooperativa: Os depoimentos destacaram a questão de se sentir útil, de ter reconhecimento social, além de explicarem que todos participam das assembleias e assinam o livro ata, para que haja transparência nos negócios. Eles têm uma coordenação com 5 membros e um conselho fiscal com 6 membros.

2) Prefeitura Municipal de Santo André – Programa Incubadora de Cooperativas:

- Características básicas: Lançado em novembro de 1999 pela Secretaria de Desenvolvimento e Ação Regional - Departamento de Geração de Trabalho e Renda. Tem como objetivos fomentar autênticas cooperativas, por meio do apoio às iniciativas de produção autogestionárias, bem como contribuir para a melhoria da distribuição de renda. Sua forma de atuação utiliza instrumentos de incubação numa ordem seqüencial, divididos em 4 (quatro) etapas.

- Formação de atuação / instrumentos utilizados:

Etapa 1 - Organização do grupo;

Etapa 2 - Pré-incubação do grupo;

Etapa 3 - Incubação da cooperativa;

Etapa 4 - Consolidação e graduação da cooperativa.

- Principais pontos da entrevista: Realizada no dia 16/03/2004

Segundo depoimento do coordenador do programa, a Economia Solidária está na esfera da sociedade civil. Logo, enquanto política de governo ela pode ser pensada à medida em que a sociedade civil estiver envolvida. Porém, o entrevistado ressalta que antes é preciso refletir sobre qual o projeto da Economia Solidária, qual a grande novidade e porque ela ganha a agenda política, diferenciando aqueles que estão pensando e refletindo a Economia Solidária dos que a conhecem concretamente no dia a dia. Enquanto os autores e intelectuais têm uma concepção de que a Economia Solidária deve vislumbrar uma nova alternativa para organizar a produção, e principalmente, para a distribuição do produto, o entrevistado questiona se é isso que estão enxergando os cooperados. Ou seja, como se fosse possível os formuladores e gestores passarem para os cooperados a pretensão de organizar a vida em sociedade de outra forma. Logo, como projetar (por parte da vanguarda) sem estar realmente vivendo esse movimento? A Economia Solidária, enquanto política pública, traz como novidade a reflexão sobre a possibilidade de organizar o trabalho de outra forma, a possibilidade de outro relacionamento com o meio ambiente. Entretanto, a prioridade é gerar trabalho e renda, isso porque há limites. Desta forma, a mudança é pequena porque, apesar de novos conceitos serem ensinados e novos horizontes serem propostos para os cooperados, eles continuam morando nos mesmo lugares, estudando nas mesmas escolas, tendo acesso às mesmas informações, à mesma mídia. Então, na verdade, a grande novidade estaria nos princípios da Economia Solidária, que são sementes que estão sendo plantadas, porque estão incentivando a criação de empreendimentos que, sob o ponto de vista de distribuição de renda e das relações pessoais, profissionais e políticas no seu interior, são mais justos, eqüitativos e democráticos que as empresas “capitalistas”. O entrevistado cita Boaventura de Souza Santos, o qual fala que para ser emergente é preciso ser forte o suficiente para desafiar o status quo, e também viável o suficiente num ambiente que é totalmente hostil a empreendimentos desse

tipo. Sendo assim, é preciso experiências que sejam viáveis no presente contexto. É aí que os governos podem ter um papel importante: é preciso uma construção viável para ganhar tempo, espaço e escalas suficientes para conquistar um arco de alianças e de poder que venha a pressionar o Estado a fazer esse tipo de alteração, no sentido de dar bases institucionais para a Economia Solidária ser viável. Por isso, o Estado, na verdade, precisa ser questionado. Nessa perspectiva, ele cita o orçamento participativo, espaço em que os cooperados têm conquistado ações de apoio por parte do governo municipal - por exemplo, a concessão de espaço público para exposição dos seus produtos, e liberação de verba específica para qualificação profissional das cooperativas. E um processo social desse tipo – de conquista – é que daria sustentabilidade para políticas de Economia Solidária. Também comenta que mudanças na educação formal são necessárias para a viabilidade da Economia Solidária, no sentido de promover o acesso a outros conceitos de trabalho, e de dar capacidade para o sujeito social lutar pelos seus direitos. Fala que não se deveria, na verdade, separar a questão do trabalho e do desenvolvimento. Assim, empreendimentos desse tipo não podem se desenvolver se não houver uma política de desenvolvimento global da economia e um processo de expansão. Um dos pilares do programa é a criação de uma nova subjetividade humana, por meio de um trabalho de auto-conhecimento e constituição do grupo, além da demonstração e avaliação dos limites e potenciais de um negócio coletivo. Dessa forma, o entrevistado ressalta que para se ter um empreendimento viável é preciso ter bons profissionais, e a idéia é dar o máximo de autonomia possível aos cooperados para poderem, inclusive, avaliar a viabilidade do empreendimento que querem constituir, por meio de um plano de trabalho. Comenta sobre um programa de compras governamentais da prefeitura, que após a qualificação dos empreendimentos autogestionários, estes podem ter acesso ao mercado de compras do setor público. Contudo, ressalta ainda o cuidado que se deva ter em não criar dependências, mas sim ter um mecanismo para dar uma primeira experiência de negócio para as cooperativas. Tais tipos de ações são importantes para empreendimentos solidários, pois reduzem as hostilidades que eles enfrentam, como, por exemplo, o marco legal que, segundo o entrevistado, não é favorável para empreendimentos desse tipo. Logo, poder público teria um papel chave na construção de um tipo de mercado para os empreendimentos da Economia Solidária. Quanto ao hiato entre o tempo de maturação do empreendimento e a necessidade imediata de sobrevivência, comenta que em alguns casos, em que os cooperados tiveram acesso a bolsas como a bolsa-trabalho, esse hiato não existiu.

Porém, na maioria dos casos, a situação é outra: ou os cooperados fazem “bicos”, ou contam com o apoio de outras cooperativas, ou fica inviável participar de um novo empreendimento. A justificativa do programa está na possibilidade de se experimentar algo novo, especialmente no que diz respeito à questão da distribuição de renda, e à possibilidade de construção de uma sociedade mais cidadã e mais democrática. Sobre a SENAES, é colocado que a política pública para a Economia Solidária é objeto de disputa, com três atores sociais em evidência: (1) os gestores, (2) as ONGs e as ITCPs universitárias, e (3) os cooperados. Quanto ao papel da SENAES, o entrevistado reflete sobre três caminhos, não necessariamente excludentes: ser o grande animador da Economia Solidária, que vai dialogar com o próprio governo nacional para abrir portas e criar uma agenda nacional de Economia Solidária, tencionando concessões no marco legal (nas questões tributárias, previdenciárias ou compras governamentais); ser o fomentador da Economia Solidária, disponibilizando recursos para projetos ou empreendimentos; apoiar as instâncias de fomentos da sociedade civil e subnacionais. Sugere ainda que a SENAI não poderia estar, diretamente, fomentando e incubando empreendimentos, sendo que tais ações teriam maior efetividade se realizadas de forma descentralizada ou regionalizada. Critica ainda os pensadores e gestores da Economia Solidária, que se consideram vanguarda sem estarem dentro do seu real movimento, sendo que eles podem, ainda que de boa fé, fazer muitas coisas no lugar dos cooperados, limitando assim sua autonomia. O programa foi desenhado a partir da experiência pessoal dos primeiros gestores, que tinham na sua bagagem vivência de outras experiências internacionais, sendo a mais expressiva a experiência espanhola, a qual tem uma boa tradição em cooperativismo, além de contatos com o sindicato dos metalúrgicos e com a rede de incubadoras tecnológicas (ITCPs). Quanto ao engajamento dos cooperados, relata que existem os mais variados casos, indo de grupos plenamente engajados, que participam, inclusive, de eventos e fóruns de Economia Solidária, até aqueles cuja preocupação central é a geração de renda. Para a montagem de cooperativas não há preferência por um modelo específico, apenas pela elaboração de um estatuto que dê conta de questões básicas, como a gestão democrática e a transparência. Porém, ressalta que há um problema entre formar base e formar liderança: às vezes, até existe a intenção de se formar toda a base, mas isto acaba sendo muito difícil; então, se forma uma liderança para os empreendimentos. Só que esta liderança corre o risco de se perpetuar nos cargos diretivos, já que ela têm todos os instrumentos para isso. Desta forma, as possibilidades de se ter relações de trabalho mais democráticas e igualitárias

acabam sendo minadas. No entanto, pondera que, por outro lado, é necessário ter lideranças que respondam pela cooperativa, e que nem todos querem ter o ônus de se doar mais, de participar da direção. Neste caso, é preciso também respeitar a autonomia de cada um. Entre as dificuldades do processo de incubação, coloca a questão da falta de renda (até que o empreendimento esteja funcionando), pouca escolaridade das pessoas, marco legal hostil a estas iniciativas, e mercado saturado.

- Caso ilustrativo: Cooperativa Mútua-Ação (Cooperativa de profissionais da área de psicologia)

- Critérios de escolha: Foi o único grupo graduado pelo Programa até o momento da pesquisa (significa que completou todas as etapas de formação e garantiu condições de autonomia e sustentabilidade).

- Dinâmica de grupo: realizada no dia 19/03/2004 com 7 pessoas.

- Dados objetivos da cooperativa:

- Tempo do grupo: 5 anos

- Tempo da cooperativa: 3 anos depois de graduada

- Tempo de incubação: 2 anos

Periodicidade das assembleias: não informado

- Cota-parte no valor de: R\$ 100,00

- Critério para repartir as sobras: por projeto realizado – hora de trabalho

- Valor médio mensal da retiradas: depende dos projetos

- Número de pessoas da cooperativa: 23

- Escolaridade média: superior – formação em psicologia

- Existem trabalhadores que não são sócios: não

- Principais pontos da dinâmica de grupo:

- O por quê da escolha pela cooperativa:

- a. Exercitar um modelo ou forma de trabalho diferente;
- b. Já trabalhou em cooperativas;
- c. Quer conhecer melhor o projeto e acha que o nó fraco é trabalhar sozinha;
- d. Quer trabalhar em grupo, pela filosofia do trabalho sem patrão;
- e. Acredita no grupo e vê possibilidade de crescimento;
- f. Oportunidade de trabalho e já tinha esse tipo de aspiração na faculdade.

Relação entre o trabalho tradicional com chefe e o trabalho da cooperativa:

- ↯ é preciso experimentar uma forma de trabalho sem chefe para saber a diferença;
- ↯ não voltaria ao tipo de trabalho assalariado;
- ↯ oportunidade de se apropriar do conjunto, já que não existe emprego;
- ↯ trabalhar sem chefe é uma oportunidade de experimentar outro modelo;
- ↯ o trabalho na cooperativa é aberto, cada um estrutura seu tempo, os resultados são transparentes.
- ↯ Porém, alguns ainda têm um segundo trabalho por causa da questão de renda;
- ↯ O trabalho na cooperativa tem um financiamento pesado, apesar do trabalho ser mais livre;
- ↯ Mondragon, por exemplo, tem uma rede articulada. Logo podemos trocar serviços com outras cooperativas, porém há poucas funcionando ainda.

O que é autogestão e solidariedade:

Falaram mais sobre solidariedade, destacando: estar junto; empatia; ajudar o outro; grupo unido; ativismo.

Falaram ainda sobre Economia Solidária: alternativa ao capital; dificuldade do ambiente para implantar; ainda não tem força (suficiente); (ainda) está engatinhando; a prática não é simples.

Apoios e problemas encontrados:

Sobre os apoios, o grupo destacou que em Santo André existem várias instituições investindo, existem grupos fortes de cooperativas que dão condições para os grupos menores. Entre os obstáculos, colocaram:

- i. a questão legal;
- ii. não há facilidades concretas;
- iii. competição no ambiente capitalista, logo precisa ter um movimento contrário a essa competição;
- iv. os capitalistas têm mais crédito e mais prioridade;
- v. falta valorização social das cooperativas.

Condição de agente-sujeito da cooperativa: Consenso do grupo: todos dão sua opinião, processo de estruturação interna para se ter um conjunto.

3) ITCP – FGV (Incubadora de Cooperativas Populares da Fundação Getúlio Vargas);

- Características básicas: Incubadora universitária criada por iniciativas dos alunos dos cursos de Adm. Pública e Adm. de empresas a partir de participação no Fórum Social Mundial de 2001. Está incluída na rede de incubadoras universitárias (ITCPs) e foi incubada pela ITCP da USP. Organiza-se de forma autogestionária.

- Formação de atuação / instrumentos utilizados:

- Formação em cooperativismo
- Assessoria em gestão
- Incubação de empreendimentos autogestionários

- Principais pontos da reunião: realizada dia 11/12/2003 com três membros da Incubadora.

Sobre a questão da Economia Solidária enquanto política pública, foi ressaltada que a Economia Solidária é um movimento, e políticas públicas são atos de governo. Logo, têm questões diferentes, tendo como convergência o objetivo de gerar trabalho e renda. Também foi dito que políticas públicas são um instrumental que se usa, sendo um conjunto de ações que foram colocadas na agenda, e sua implantação depende de quem a elabora. Colocou-se a seguinte questão: se tais políticas são compensatórias, pois têm alguns elementos dessa característica; ou se têm algo de transformação social. Se fosse o segundo caso, faltariam indicadores para mostrar sua efetividade. Entre as referências para a ação da incubadora, além da própria incubação da USP, contam também com um grupo de estudos, motivação e experiência pessoal dos integrantes do grupo, leitura de textos do Paulo Singer e Paulo Freire, além do apoio de dois professores da própria Fundação Getúlio Vargas. Para incubar os grupos existe uma parceria com a prefeitura de São Paulo, que repassa verbas para a incubação (segundo relatos, quase todos os casos de incubação contaram com esta parceria). O grupo entrevistado também ressaltou a importância da SENAES, para disseminação do que existe sobre Economia Solidária, dando visibilidade para tais experiências e promovendo um espaço institucionalizado - por exemplo, criando redes de empreendimentos. Porém, a

execução deveria ficar com as esferas subnacionais, pois a Economia Solidária é uma realidade mais local.

Sobre o significado de Economia Solidária, houve divergências: “A” lembrou dos socialistas utópicos e da crise da 2ª Revolução Industrial, colocando então como um movimento de lutas e não como um modo de produção em formação ; “B” fala que Economia Solidária significa criar capacidades, liberdades, auto-estima, na mesma linha proposta por Amartya Sen. Portanto, ela não é um movimento, o que existe são ilhas de empreendimentos autogestionários, sendo que o seu conceito está em formação; Já para “C” a proposta é de um modo de produção, desde que todas as unidades estejam organizadas de forma democrática e articuladas. Sobre o termo solidariedade, um deles afirmou que é um termo da moda, um chavão vazio; outro disse que significa reconhecer todos como indivíduos, ajuda mútua; o terceiro lembrou da questão da igualdade e respeito a todos.

Autogestão para eles significa controle democrático e propriedade de todos. Discutindo ainda os desafios para a viabilidade das ações de Economia Solidária, as questões colocadas foram: funcionar a rede de empreendimentos, capacitação técnica dos cooperados, assessorias e ações de apoio dos governos, leis favoráveis, educação para a autogestão e uma cultura autogestionária. Por fim, foi discutido o papel da universidade no contexto da Economia Solidária. Foi destacada a diferença existente entre o que ela é hoje e o que deveria ser, e reconhecido ser fundamental o seu papel, apesar de faltarem pesquisa e prática - tendo mais espaço o setor de extensão. Outro disse ainda que no geral a relação entre Economia Solidária e a universidade não é boa, que algumas incubadoras não praticam a autogestão, e há ainda um risco das “ITCPs serem um centro de estudos que age”. Por fim, colocou-se que os grupos de estudos podem aproximar mais a universidade da Economia Solidária e permitir alguma reflexão mais profunda, porém muitas incubadoras universitárias não têm esse espaço.

- Caso ilustrativo: Recifran (Cooperativa em formação de catadores e recicladores de lixo).
 - Crítérios de escolha: Entre os grupos incubados, este foi considerado o melhor estruturado - já com uma identidade de grupo formada e em processo de formalização.
 - Dinâmica de grupo: realizada no dia 17/05/2004
 - Dados objetivos da cooperativa:

Tempo do grupo: 3 anos

Tempo da cooperativa: 2 anos e meio

Tempo de incubação: idem

Periodicidade das assembléias: Todas as terças-feiras ou quando convocada.

Cota-parte no valor de: não tem

Critério para repartir as sobras: Individual, o que cada um produzir.

Valor médio mensal das retiradas: R\$ 400,00

Número de pessoas da cooperativa: 80 pessoas (dado impreciso)

Escolaridade média: ensino fundamental

Existem trabalhadores que não são sócios: não

→ Principais pontos da dinâmica de grupo:

Por que a escolha pela cooperativa: os depoimentos foram variados: possibilidade de lucro maior; poder se organizar para valorizar o profissional; não sabia o que é, não enxergava bem uma cooperativa; eliminar o atravessador e ficar com tudo; estava sem opção; ter uma ocupação, uma categoria;

Relação entre o trabalho tradicional com chefe e o trabalho da cooperativa: O trabalho na cooperativa muda sim: (na empresa hierárquica) o patrão pega no pé; não tem humilhação; tem mais patrão na cooperativa, mas a diferença é boa, e você pode mudar o seu salário; em todo o lugar tem bastante trabalho; na firma as regras são impostas.

O que é autogestão e solidariedade: Sobre autogestão a maioria disse que não sabe; apenas um comentou que é um grupo que se reúne. Quanto à solidariedade, falaram que é sinônimo de amizade, ajuda, companheirismo.

Apoios e problemas encontrados:

Entre os problemas, discutiram sobre o medo de experimentar novas idéias; não ter autonomia individual, precisar sempre do grupo; falta ação dos cooperados, que esperam a coordenação; mais participação; falta de verba; medo de dar idéias perante o grupo; medo de perder o dinheiro.

Sobre os apoios, falaram da esteira e prensa que conseguiram; de aprenderem como administrar seu dinheiro, e como gastá-lo; trabalhar com as pessoas.

Condição de agente-sujeito da cooperativa: neste ponto pouco foi dito - apenas que são agentes no sentido de que um voto é uma parte da cooperativa, e que se são sócios, são donos também.

4) ITCP – USP (Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo);

- Características básicas: É um programa de extensão da Universidade de São Paulo, a partir de um grupo multidisciplinar autogestionário de alunos e professores.

- Formação de atuação / instrumentos utilizados:

- Incubação de empreendimentos;
- Formação em Economia Solidária, cooperativismo;
- Fomento de redes e clubes de troca.

- Principais pontos da reunião: realizada dia 12/02/2004 com três pessoas da incubadora.

Segundo o grupo, somente se pode passar e falar de autogestão se o próprio grupo da incubadora for autogestionário - é fundamental ter essa coerência.

Sobre políticas públicas para a Economia Solidária, eles afirmaram que está começando como políticas de trabalho e renda, mas precisa avançar para uma idéia de desenvolvimento de outro tipo, articulado com a questão da proteção social. Explicaram também sobre a própria experiência da incubadora, que começou como fomentadora de cooperativas para as pessoas mais necessitadas poderem ter acesso a alguma renda, porém eles acabaram extrapolando essa questão, reconhecendo então a hipótese de que não se consegue gerar renda e viabilizar o empreendimento só a partir da criação de cooperativas. Isto porque toda a lógica de outras políticas, e na qual essas pessoas foram educadas, é uma outra lógica. Assim, essa cooperativa entra no sistema capitalista de forma precarizada. Pode ser até que em alguns casos a vida das pessoas melhore, mas não reflete necessariamente o avanço da Economia Solidária. Torna-se necessário pensar em como a Economia Solidária pode ser uma alternativa real na vida das pessoas, e fazer isso num modelo (capitalismo) que não estava prevendo tal lógica (da Economia Solidária) fica complicado. Então, o foco na geração de trabalho e renda pode ser pouco e não resolver, caso não esteja aliado a uma estratégia de

desenvolvimento que leve a Economia Solidária em conta, que leve em conta os princípios da autogestão nos vários âmbitos. Se não for assim, não terá muito futuro. Dessa forma, se pensar somente em gerar renda, nem isso será possível; a Economia Solidária teria um outro objetivo, mais amplo que precisa de mais articulações.

Sobre a questão de geração de trabalho e renda, o grupo pondera que se parte de um mito que o capitalismo vai dar resposta a essa questão, por meio do desenvolvimento das grandes empresas, mas já se chegou ao limite desse modelo. Precisaria, então, pensar em outras formas de desenvolvimento que não aquelas em que se dá uma grande parte dos recursos para fomentar o grande capital e redistribuir um pouco de dinheiro para as pessoas consumirem.

Sobre as referências para a atuação da incubadora, listaram os livros e a vivência do Paul Singer, o movimento estudantil, Marx, Paulo Freire, Yunus, fóruns de Economia Solidária, o grupo ainda reflete que estão pouco ligados à política partidária, e indagam como a Economia Solidária se encaixa nessa política, sem correr o risco de alguns políticos pegarem apenas carona na bandeira da Economia Solidária sem ter um real comprometimento; Chamam a atenção para a novidade que é trabalhar de forma multidisciplinar numa universidade, que permite articular a produção teórica com o trabalho de extensão; Para o grupo entrevistado, a SENAES tem um papel importante em articular os diversos fóruns e instituições da Economia Solidária e também propor mudanças no estatuto jurídico, que não é adequado as experiências de Economia Solidária em curso, relatam ainda que a postura da SENAES é de ser também demandada pelo movimento da Economia Solidária, e não agir de forma unilateral, ou seja, os empreendimentos autogestionários precisam ser sujeitos das suas reivindicações, além do mais é uma novidade institucional, por isso é preciso ponderar que é uma secretaria dentro de um ministério de trabalho e emprego, segundo depoimento da entrevista: já ta claro então que tem uma disputa ai, e não é um ministério de Economia Solidária; Critica uma posição jurídica que só reconhece como cooperativa quando esta for legalizada, as informais são tratadas como se não existisse; A maioria dos casos que a incubadora trabalha são demandas da parceria com a prefeitura de São Paulo, mas tem também casos de massa falida. No caso dos grupos incubados em parceria com a Prefeitura, existe o diferencial das pessoas poderem contar com alguma bolsa da prefeitura, suprimindo a necessidade imediata de renda, a dificuldade está na demora do repassa da contrapartida financeira da prefeitura para a incubadora; Tem parcerias também com a ANTEAG, com o sindicato dos funcionários da USP, FAO, cooperativa Integra, já teve com as prefeituras de Guarulhos e Praia Grande,

retomando parceria com o fórum de defesa pela vida; O grupo entende Economia Solidária como um arcabouço teórico e práticas em desenvolvimento com diferentes contribuições, do anarquismo, do socialismo e da igreja, sendo que o cooperativismo pode fazer parte da Economia Solidária, entendem também como um modelo de desenvolvimento diferente do modelo capitalista de desenvolvimento, que pensa uma outra forma de organização do trabalho e outros valores, e ainda um movimento social que busca uma outra forma de vida, que está em construção, sendo o cooperativismo a sua referência, pois seus princípios foram construídos para que uma sociedade possa funcionar de forma eficiente sem que ter alguém que mande mais que os outros, que concentre mais que o outros, seja uma sociedade concentrada nos valores, além de ter a autogestão e autonomia das pessoas como eixo principal; Sobre o termo solidariedade, ainda chamaram a atenção que ela não deve ser caridade, nem voluntariado, ela é outra coisa bem diferente; A autogestão para o grupo pressupõe uma forma de organização com participação de forma horizontal, porém por trás da autogestão existe outras modificações em termos na relação entre as pessoas, uma forma de mediar as relações como um valor estruturante, logo, a autogestão é uma outra maneira de formar as pessoas, forçando mais participação ativa, explicam que é difícil uma pessoa, depois de ter uma formação em autogestão, ter outro trabalho de tipo subordinado, além disso, colocam um pensamento de Paulo Freire, que diz que os opressores não vão libertar os oprimidos, são os oprimidos que se libertam e que libertam inclusive os opressores, também reportam que não se pode falar em autogestão se a gente não acreditar que as pessoas sejam capazes de participar, de desenvolver sua autonomia; O contato com os grupos que serão incubados pressupões que ambos tem sua legitimidade, as pessoas da incubadora não podem levar verdades prontas, mas também não podem ter um discurso que são iguais a eles, falando suas gírias, mas sim demonstrar o que queremos ao formar autogestão, levando as idéias e apontar quais as razões de nós (a incubadora) estarmos lá; Outra desvantagem da autogestão é que ao contrário do trabalho tradicional, que já tem uma produção de livros, teses e conhecimentos extensos, pouco se fala e se estuda sobre como organizar um trabalho de forma autogestionária, no caso da incubadora, constantemente estão revendo sua forma de funcionamento para ser o mais autogestionária possível; Quanto ao engajamento, colocam como uma questão temporal, as pessoas tendem de uma postura instrumental para um engajamento político-ideológico mais consistente, outra colocação diz que quando uma pessoa participa de um processo de incubação ou formação em autogestão, rapidamente

deixam de ter um postura de recuo ou paternalista, além de um processo em que muitos pessoa declaram, depois de participar desse tipo de formação, que jamais gostariam de voltar a trabalhar com patrão, ponderou-se ainda que não querem converter todos os capitalistas na Economia Solidária, mas sim dar uma opção, pois o grande problema do capitalismo é que ele não dá outra opção de trabalho senão o assalariado, apensar de se ter uma perspectiva de que a Economia Solidária venha um dia a ser um tipo de organização predominante, ressaltam que o importante é dar bases para as pessoas poderem realmente optar, e para optar é preciso discutir, discutir o que é o sistema capitalista, quais suas perspectivas, quais suas conseqüências, o que podemos fazer de diferente; A grande dificuldade da viabilidade dos empreendimentos autogestionários é o tempo, pois as pessoas tem necessidade imediata de renda o que dificulta ter um tempo necessário para ter um empreendimento sustentável, falam de um artigo que relata que no média, um empresário leva três anos para analisar o negócio, pesquisar, amadurecer suas idéias até montar um novo negócio, questionam então a expectativa do Estado, que promover bolsa por apenas 6 meses de duração, tempo dado para as pessoas buscarem fontes alternativas de renda, no que seria fundada esta expectativa, perguntam, e tem-se ainda a expectativa das próprias pessoas, a de ter uma resposta, a de que vai poder deixar de correr atrás de bicos e outros meios para sobreviver para se ter algum mais estável, então, quais são as condições reais destas pessoas em desenvolver um novo negócio sem se pensar num política de desenvolvimento mais ampla. Tem também a questão da grande defasagem educacional e cultural geralmente presente nos públicos trabalhados pela incubadora, é difícil então promover um patamar equivalente de conhecimento, a alternativa seria promover os mais preparados para dirigir os negócios, porém o ganho que se tem em sustentabilidade econômica se perde em relações inter-pessoais, por isso a idéia é socializar o máximo possível o conhecimento; Sobre os principais problemas que a Economia Solidária enfrente, destacaram também a questão do marco jurídico e a disponibilidade de crédito, questionam ainda em como promover o desenvolvimento da Economia Solidária em um determinado local a partir de um programa de uma secretária, quer dizer, sem ter uma ação que articule outras dimensões da intervenção pública; criticam a diversidade de visões e concepções sobre a Economia Solidária que impede que ela tenha um potencial político mais forte; Quanto ao papel da universidade em relação a Economia Solidária, em primeiro lugar lembrar que a universidade é pública, logo ela tem influência sobre a sociedade, assim ela pode contribuir para a Economia Solidária produzindo tecnologias adequadas e a Economia

Solidária pode contribuir para que a universidade seja menos autoritária, porque privatizar a universidade não é apenas privatizar o ensino, mas também a extensão e as pesquisas, estes três pilares da universidade devem estar voltados para o interesse da sociedade, além do que, quando se pensa em montar, por exemplo, um curso ou um mestrado para a economia solidária, e quais seriam suas disciplinas, quase que se monta uma universidade inteira, este é um ponto para se pensar, pois pensar em um universidade voltada para a Economia Solidária é questionar o atual modelo e a relação entre teoria e prática na produção do conhecimento, também se espera que os cooperados possam também estudar na universidade pública, que ela seja mais democrática no seu acesso e que tenha mais vagas para dar conta da demanda, para uma sociedade centrada na autogestão, um outro modelo de universidade seria então necessário, um modelo que fosse aberto, sem seleções, que uma pessoa pudesse se relacionar com ela do começou ao fim da sua vida; Por fim, criticam a diferenciação de valor que a sociedade impõe para certas profissões, valorizando e remunerando muito mais trabalhos intelectuais do que trabalhos manuais sem que haja um justificativa concreta para isto.

- Caso ilustrativo: Cooperativa Monte Sinai (Lanchonete localizada no campus universitário)
 - Critérios de escolha: Grupo de massa falida, os trabalhadores assumem o controle da lanchonete, há bastante envolvimento solidário e eles participam dos fóruns de Economia Solidária, organização já legalizada, retiradas médias em torno de R\$ 700,00 mensais e instituição de fundos, são considerados viáveis economicamente, já criam produtos, ajudam outros grupos em formação, existe engajamento político ideológico, é um grupo forte e autônomo, organizam os horários de trabalho conforme a necessidade de cada um e primeiro houve pesquisa sobre o negócio e depois ocorreu o investimento.
 - Dinâmica de grupo: realizada no dia 14/04/2004
 - Dados objetivos da cooperativa:
 - Tempo do grupo: pouco antes da cooperativa
 - Tempo da cooperativa: 1 ano
 - Tempo de incubação: 1 ano
 - Periodicidade das assembléias: apenas extraordinárias
 - Cota-parte no valor de: R\$ 200,00
 - Critério para repartir as sobras: Horas trabalhadas

Valor médio mensal da retiradas: R\$ 500 a R\$ 600.

Número de pessoas da cooperativa: 11

Escolaridade média: tem três pessoas com ensino médio

Existem trabalhadores que não são sócios: não

→ Principais pontos da dinâmica de grupo:

Por que a escolha pela cooperativa: Tinham uma noção, mas não sabiam bem o que é, aceitaram o convite de formar uma, a partir da massa falida do antigo restaurante.

Relação entre o trabalho tradicional com chefe e o trabalho da cooperativa: Colocam que:

↗ existe diferença sim, pois trabalham para si, têm maior responsabilidade, apesar de ser mais difícil;

↗ Melhora o diálogo, liberdade;

↗ Maior satisfação e iniciativa, o objetivo é crescer para poder ter outras oportunidades;

O que é autogestão e solidariedade: não lembram do significado de autogestão, e sobre solidariedade, falam que é cooperação entre cooperativas. Falam sobre sua participação no Fórum de Economia Solidária, mas acham difícil entender tudo o que é dito nesse fórum.

Apoios e problemas encontrados:

Apoios relatados: União do grupo; apoio do diretor da faculdade de arquitetura da USP e dos alunos, do grêmio da FAU, apoio da ITCP-USP. Também falaram sobre apoio de Deus e resgate da auto-estima.

Entre os problemas, discutiram sobre o da convivência em grupo, pois cada um pensa diferente; também há a dificuldade em conquistar os que não estão engajados com a cooperativa. Um deles fala ainda que não gosta da votação, pois se sente inibido, acha que deveria ter uma maneira diferente de votar, mas os demais ressaltaram que é necessário votar porque há opiniões diferentes, e que talvez o método poderia ser diferente, como o voto secreto.

Condição de agente-sujeito da cooperativa:

Esta pergunta foi difícil para o grupo. Falaram então sobre a liberdade, sobre valorizar o trabalho, gostar do ambiente, além de colocarem que precisa de mais espaço para a cooperativa. Disseram que nas empresas os trabalhadores são escravizados e alienados; portanto, e é preciso haver luta; e que não estão sozinhos pois têm o apoio da ITCP.

5) ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária)

- Características básicas: Instituição representativa dos trabalhadores em autogestão, criada em 1994. Trabalha para implantar no país um modelo autogestionário, por meio da inteligência coletiva e da participação efetiva dos trabalhadores.

- Formação de atuação / instrumentos utilizados:

- representação política dos trabalhadores;
- assessoria técnica;
- Formação, orientação e capacitação.

- Principais pontos da entrevista: realizada no dia 23/03/2004

Sobre políticas públicas para a Economia Solidária, o entrevistado ressaltou dois pontos: primeiro, políticas públicas deste tipo apenas estaria compensando a diminuição do seu papel, que ocorreu dentro do modelo neoliberal de estado mínimo, passando algumas responsabilidades para movimentos sociais e ONGs. Este seria um problema “genético” de tais políticas, em segundo lugar, pondera no sentido que elas podem estar realmente desenvolvendo uma outra coisa. Uma das definições existentes na Carta de Princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária diz que a Economia Solidária não é terceiro setor, ou seja, não é seu papel substituir o estado (ou suas funções), porque essa substituição significa a precarização do trabalho.

A outra questão é sobre a autonomia: pensar em autogestão é sobretudo pensar em promover autonomia e autodeterminação, pois como promover autonomia se criarmos dependências das políticas públicas? Ele acha fundamental trabalhar com a idéia desenvolvimento, pois se ficarmos com apenas a questão de trabalho e renda pode-se criar justamente aquela dependência referida aqui, mas se for pensada no contexto mais amplo do desenvolvimento surge uma nova perspectiva. Por exemplo, quando se pensa em desenvolvimento se pensa em tecnologia, não apenas tecnologia instrumental, mas também de formas organizacionais, a gestão do grupo e dos empreendimentos seria então feita por novas tecnologias sociais. No sentido de partilha, de participação, de sociabilidade e

sociabilizarão do saber. Logo, ter-se-ia uma perspectiva de sustentabilidade do empreendimento.

Sobre a questão da subjetividade: segundo o depoimento, 70% da preocupação da ANTEAG está em criar uma nova subjetividade; assim, ou se cria apenas um grupo de negócios, ou se cria um grupo de amigos. Há dois lados da questão da subjetividade: o lado organizacional, como no lado da conscientização de alguns conceitos - solidariedade em vez de competição; separar democracia de democratismo; não deixar de dissociar a questão de que quem detém a informação deve mandar e os outros devem executar, ou a prática de que uns dirigem e outros obedecem. É importante trabalhar (na conscientização) em termos de superar essas dicotomias, as quais considera diferenças pessoais, como desigualdade social.

As justificativas técnicas para eles significam: trabalhar com o saber, promover o saber com as pessoas, com todo mundo que participa, com uma gestão coletiva, para que a tecnologia pertença aos trabalhadores diretamente envolvidos. Autogestão é avessa a contratar técnicos para executar uma tarefa, pois estaria inibindo as pessoas e criando dependências; autogestão é um processo e não uma coisa feita, sua efetivação depende da ocupação de todos os espaços, inclusive do saber e das técnicas. O trabalho social (justificativa social) é central para a ANTEAG, porque além da questão do trabalho e renda, está se pensando em uma nova forma de poder se organizar, trabalhar e viver juntos, com novos valores e princípios. Dessa forma, ao se trabalhar com cooperativas e associações é exercitado o desenvolvimento interno que garanta uma nova qualidade. Cita como exemplo diminuir as diferenças de retiradas dentro de um perfil no qual não se tenha uma diferença maior que 1 para 6. Ou que dentro da empresa autogestionária não se contrate pessoas assalariadas, ao contrário da situação permitida, hoje, pela lei do cooperativismo, de se ter 20 sócios e contratar 20 mil pessoas, tendo se tornado a prática do cooperativismo tradicional. Hoje está sendo questionada tal prática. Critica ainda a postura do cooperativismo tradicional, que criou um sistema tripartite, de um lado o sindicato dos sócios da cooperativa, de outro o sindicato dos trabalhadores, e tendo o Estado como terceiro elemento, financiando projetos de qualificação com verbas do FAT, por exemplo.

Quanto à questão de formação em autogestão, explica que para um grupo ter alguma formação em autogestão, se pressupõe que haja um mínimo de solidariedade entre eles; caso contrário, será necessário alguma ação de Economia Solidária para formar o grupo. Neste caso, primeiro se trabalha com a auto-estima, a vocação para o negócio, soltando um mínimo

de solidariedade entre eles, para depois se falar em autogestão, que significa ter controle efetivo sobre o negócio, ter uma gestão democrática de participação ativa, cursos regulares para se criar, progressivamente, novos valores.

Ainda não existe uma preocupação com a rede dos empreendimentos, porque a prioridade da ANTEAG e dos empreendimentos de autogestão é garantir sua própria sustentabilidade. Para que isso fosse possível seria necessário que houvesse uma ação externa de política pública, promovida, por exemplo, pela SENAES, ou que o empreendimento tivesse um amadurecimento suficiente em autogestão (o que leva anos), para conseguir transbordar o muro da própria empresa. Comenta que hoje existem 3 casos de cooperativas que estão nessa situação de amadurecimento – com exceção do caso da cooperativa Integra, que já nasceu como uma cooperativa de assessoria técnica e fomentadora de outras cooperativas.

Sobre a origem da ANTEAG, descreve que a experiência mais próxima veio do Chile, da época do Salvador Allender. Dois fundadores trouxeram experiências populares de capacitação e autogestão, mas especificamente a ANTEAG nasce de um grupo de assessoria do sindicato dos químicos e farmacêuticos de São Paulo. Segundo o relato, foi o primeiro grande sindicato operário do Brasil. Fala, também, do caso da formação de uma experiência de autogestão de Franca, e que a primeira experiência de autogestão no Brasil ocorreu em 1873 –75. Cita a experiência da Walling, primeira cooperativa formada pelos operários após a época da ditadura, que trabalha com aquecimento a gás; porém, não a considera como autenticamente autogestionária, porque não há autonomia, há anos são as mesmas pessoas que a dirigem. Critica os projetos voltados para Economia Solidária, aponta que deveriam ter uma continuidade de até três anos, senão não há a possibilidade dos empreendimentos crescerem a ganharem autonomia e sustentabilidade.

Sobre a infra-estrutura, destaca os equipamentos que são propriedade dos trabalhadores. A ANTEAG tem uma preocupação de atualizá-los e modernizá-los. Coloca como demanda prioritária para a SENAES projetos para acompanhar as empresas que já existem, e não criar novas, para que essas tenham condições de sustentabilidade. Em segundo lugar, expressa o desejo de conseguirem para a Economia Solidária alguma autonomia com relação ao mercado, algum poder em relação ao mercado.

Explica que existem duas matrizes para se criar empresas autogestionárias. Primeiro, a partir de um grupo de massa falida – grupo constituído. Segundo, promover um agrupamento

para “construir” solidariedade dentro deste grupo. O segundo caso só ocorre com os instrumentos de políticas públicas, o primeiro não.

Parceiros: SENAES, prefeituras de Recife, Cabo, Criciúma, além das incubadoras, a Cáritas, a FASE, e os comitês dos gestores públicos.

A solidariedade é entendida como autonomia e autogestão, como auto-determinação, cooperação e solidariedade. Entre os casos de fomento da Economia Solidária, o tipo de engajamento mais encontrado é o de dependência, porque as pessoas foram educadas e vêm de uma cultura de dependência e dominação. Em cima desta realidade, se cria um trabalho de promoção do sujeito, de auto-estima. Aí é que entra a questão da solidariedade, para depois se pensar em construir um trabalho coletivo, que pode ser autogestão. Mudar valores é a coisa mais difícil que se tem, mudar o subjetivo é a tarefa mais difícil de todas. Comenta que um terço das empresas fomentadas em autogestão conseguem manter seus negócios por mais de um ano. A maior crítica que tem sobre as políticas e projetos voltados para a Economia Solidária é a de que elas são muito curtas, variando de um a três anos, quando o desejável seria ser de até cinco anos. Problematiza a questão da quota-parte: quando se cria uma quota-parte já é difícil a livre adesão. Porém, a livre adesão é perigosa, o grupo precisa ter autonomia para aceitar ou não novos membros; ela é avessa à autogestão. No Brasil, ainda não existe o problema de quotas-parte elevadas o suficiente para barrar a entrada de novos sócios, e a prática tem sido de se integralizar aos poucos a quota-parte de novos membros, na perspectiva de igualizar sempre, de todos terem as mesmas quota-parte, e para que estimular uma política de investimento.

Sobre os problemas e críticas que a ANTEAG enfrenta, a primeira crítica recebida, no passado, era que a ANTEAG não era autogestionária; agora, isto mudou. Outro problema que o próprio entrevistador coloca é que a ANTEAG não consegue acompanhar regularmente os empreendimentos associados. Dar continuidade aos projetos nem sempre é conseguido.

Sobre qualidade total, ele pondera que não se pode apenas trabalhar com a qualidade da mercadoria ou do produto nota dez; isto não é Economia Solidária. É preciso trabalhar com a qualidade das condições de trabalho, qualidade em relação ao meio-ambiente, qualidade social e nos relacionamentos. Qualidade é resgatar a dimensão humana no trabalho, e não trabalhar no sacrifício, como uma tortura. O trabalho é uma coisa humana, de realização pessoal.

- Caso ilustrativo: (não foi possível estudar um caso ilustrativo)

3. Proposta e prática em análise: a diversidade dos casos e suas problemáticas

Analisando mais de perto os dados da pesquisa de campo, descrita anteriormente, inferimos, de início, alguns pontos que consideramos críticos, a luz da base teórica discutida nos dois primeiros capítulos.

Em primeiro lugar, tendo em consideração nossa leitura e forma de abordagem sobre a denominada Economia Solidária, com base no discernimento de três aspectos: (1) a sua proposta ou projeto, (2) as ações práticas e (3) a relação entre ambas, ou a práxis da Economia Solidária, vamos articular cada um destes aspectos:

Enquanto **proposta**, verificamos que ela não é monopólio de qualquer grupo ou refém de uma única linha de pensamento ou base interpretativa, dessa forma, cada programa foi construído conforme uma leitura específica do que se entende ou sobre o que vem a ser a dita “Economia Solidária”, leituras que variam entre uma estratégia de mudança ou transformação social, até ações mais pontuais para se minorar os efeitos da miséria e do desemprego, sendo verdadeira a hipótese de que a busca da autogestão é recorrente em todos os casos, apensar de variado o seu entendimento. A própria entrada na agenda governamental, de ações desse tipo, foi fruto de um compromisso ou conhecimento prévio das suas propostas, por parte de algumas pessoas que tiveram acesso à máquina pública e espaço para montar programas desse tipo, ao contrário dos programas do Rio Grande do Sul, onde é mais nítida uma inclusão na agenda por meio de ações reivindicatórias.

Por outro lado, mesmo que assumidamente se esteja tentando viabilizar ou mesmo entender o que é autogestão, é nítido o fato de que esta não transcende os muros dos empreendimentos e/ou organizações, não existe qualquer elemento que indique que a qualidade da solidariedade existente está voltada para alguma articulação política horizontal, sendo concreta apenas no contexto dos grupos de cooperados ou que estão formando uma cooperativa. Tal fato pode ser entendido ou mesmo é justificado com base nos próprios depoimentos, que apontam o tempo relativamente curto de vivência neste regime, para quaisquer processos de aculturação além dos limites de um grupo, além do mais, apontam ainda que tais formas de trabalhar - com base na autogestão - estão em contradição com o modo de produção vigente e o sistema de mercado, o que implica alguns problemáticas que, pela sua importância, abordaremos melhor nas considerações finais.

A pesquisa de campo possibilitou ainda apurar certas regularidades e tendências, especialmente no forma de se viabilizar tal proposta em ações práticas, estas ainda muito distantes do que seria o ideal almejado, sendo precisamente nesta lacuna que estão concentrados os esforços, por parte de programas e entidades voltadas para o projeto de Economia Solidária, em se criar instrumentos que, ao mesmo tempo levem em conta as possibilidades institucionais do modo de produção vigente, tentam também, de alguma forma, viabilizar essa forma de trabalho que não o trabalho formal assalariado. Neste ponto é bastante lúcido o depoimento do gestor do programa da Prefeitura de Santo André, quando ressalta que é preciso, no que se refere aos empreendimentos da Economia Solidária, *“ser forte o suficiente para desafiar o status quo, e também viável o suficiente num ambiente que é totalmente hostil a empreendimentos desse tipo, logo é preciso experiências que sejam viáveis no presente contexto”*. Neste ponto da entrevista, questão que consideramos importante ressaltar foi sobre a disputa política em jogo, sendo esta fortemente condicionada, pelo que podemos constatar, pela forma como as pessoas que estão trabalhando no regime da autogestão, ou seja, se elas interiorizam seus princípios e assumem conscientemente um luta pela superação dos antagonismos, próprios do sistema capitalista.

Ao lado de tais problemáticas, vimos ainda um campo de possibilidades forjadas dentro da **práxis** da Economia Solidária, ou seja, a confrontação entre o objetivo de se constituir o trabalho autogestionário, e as condições históricas presentes.

Como fruto de tal confrontação, podemos observar que, na medida em que os programas, instituídos para um projeto de Economia Solidária, mais se aproximam deste mesmo projeto, mas diversificados são os instrumentos utilizados (como já vimos), e mais aspectos da reprodução social são considerados, ao mesmo tempo em que tais iniciativas vão evidenciando maior contradição, face ao sistema de mercado capitalista (o que seria natural de se esperar). O que resulta num desafio político latente de se aproximar tais políticas para um perfil mais de promover um desenvolvimento de outro tipo, baseado em outros princípios, do que a ação imediata de geração de renda e trabalho - a primeira manifestação de políticas nos marcos da proposta de Economia Solidária - caso contrário, é provável que tais práticas, ainda que referenciadas pela autogestão, pouco contribuam para qualquer avanço social (especialmente no campo do trabalho e da produção) e sejam capituladas pela lógica dominante, convivendo pacificamente com as demais instituições do modo de produção capitalista, sendo então improvável qualquer movimento significativo de expansão ou de sustentação de um projeto de Economia Solidária.

Quanto às **práticas** concretas, se levarmos em consideração que os casos selecionados seriam os considerados mais próximos dos objetivos de cada programa - metodologia que permite dizer o que pode ser e não o que é efetivamente - nota-se mesmo assim que ainda há uma lacuna grande entre o ideal almejado (uma autogestão efetiva) e o concreto do cotidiano.

O propósito dos programas, voltadas para a Economia Solidária estão, na essência, voltados para estimular a solidariedade de grupo, meio para superar uma realidade de sobrevivência precária, e também de estimular a própria condição de sujeitos ativos do seu trabalho e da sua vida. Não há nada que indique que a formação esteja voltada para quaisquer escolhas político-ideológicas definidas de cima para baixo. Este fato foi confirmado nas quatro dinâmicas de grupo realizadas, em apenas uma delas, devido a própria formação dos cooperados, foi discutido questões mais amplas como modo de produção, mercado capitalista, entre outras.

Nos casos estudados, tivemos então um tipo predominante de empresas autogestionárias, as chamadas “cooperativas populares”, denominadas assim porque o público alvo, dos programas de Economia Solidária, são as categorias mais vulneráveis da população: desempregados em geral, desempregados de longa duração, catadores de lixo, egressos do sistema penitenciário, aposentados, entre outros. O qualitativo popular significa então a priorização para os considerados excluídos socialmente. Apenas um programa fez a opção clara por incubar qualquer tipo de cooperativa, desde catadores de lixo até grupo de psicólogos (um dos grupos selecionados para a nossa dinâmica). Neste último caso, podemos exercitar uma reflexão que consideramos valiosa: o equívoco de se focar apenas os grupos mais vulneráveis. Se levarmos em conta a proposta, da Economia Solidária, de criação de um setor econômico, ou seja, de constituição de um conjunto de empreendimentos autogestionários que se reforçariam mutuamente.

Há também algumas outras variações que poderíamos levar em conta, mas no geral a atenção dispensada, pelos programas estudados, foi com as dimensões da educação popular, formação em autogestão e treinamento em um tipo específico de negócio. Cada qual criando sua própria metodologia de trabalho num processo de “aprender fazendo”. Somente os casos do Rio Grande do Sul e Porto Alegre, por serem pioneiros, têm sido referência para outras iniciativas.

Entre as variações (o que cada programa tem de particular), temos claramente algumas estratégias pontuais voltadas para a viabilização dos empreendimentos, cada caso selecionado a sua prioridade. Destacamos então preocupações que enfocam a questão tecnológica (com a criação de bolsas de incentivo a pesquisa); da constituição de uma rede de Economia Solidária; do financiamento e dos créditos (com a criação de cooperativas de créditos e articulação com “bancos

do povo”) e por fim questões referentes ao assessoramento contínuo e a comercialização (apoiando a organização de feiras específicas e redes de trocas solidárias). Também é bastante variável o apoio que se dá para as pessoas sobreviverem, até que seja possível obter renda da cooperativa que se almeja construir. Em alguns casos utiliza-se de programas de transferência direta de renda, como porta de entrada para os programas de incubação, em outros casos, não há nada do gênero, porém quase sempre esses mecanismos de transferência de renda são de curta duração, muitas vezes frustrando condições temporais mínimas de se ter um empreendimento sustentável e gerando renda.

No que se refere aos beneficiários dos programas de Economia Solidária, é correto afirmar que, entre aqueles pesquisados, a maioria não tinha qualquer conhecimento anterior sobre cooperativismo ou muito menos sobre autogestão (um termo muito vago até mesmo para os que já foram “incubados”). Nesse contexto a principal motivação foi a oportunidade de renda, novamente apenas um caso tinha como meta a busca por outras relações de trabalho que não as do trabalho assalariado. Entretanto há de se notar que após “experimentar” uma realidade de trabalho cooperativo, a afirmação passa a ser de outra qualidade: não querem voltar a ser assalariados ou somente o querem por questões financeiras e por falta de escolha, ou seja, se uma cooperativa possibilita ganhos iguais ou não muito inferiores aos de uma empresa tradicional, sua opção é claramente pelo trabalho cooperativo (autogestionário). Constatamos então um ganho evidente em termos de criação de outra sociabilidade, esta de cunho mais solidário e participativo, expresso não apenas na preferência em permanecer na cooperativa, mas também na satisfação de ser agente do seu empreendimento, podendo opinar e contribuir ativamente com o andamento do negócio. Em todas as dinâmicas de grupo ficou claro o respeito e a valorização mútuos, apesar de ressaltados, em todos os casos, a dificuldade de convívio num ambiente de maior transparência e participação, além das rendas conseguidas, muito aquém da expectativa criada.

Nota-se também que nem todos aderem aos princípios da autogestão, por esse mesmo motivo é que sua adesão é sempre colocada como livre, ou seja, ninguém é obrigado a permanecer em uma cooperativa ou empresa de autogestão sem seu próprio consentimento. Notamos ainda, nas pesquisas de campo, que enquanto na sociedade como todo é raro qualquer discurso ou ação de trabalhadores ou excluídos pró-autogestão, tal situação muda, brutalmente, quando é dada a oportunidade de se conhecer os princípios do cooperativismo, ficando apenas uma pequena porcentagem fora de qualquer compromisso com a gestão coletiva do empreendimento, assim vemos que, na verdade, falta uma divulgação e conhecimentos minimamente socializados para que as pessoas possam, efetivamente, optar pelo tipo de trabalho que mais lhe agrada ou supre melhor os seus anseios de

cidadão.

De modo geral, podemos então definir os pontos chave das ações voltadas para o estímulo / fomento e apoio dos empreendimentos e cooperativas autogestionárias (Economia Solidária), todos os instrumentos pró Economia Solidária (já enumerados no capítulo II) poderiam então ser organizado também dentro das seguintes matrizes:

- a) Formação: em geral as pessoas, beneficiárias dos programas e instituições promotoras da Economia Solidária, pouco ou nada sabem sobre cooperativismo ou sobre autogestão. Faltam conhecimentos históricos, teóricos e, principalmente, conhecimentos práticos, ou seja, o modo de se trabalhar como sujeito dentro de um coletivo, como ser agente de um empreendimento, como se postar diante dos demais colegas, enfim, como viver a autogestão no dia a dia e efetivar decisões coletivas;
- b) Conhecimentos sobre negócios e sobre como administrá-lo: é preciso também disponibilizar conhecimento mínimo sobre o negócio que se pretende instalar, e sobre sua administração cotidiana: contas, compras, pagamento de impostos, estoques, vendas, etc;
- c) Tecnologia: a produção tecnológica, em geral, é também pautada, sutilmente, pela forma do trabalho subordinado, logo, ainda há poucos instrumentos e técnicas especialmente desenvolvidas para uma realidade autogestionária e/ou disponibilizada para as cooperativas populares, acreditamos que a incorporação do progresso técnico seria uma peça fundamental da viabilidade de um projeto de autogestão;
- d) Crédito: em geral o crédito disponível ou é caro ou excessivamente formal. Muitas ações têm sido desenvolvidas no sentido de criar instituições e mecanismos mais adequados para a realidade da Economia Solidária, como as cooperativas de crédito e os bancos do povo;
- e) Renda: uma das condições para que as pessoas possam se dedicar a “aprender” e “construir” a sua cooperativa estão justamente na “quebra” da sua vulnerabilidade mais direta: renda. Suprir esta necessidade significa dar a capacidade para que os grupos excluídos tenham tempo e condições mínimas de vida e sobrevivência, e na seqüência, poderem se dedicar aos módulos do programa de incubagem ou fomento a Economia Solidária - cursos de qualificação, aprender seu negócio - até que possam caminhar por conta própria;

- f) Tempo: Os próprios gestores questionam a adequação do tempo, esperado para que um grupo forme uma cooperativa, legalize e adquiram um fluxo de renda sustentável. Normalmente o tempo de referência seria o de um curso de qualificação: seis meses no mínimo até um horizonte de dois anos. Entretanto o que algumas pesquisas e gestores apontam é que o adequado seria um espaço temporal de cinco anos, na média.

Por fim, observamos que o foco dos programas de Economia Solidária, apesar de todos os limites e problemáticas, supera a lógica dos mecanismos de transferência de renda estatais, mesmo se considerarmos que sua justificativa mais forte é a geração de trabalho e renda. Sua natureza é então distinta da dos programas de tipo renda mínima, bolsa família e frentes de trabalho, porém há muito ainda que se avançar na perspectiva de se ter políticas de Economia Solidária como uma agenda de políticas, articulando organicamente certas dimensões do desenvolvimento e, por conseqüência, da reprodução social (como vimos anteriormente).

Logo, aqueles programas podem então ser claramente incluídos no horizonte do projeto de Economia Solidária, cujo diferencial seria seu enfoque social e econômico simultâneos, comparando de forma simplificada, vejamos:

Enfoque:	Econômico	Social	Econômico e social
Causas do desemprego:	Demanda agregada, competitividade.	Eficácia e eficiência das ações estatais	Relações de trabalho e produção
Tipos de ações:	Investimentos produtivos e crescimento econômico	Rede de proteção social, mecanismos de transferência direta de renda, qualificação profissional.	Estímulo e viabilização de empreendimentos autogestionários.
Conflito político:	Direcionar fundos públicos para a acumulação e investimentos	Direcionar fundos públicos para programas sociais. Conflito também pela definição do desenho dos programas e público alvo	Direcionar fundos públicos para o estímulo e reprodução de formas de trabalho baseadas na autogestão
Forma do trabalho:	Trabalho assalariado e regulação estatal	Trabalho assalariado e assistência estatal	Trabalho autogestionário e

			apoio estatal
Cidadania efetivada por meio de:	Pleno emprego	Direitos sociais atendidos por meio de políticas públicas de transferência de renda	Direitos sociais atendidos por meio de políticas públicas de estímulo e apoio a Economia Solidária
Exemplos de Programas	investimentos estatais, investimentos empresariais, linhas de crédito para grandes projetos.	Programa de garantia de renda mínima, bolsa família, bolsa escola e frentes de trabalho.	Programas de fomento e/ou apoio a Economia Solidária.

Em resumo, ponto forte dos programas voltados para a Economia Solidária é o perfeito entendimento do seu pressuposto mais básico, a saber, o valor fundamental da autogestão, restando ainda um longo espaço para se discutir qual “autogestão” se quer e qual a qualidade da “solidariedade”, hoje ambas estão mais presentes na realidade de um grupo do que numa dimensão maior de reprodução ou articulação inter-organizacional.

Os principais pontos francos são relativos ao pouco tempo, reservado para a “incubagem” (metodologia que também poderia ser questionada), priorização apenas para as cooperativas populares e pouca ou nenhuma disponibilidade de garantia de renda no período de nascimento e constituição do empreendimento, fato extremamente problemático para os grupos mais vulneráveis socialmente. Outra questão é sobre o próprio diagnóstico do desemprego, enquanto a proposta de Economia Solidária ressalta a solidariedade no lugar na competitividade, ou seja, haveria trabalho para todos sem necessariamente depender de outras variáveis, suas práticas concretas ainda estão dependentes do crescimento econômico para ter viabilidade e vender seus produtos no mercado.

Com base no material pesquisado, finalizamos este item apontados os elementos básicos para a constituição de políticas públicas de apoio e/ou fomento da Economia Solidária. Hoje tais elementos, conforme indica o trabalho de campo, estão **desarticulados** e os determinantes da sua existência não são pacíficos, logo, ressaltamos que o principal a se considerar, no campo de um estudo exploratório, é o que o conjunto desses instrumentos está a indicar: talvez o embrião para um **sistema de proteção social de novo tipo**, voltado para os direitos sociais dos trabalhadores autogestionários.

Para melhor entendimento, teríamos então os seguintes aspectos.

A - Ações de fomento:

- ✓ Programas de incubagem e pré-incubagem (formação do grupo, noções preliminares de autogestão e cooperativismo, escolha do negócio, formalização);
- ✓ Socialização do conhecimento (conhecimentos jurídicos, administrativos, técnicos, entre outros).
- ✓ Formação em autogestão e cooperativismo;
- ✓ Disponibilidade de mecanismos de garantia inicial de renda, para os grupos mais vulneráveis socialmente;

B - Ações de apoio

- ✓ Assessorias técnica e jurídica;
- ✓ Formação profissional avançada;
- ✓ Disponibilidade de crédito adequada;
- ✓ Mecanismos que facilitam a comercialização e a criação de redes de empreendimentos;
- ✓ Criação de conhecimentos e tecnologia adequados e/ou disponíveis;
- ✓ Valorização social e cultural do projeto de Economia Solidária;
- ✓ Estatuto da “Economia Solidária” e/ou jurisdição adequada aos trabalhadores em autogestão;
- ✓ Garantias para a autonomia das empresas solidárias e dos envolvidos;
- ✓ Inclusão nos currículos escolares de temas como cooperativismo e autogestão;
- ✓ Sistemas de redistribuição e articulação horizontais inter-organizacional da Economia Solidária e/ou associações de produtores e de consumidores.

Se não há dados suficientes que indiquem qualquer movimento consistente e sustentável pelo projeto da Economia Solidária (o que somente uma pesquisa nacional poderia indicar), podemos inferir que a chave para se apurar tal possibilidade estaria em se discutir como articular tal conjunto (descrito acima) e dar sustentabilidade política para o mesmo (uma vez que hoje são ações pontuais e isoladas), logo, estaríamos rediscutimos, dentro da práxis da Economia Solidária, seu próprio projeto, no sentido de qual a autogestão **possível** e **em disputa** e qual a **qualidade da solidariedade** que se pretende viabilizar.

Considerações finais

Reconhecemos que, apesar de todo o esforço de investigação, sobraram algumas questões abertas (talvez temas para futuras pesquisas), entretanto foi possível desmistificar algumas idéias e recolocar conceitos e problemáticas, além da junção de elementos que permitiram refletir corretamente, no sentido da natureza e dos limites de políticas públicas, efetivamente promotoras da proposta de Economia Solidária.

Dessa forma, ainda que não fosse possível verificar algumas hipóteses, como do surgimento, a rigor, de novas relações de trabalho, diferenciadas do trabalho formal assalariado, e também indicar a existência de qualquer movimento, para a Economia Solidária, em expansão e que se sustente ao longo do tempo, questões difíceis de apurar por meio de uma pesquisa qualitativa, acreditamos que foi possível avançar em outro norte de reflexão e análise.

Nesta perspectiva, podemos considerar que, se as práticas de Economia Solidária estão longe da sua proposta normativa, há que se reconhecer pontos importantes: a novidade em se tratar a questão do trabalho sob outra ótica, levando em consideração uma explicação diferenciada sobre o mesmo: “a competição não seria o único caminho”. O que implica certamente em uma outra perspectiva de políticas públicas, bem como o reconhecimento da existência de grupos de pessoas, fora do mercado formal de trabalho, mas que querem sobreviver, ou ter acesso à renda, a partir de uma outra referência organizacional (tentando se reunir ou se organizar nos empreendimentos solidários), fato que não pode ser ignorado pela sociedade e, em especial, pelo poder público, uma vez que tais pessoas têm direitos sociais que precisam ser respeitados, mesmo que não sejam, necessariamente, grupos vulneráveis socialmente. Com a configuração, recentemente no Brasil, de programas municipais e estaduais de fomento à Economia Solidária, temos outra perspectiva a considerar, que passa desde a problemática do Estado em fomentar grupos de autogestão, até o grau de eficácia destas mesmas ações.

Estamos então diante de dois conjuntos de questões, a questão dos grupos, e a questão dos grupos articulada com a questão da sociedade.

Explicando melhor, sabemos que existem, basicamente, três recortes de análise, no contexto das ciências humanas: o indivíduo, o grupo e a sociedade (com suas instituições). Quando se fala em Economia Solidária, nota-se uma mistura das análises de grupo e de sociedade, o que não permite articular, adequadamente, estas duas perspectivas.

Se levarmos então conta a análise de grupo, estaremos entrando aonde realmente existem as práticas de Economia Solidária, e entrando também na perspectiva de escolha, político-ideológica, que cada indivíduo tem o direito de efetuar. Ficou demonstrado, nas quatro casos estudados, que existe uma preferência por outro tipo de trabalho, mesmo com todas as dificuldades encontradas. Neste horizonte, argumentamos então que optar por um trabalho diferenciado, ou que não seja do tipo formal assalariado, é uma escolha legítima que cada cidadão poder fazer. Se tais escolhas digam respeito à formação de grupos solidários, como estratégia de trabalho e renda ou como estratégia de um modo de vida diferenciado, é preciso respeitar tais escolhas e analisar quais são suas problemáticas e limites, para poder trabalhar adequadamente sua viabilidade. Foi o que fizemos no capítulo III, principalmente nas dinâmicas de grupo, onde foi possível apurar e inferir alguns elementos chaves pela dinâmica de grupo. Nestas dinâmicas, vimos que dos quatro grupos pesquisados, apenas um indicou concretamente uma opção ideológica entendendo o significa da autogestão. Os demais priorizam a sua sobrevivência, porém uma sobrevivência situada na realidade de grupo, e não apenas individual. Eles destacam que somente se o coletivo sobreviver, frente ao mercado, é que a sobrevivência de cada um estará garantida.

Logo, levando em consideração apenas a análise de grupo, observamos algumas contradições, mas também é possível verificar certos avanços.

Entre os avanços, destacamos os ganhos que se tem, sob o ponto de vista das relações humanas, quando se questiona a idéia da competição como única saída, mesmo que a realidade do mercado seja outra. Com isso uma nova subjetividade é proposta e experimentada, principalmente reforçando a postura do indivíduo frente ao grupo, postura de participação e responsabilidade mútua, como vimos. A cidadania é exercitada já na realidade do trabalho, quando cada um é chamado a opinar, decidir, conhecer seu espaço, seus direitos, mas também suas obrigação e limites em relação ao coletivo. Todas as dinâmicas de grupo evidenciaram esta tensão: a de como se portar frente a um coletivo, como proceder sem patrão, como prestar contas e se comunicar com os seus sócios ou parceiros, sendo a figura do patrão inexistente, tem-se outras oportunidades e desafios. A transparência acaba sendo a essência de um modo de trabalhar que procurar ser autogestionário, assim como o segredo (segundo vários estudos) é a essência da burocracia. Existe ainda um ganho econômico, se não há a figura do patrão, então não há extração imediata de mais valia, pois a figura do lucro, enquanto categoria social e não contábil, é estranha às organizações baseadas na autogestão, por definição.

Apesar de todos os potenciais ganhos, acima destacados, há ainda outros problemas a serem considerados, como ficou demonstrado nos depoimentos do gestores e na análise dos casos, mesmo pesquisando casos bem sucedidos.

Se fizermos uma trajetória que vai do grupo para questões mais amplas (análise de sociedade), podemos começar observando questões referentes ao convívio entre os trabalhadores sócios, até chegar à problemática do grupo frente à problemática da sociedade (Estado e mercado), quando entra em jogo outra questão, a viabilidade dessas iniciativas.

Nesta perspectiva, problematizando um pouco a questão da postura do indivíduo frente ao grupo, principalmente no diz respeito às concepções e expectativas, presentes nos próprios trabalhadores, que pretendem organizar um empreendimento autogestionário ou baseado na Economia Solidária, temos três tipos de posturas (conforme definição de Rosenfield. 2003), o engajamento, a adesão, e o recuo. Os engajados são aqueles que conhecem todos os princípios da Economia Solidária, e estão comprometidos com um projeto político-ideológico de transformação social. Já a adesão é o comportamento daqueles que, de início, não entraram em um empreendimento solidário por convicção, mas sim por necessidade, entretanto por meio de um processo de conscientização, percebem o “projeto” da Economia Solidária e aderem conscientemente a ele. Por fim a postura do recuo é aquela que se refere a uma condição determinado dos participantes, tal condição é que eles apenas estão, na cooperativa ou empreendimento solidário, por falta de uma opção melhor, sua relação com a Economia Solidária é neste caso instrumental. Essas constatações nos remetem a uma outra problemática, a subordinação de um grupo ao outro, ou seja, para aquelas pessoas com a postura do recuo, os demais se apresentaram como “patrões” ou mesmo como “opressores”. Por sua vez, temos também uma tensão: se por um lado a autogestão pode gerar, pela sua própria natureza, economia de recursos, uma vez que a instituição do lucro é estranha aos seus princípios, ela também gera um esforço adicional para os seus membros. Tal esforço refere-se à necessária participação ativa dos trabalhadores sócios, já que na condição de assalariados, bastava obedecer às ordens. Logo, cada trabalhador, além de se preocupar com sua função particular, tem ainda uma prerrogativa adicional, conhecer minimamente a sua empresa ou empreendimento, saber sobre a situação financeira e sobre as estratégias de produção e mercado, para assim ter condições mínimas de poder deliberar concretamente como sócio, e agir como sujeito do seu empreendimento, dentro de um processo de negociação permanente e muitas vezes conflituoso.

Introduzindo a questão da sociedade, ainda sob a ótica de análise de grupo, vemos então outro conjunto de limites, primeiro no que diz respeito ao contexto cultural e educacional que vivemos,

uma vez que todo o nosso sistema educacional foi desenhado apenas com base na relação patrão-empregado (salvo exceções), cria-se uma idéia de naturalização, como se outras formas de se produzir ou viver simplesmente não fossem possíveis. Nas dinâmicas de grupos e também em muitos textos sobre Economia Solidária, encontramos depoimentos sobre a dependência que se cria no imaginário das pessoas, uma dependência de sempre receber ordens ou de simplesmente não se poder vislumbrar um outro tipo de trabalho, e ser o sujeito do mesmo. Tal “cultura” dificulta a incorporação de princípios baseados na autogestão, pois na medida em que os próprios sujeitos do empreendimento não se envolvem ou não querem se envolver, toda uma estrutura de heterogestão sutilmente vai se instalando (ou retornando) nas práticas cotidianas.

Pelo exposto, somente levando em conta essa análise de grupo, já podemos inferir quais as contradições da Economia Solidária - enquanto prática social - e as problemáticas da sua viabilidade. Vale registrar ainda que a própria literatura, produzida para e no contexto da Economia Solidária, evidencia claramente seus desafios, obstáculos e contradições, todas elas confirmadas pelo que foi possível analisar do material de campo.

Ressaltamos então duas questões chaves: (1) Em primeiro lugar, pesquisas em geral indicam que os empreendimentos ou grupos solidários, na sua maioria, são constituídos sob precárias condições e com tecnologias rudimentares ou atrasadas, assim tem sido com as cooperativas e empresas autogestionárias nascidas de massa falida, ou aqueles empreendimentos construídos juntos aos setores marginalizados, como o caso de cooperativas de catadores de lixo, costureiras, entre outros. A não incorporação do progresso técnico tem uma dupla implicação, primeiro dificulta a viabilidade econômica dos empreendimentos, segundo, dificulta relações de trabalho menos antagônicas ou menos desiguais, dentro desses mesmos empreendimentos, ou seja, há um concreto obstáculo para uma autogestão efetiva; (2) Existe todo um contexto econômico que não se pode negar, tal contexto interfere duramente na viabilidade dos empreendimentos, seja pela saturação do mercado ou pouca expansão do mesmo, seja na disposição de linhas de crédito, seja ainda pela existência, ou não, de infra-estrutura adequada disponível (estradas, meios de transportes, comercialização, crédito, entre outros).

Vemos então que a autogestão praticada é limitada aos aspectos gerenciais mais imediatos - plano de contas, vendas, divisão de tarefas, legalização, pagamento de impostos. Por isso não é possível ter autonomia suficiente para questionar outras questões fundamentais, tais como: redução do tempo de trabalho, quantidade de produção, incorporação do processo técnico, entre outros. Colocando a questão de outra forma, a busca efetiva, por melhores condições de trabalho e renda, na

perspectiva da sua qualidade de vida e não apenas da viabilidade financeira do empreendimento, é algo muito limitado.

Sendo assim, a solidariedade fica restrita ao grupo, cedendo lugar para a competição, quando se trata de sobreviver dentro do mercado capitalista, além da necessidade de expansão deste mesmo mercado (crescimento econômico), para que os grupos possam vender seus produtos. Trata-se de uma contradição da Economia Solidária. Também constatamos a necessária configuração de instrumentos ou políticas públicas, para dar conta de um contexto social, cultura e econômico desfavorável, logo, o fundo público, de uma forma ou de outra, entra em cena como elemento viabilizador dos empreendimentos solidários. Outra contradição, a princípio, da proposta de Economia Solidária.

Neste ponto, já estamos considerando a análise de grupo conjuntamente com a questão do Estado e da organização do trabalho, ou seja, articulando as análises de grupo e de sociedade.

Nesta ótica, temos então um outro conjunto de questões para se resolver: qual o projeto político-ideológico da Economia Solidária? Qual a solidariedade pretendida, ela extrapola a solidariedade de grupo? Qual a autogestão pretendida, autogestão do trabalho, da produção ou autogestão social? Como situar o Estado?

Dentro de um contexto mais amplo, fica difícil concluir, como já ressaltamos, que se esteja criando novas relações de trabalho, ou que haja uma contraposição efetiva às causas estruturais do desemprego, no que diz respeito à distribuição da produtividade e do tempo de trabalho. Os grupos solidários continuam a depender do mercado ou mesmo da sua expansão, e também não se questiona a lógica heterogestionária do Estado - o fundo público é utilizado na medida em que gera postos de trabalho e não porque há uma conquista social. Autogestão do grupo aponta então para as estratégias da “união para competir” e da eliminação da figura do patrão, logo, eliminação do lucro enquanto extração imediata de mais valia, mas não apontam para a eliminação integral da extração de mais valia, que continua sendo extraída pelos mecanismos de mercado (juros e subordinação às grandes empresas).

Inferimos então que políticas públicas para a Economia Solidária só podem estar voltadas para a solidariedade de grupo. Isto porque não há um questionamento concreto dos mecanismos de mercado e nem da qualidade do Estado. A busca é pela geração de trabalho e renda por meio da constituição de grupos solidários. Tanto é verdade, que nos depoimentos, especialmente dos gestores, indicou-se a subordinação da Economia Solidária à geração de trabalho e renda ou a políticas de desenvolvimento local. O mesmo pode ser deduzido se observamos que a entrada na agenda

governamental, de programas pró Economia Solidária, é realizada pela questão de gerar postos de trabalho, o que faz com que os instrumentos de intervenção (políticas públicas), estejam de acordo com os mecanismos de mercado.

Por outro lado, tais práticas permitem, mesmo considerando os seus limites, um olhar diferenciado sobre o desemprego, oferecendo subsídios para uma agenda diferenciada de políticas públicas. Como vimos, para a viabilidade dos empreendimentos solidários, existe a necessidade de um conjunto de instrumentos, abordando diferentes aspectos da reprodução social, e para que um grupo tenha efetivamente autonomia, não basta apenas utilizar os tradicionais instrumentos de transferência de renda (bolsa trabalho ou bolsa família) ou de qualificação profissional, é preciso trabalhar a formação do indivíduo enquanto sujeito pleno, o que vai desde ações de alfabetização até uma formação mais elaborada, sobre gerenciamento e técnicas de produção, além de trabalhar com a subjetividade de cada um, na perspectiva da conscientização em como conviver dentro de um coletivo e como participar ativamente deste. Tais fatos foram consensos em todas as entrevistas como os gestores dos programas. Desse modo, a estratégia é reforçar laços de solidariedade internos, para se ter força frente às hostilidades do mercado competitivo (o que em si já seria um programa alternativo de geração de trabalho e renda, frente a uma concepção predominante de estímulo à competição e ao individualismo). Logo, temos então uma luta para se vencer os **limites e as contradições**, embutidos no processo de se criar um tipo de trabalho oposto ao trabalho heterogestionário (ou trabalho formal assalariado), ainda que seja uma prática limitada, no presente contexto, à constituição de grupos solidários.

Novamente surge a questão da contradição, o que nos leva a inferir que hoje a Economia Solidária é, essencialmente, um projeto em contradição.

Antes de prosseguir, acreditamos ser necessário um esclarecimento: o que significa rigorosamente dizer que algo está em contradição? Significaria simplesmente que tais constatações são falsas ou utópicas?

Para um entendimento mais claro sobre o argumento deste trabalho, importa explicitar que estamos entendendo contradição como o choque de duas realidades antagônicas ou opostas dentro de um mesmo contexto histórico, e não necessariamente uma equação que é falsa apenas porque um dos seus termos não é coerente com o outro.

Logo, argumentamos então, com base no exposto até aqui, que quanto mais próxima estiver à Economia Solidária de uma proposta de autogestão efetiva (livre de antagonismos), mais **contraditória** ela será em relação ao modo de produção capitalista, dessa forma, sua sustentação e

viabilidade estariam condicionadas a lutas políticas de conquista e de questionamento do mercado (contrapondo a lei de valor) e do Estado (conquistando mecanismos de reprodução social para o trabalho autogestionário).

Hoje essa contradição é resolvida simplesmente pela sua adequação à ordem econômica e social vigente, utilizando então alguns instrumentos de políticas públicas (estatais ou não), voltadas para sua viabilidade. Porém existem outras possibilidades latentes que podem ser consideradas.

Tais possibilidades derivam das seguintes perguntas: Qual autogestão? Qual solidariedade?

Talvez uma articulação política, entre trabalhadores de diferentes grupos, configurando uma solidariedade que entravasse a realidade dos empreendimentos, conjuntamente com incorporação de progresso técnico, é que seria possível avançar na direção de uma autogestão concreta. Uma possibilidade de luta, aberta com a organização de empreendimentos ou grupos baseados na autogestão.

Com isso, se autogestão do grupo aponta para a estratégia da “união para competir”, sem oposição ao mercado e dependente da expansão econômica, logo, sem atacar causas estruturais do desemprego, a autogestão da produção apontaria para a redistribuição da produtividade e do tempo de trabalho e um Estado de outra qualidade, ou seja, uma autogestão efetiva e solidariedade além do grupo - uma solidariedade de classe.

Entretanto, tal tarefa pertenceria, nosso ver, aos cidadãos da Economia Solidária – os trabalhadores que efetivamente querem fazer valer sua condição de sujeitos, afinal, como pode haver uma mudança social, questionadora de antagonismos, como é a autogestão, sem um movimento político articulado pelos próprios trabalhadores? A lacuna que fica é se as práticas de Economia Solidária estão caminhando nessa direção e formando uma subjetividade autogestionária, como se supõe da sua proposta, ou se a autogestão é algo secundário e apenas instrumento gerencial na realidade dos grupos solidários? Ainda assim, se a tendência for esta última, acreditamos continuar válida qualquer iniciativa, de gerar trabalho e renda, na perspectiva do grupo e no enriquecimento da cidadania, ou seja, pela formação de sujeitos ativos dentro da esfera do trabalho.

Para concluir, recuperamos então que a Economia Solidária pode ser considerada como parte de um movimento social pelo trabalho emancipado (livre de antagonismos), sendo que este não se resume àquela, e que opta pela centralidade da organização do trabalho, para explicar a exclusão e o desemprego, e também opta pela autogestão, como prática de inclusão e organização. Tal proposta é condicionada pelo contexto tecnológico e econômico atual, que aponta não apenas suas contradições, mas também o que importa para se viabilizar empreendimentos solidários, o que vai incorporar o

Estado neste processo. Entretanto, assim como a forma de trabalho assalariado demandou certa qualidade de desenvolvimento ou reprodução social, um tipo de trabalho, efetivamente autogestionário, também o demandaria, para sua viabilidade. Por isso é que programas governamentais, para terem mínimas condições de fomentar e viabilidade grupos solidários, precisam criar instrumentos que levam em consideração, ainda que de forma isolada, diferentes aspectos da reprodução social (dentro das limitações institucionais existentes), e por isso que consideramos verdadeira a hipótese de incluir, como elemento constitutivo da Economia Solidária, a questão da cidadania. Logo, não sabemos ainda se a proposta, de uma Economia Solidária, terá força política para promover alguma mudança social significativa, mas podemos afirmar que tal disputa permite algumas possibilidades, entre elas, talvez uma cidadania aprofundada pela implementação efetiva de práticas de autogestão.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, M. *O “Feminino Criador”*: *SocioEconomia Solidária e Educação*. Texto apresentado na Reunião Anual da ANPED. PACS. Setembro de 1998.
- ARAÚJO, Carolina Lopes. *As Cooperativas de Seringueiros como instrumento de desenvolvimento local*. IX colóquio internacional sobre poder local. Salvador. BA. 15 a 19 de junho, 2003.
- AZEVEDO, Alessandra Bandeira Antunes. *Inovação tecnológica em empreendimentos autogestionários: Utopia ou possibilidade*. IX colóquio internacional sobre poder local. Salvador. BA. 15 a 19 de junho, 2003.
- BENINI, Edi Augusto. *Economia Solidária, Estado e Sociedade Civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas?* In. Revista Organizações e Democracia. N.4. Pg. 3-22. Marília. 2003.
- BENEVIDES, M. V. de M. *A cidadania ativa*. São Paulo, Ática, 1996.
- BOURDIEU, P. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- CASTELLS, Manuel. *Para o Estado-Rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação*. In. BRESSER PEREIRA, et. al. (Orgs). *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo. Editora Unesp. 1999.
- COSTA, Pedro de Almeida. *Procurando desvendar uma nova lógica de trabalho: um relato de três oficinas de gestão para empreendimentos de Economia Solidária*. IX colóquio internacional sobre poder local. Salvador. BA. 15 a 19 de junho, 2003.
- CRUZ, Antonio. *Uma contribuição crítica as políticas públicas de apoio à Economia Solidária*. Artigo produzido originalmente como trabalho de conclusão da disciplina “Economia Solidária”, oferecida pelo PPG em Economia da FEA-USP, em 2001/II, sob a responsabilidade do Prof. Dr. Paul Singer. Janeiro de 2002.
- DEJOURS, Christopher. *A Banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro. F.G.V. 1999.
- DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA - Secretaria Do Desenvolvimento E Dos Assuntos Internacionais - Governo Do Estado Do Rio Grande Do Sul, 2001.**
- DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social – propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis. Vozes, 1998.

Economia Popular Solidária – Pesquisa/Ação: regiões Altos da Serra, Grande Porto Alegre e Sul / RS. CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional. 2002

FERNANDES, R. C. *Elos de uma cidadania planetária.* In Revista Brasileira de Ciências Sociais. n. 28 ano 10, junho de 1995.

FIORI, J. L. (org). **Estado e moeda no desenvolvimento das nações.** Petrópolis. Vozes. 2000.

FRANÇA FILHO, G. C. de. *Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular – traçando fronteiras conceituais.* In. BAHIA ANÁLISE & DADOS. Salvador, SEI. V. 12. N.1. Junho 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa.* São Paulo. Ed. Paz e Terra. 1998.

FREITAS, Marcos Cezar de. *A reinvenção do futuro.* Bragança Paulista, SP. Contez. 1996.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico.* Paz e Terra.

FURTADO, Celso. *O capitalismo global.* Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1998.

GUILLERM, Alan e BOURDET, Yvon. *Autogestão: uma mudança radical* (tradução de Hélio Pólvora). Rio de Janeiro. Zahar editores. 1997.

FUKS, Mario. *Definição de agenda, debate público e problemas sociais: Uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social.*

HOBSBAW, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX; 1914-1991.* São Paulo. Companhia das Letras. 1995.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto.* Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1976.

MANCE, Euclides André. *Governo Lula e Economia Solidária – Desenvolvimento Sustentável, Geração de Trabalho e Renda e Erradicação da Fome.* Fonte: <http://www.ecosol.org.br/EuclidesMance>. 30 de março de 2003.

MANZINI-COVRE, Maria de Lurdes. *O que é cidadania.* São Paulo. Brasiliense, 1995.

MARQUES, Rosa Maria. *A proteção social e o mundo do trabalho.* São Paulo. Biental. 1997.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status.* Rio de Janeiro. Zahar. Editores. 1967.

MARX, Karl. *O Capital – crítica à economia política. Vol I.* Lisboa. 1990.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e questão social – crítica ao padrão emergente de intervenção social.* São Paulo, Cortez, 2003.

MOTTA, F. C. P. *O que é burocracia.* São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. 1981.

MOTTA, F. C. P. *Burocracia e Autogestão a Proposta de Proudhon.* São Paulo: Brasiliense. 1981.

- MOTTA, F. C. P. *Organização e Poder*. São Paulo. Atlas. 1986.
- MOTTA, F. C. P. *Alguns precursores do participacionismo*. In. VENOSA, R. (org.). *Participação e participações (ensaios sobre autogestão)*. São Paulo, Babel Cultural, 1987.
- NAVARRO, Vicente Navarro. *Produção e estado de bem-estar, o contexto político das reformas*. IN Revista Lua Nova 28/29, pg. 157-199, 1993.
- POCHMANN, Marcio (org.). *Outra cidade é possível – alternativas de inclusão social em São Paulo*. São Paulo, Cortez, 2003.
- PLANO DE AÇÃO 2004** – Ministério do Trabalho e Emprego – Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília. 2004.
- PROGRAMA DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA**. Governo do Rio Grande do Sul – Estado da Participação Popular – Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais. Porto Alegre, junho de 2001.
- PROGRAMA OPORTUNIDADE SOLIDÁRIA**. Prefeitura da Cidade de São Paulo – Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, São Paulo, maio de 2002.
- ROSENFELD, Cínara L. *A autogestão e a nova questão social: repensado a relação indivíduo-sociedade*. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. GT ANPOCS. Seminário intermediário. USP. 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado*. In. BRESSER PEREIRA, et. al. (Org.). *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo, Editora Unesp, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2002.
- SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1987.
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego – diagnóstico e alternativas*. São Paulo. Contexto. 1998.
- SINGER, Paul. *Economia Solidária no Brasil*. São Paulo. Contexto. 1998.
- SINGER, Paul. *Introdução a Economia Solidária*. São Paulo. Contexto. 2001.
- SILVA, F. L. G. *Gestão da Força de Trabalho e Capital*. In Estudos de Sociologia Faculdade de Ciências e Letras, UNESP Campus de Araraquara, ano 2, n. 3, p.35-54, São Paulo, 1997.
- SILVA, F. L. G. *A Fábrica como Agência Educativa: A Gestão da Força de Trabalho no Sistema Toyota de Produção*. Faculdade de Ciências e Letras UNESP Campus de Araraquara. In Temas Ano 5, n. 4, p.163- 193, São Paulo. 1998.

SILVA, F. L. G. *O discurso eficientista na teoria organizacional: uma análise crítica*. Publicado na Revista Spei – Curitiba – vol.3 p. 29-37, jan/jun. 2002.

STORCH, Sergio. *Uma perspectiva estrutural sobre cooperativas industriais*. In. FERNANDO C. P. MOTTA ... (et al); ROBERTO VENOSA (org.) *Participação e participações – ensaios sobre autogestão*. São Paulo, Babel cultural, 1987.

SUNKEL, Osvaldo. *Globalização, neoliberalismo e reforma do Estado*. In. BRESSER PEREIRA, et. al. (Org.). *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo. Editora Unesp. 1999.

RICO, Elizabeth (Org.) *Avaliação de Políticas Sociais – Uma questão em debate*. São Paulo. Cortez. 1998.

TEORIA DA ORGANIZAÇÃO. Clodomir Santos de Moraes – PAE – Programa de Auto Emprego. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, parceria FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura e ABC – Agência Brasileira de Cooperação

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo. Ática. 1974.

ANEXOS

ANEXO 1 – questionário para gestores

QUESTIONÁRIO PARA GESTORES

DATA:

PROGRAMA:

Variáveis e questões para a investigação

- 1) Políticas Públicas voltadas para a Economia Solidária (PPES) são:
 - a. conquista da sociedade civil?
 - b. projeto secundário da instituição?
 - c. projeto principal da instituição?
 - d. projeto político de um grupo social comprometido com a proposta?
 - e. Recursos alocados em relação a instituição?

- 2) Estratégia de PPES (identificar, no discurso, o que se pretende com o programa):
 - a. geração de trabalho e renda
 - b. desenvolvimento
 - c. outra

- 3) Há alguma preocupação em se criar uma nova subjetividade? Qual? Como? (identificar a preocupação em se construir uma cultura favorável a autogestão)

- 4) Justificativas técnicas e sociais do projeto?

- 5) PPES e suas intervenções abrangem:
 - a. formação em autogestão?
Como? Tempo? Quem? Conteúdo? Metodologia?

 - b. treinamento em negócios / empreendedorismo?
Como? Tempo? Quem? Conteúdo? Metodologia?

 - d. processo de conscientização / sensibilização?

 - e. como é feito o contato com as pessoas ou a comunidade?

 - f. existe preocupação com o conjunto dos empreendimentos? (redes, articulações)

 - g. se sim, como, quais os projetos e estratégias?

 - h. há linhas de crédito?
Como? Requisitos? Valor Máximo?

- 5) Referências para o desenho do programa
 - a. literatura. Principais livros ou textos?
 - b. engajamento dos gestores?
 - c. movimentos sociais
 - d. exemplo de outros programas
 - e. outros

- 6) Como é o monitoramento?
- tipo de informação
 - período de coleta
 - tem produtos / resultados / impactos?
 - avaliação? Tipo (processos, resultados, impactos)
 - dados objetivos disponíveis:
- 7) Preocupação com a infra-estrutura?
- sim ou não
 - tipo (transportes, pesquisa, ...)
 - origem dos recursos e financiamentos
- 8) Perspectivas e demandas para a Secretaria Nacional de Economia Solidária.
- 9) Origem das iniciativas / empreendimentos (para situar minimamente o público alvo com que se trabalha)
- a. massa falida
 - b. de um grupo já formado
 - c. da comunidade
 - d. de movimentos sociais
 - e. fomentado pela universidade
 - f. fomentado pelos sindicato
 - g. fomentado pelo próprio programa
- 10) Parceiros do programa e seus papéis (identificar a existência ou não de articulações interorganizacionais)
- 11) Conceitos de referência: breve descrição de cada um deles ou sinônimos.
- f. Economia Solidária
 - g. Cooperativismo
 - h. Solidariedade
 - i. Autogestão
- 12) Engajamento dos envolvidos na maior parte dos casos (Engajamento percebido ou declarado):
- a. paternalista - não conseguem entender os princípios da autogestão.
 - b. calculo instrumental – entendem, mas preferem trabalho assalariado.
 - c. engajados ao projeto político-ideológico autogestionário.
- Por que há tal tipo de engajamento? (identificar quais são as questões percebidas ou assumidas sobre a formação do grupo e a formação em autogestão)
- 13) Como é tratada a questão temporal, ou seja, o tempo necessário para o programa obter resultados e o tempo político da prefeitura (mandato, prestação de contas).
- 14) O programa selecionou ou tem preferência em formar algum tipo específico de cooperativa?
- Deliberação (cada cabeça um voto?)
 - Rendimentos (grau de diferença entre as retiradas, percentual de investimentos sobre a receita bruta)
 - Patrimônio (percentual de capital indivisível, funcionamento da repartição por cotas ou do capital, formas para integração de novos sócios)
- 15) Principais problemas e obstáculos do programa:
- 16) Selecionar um caso bem sucedido para pesquisa

ANEXO 2 – questões para a dinâmica de grupos

QUESTIONÁRIO PARA OS COOPERADOS – GRUPO FOCADO

PESQUISADOR: Edi Augusto Benini – mestrando em Administração Pública e Governo: EAESP – FGV.

DATA: ____/____ Cooperativa ou Empresa: _____

DADOS OBJETIVOS:

1 – Tempo que existe o grupo _____ ; tempo da cooperativa _____; tempo de incubação _____

2 – Como são tomadas as decisões? Periodicidade das assembléias _____
Cada trabalhador tem direito a um voto? sim ou não.

3 – Existe contas-parte? S ou N. Valor de cada uma? _____
Como é a entrada de novo sócio?

4 – Critérios para repartir as sobras:
Horas trabalhadas? Antiguidade da pessoa? Tipo de trabalho?

Valor médio mensal? _____ Tem outras rendas próprias? Sim ou não
As diferenças de retiradas são grandes? (menor e maior salário)

5 – Número de pessoas da empresa ou cooperativa? _____
Tipo de formação média?

Existem trabalhadores que não são sócios? Sim ou não. Quantos? _____

DADOS SUBJETIVOS:

1 – Por que a escolha pela cooperativa, cooperativismo e pela autogestão?

2 – Comparando com o trabalho tradicional com chefe, patrão; mudou alguma coisa? O que mudou?
Voltariam a ser assalariados e trabalhando para um chefe?

3 – O que vocês entendem por autogestão e por solidariedade? O que é Economia Solidária?

4 – Como tem sido a luta de vocês para viabilizar a cooperativa ou empresa? Quais os apoios e problemas encontrados?

5 – Em que medida cada um de vocês se considera agente, sujeito da empresa ou cooperativa?

ANEXO 3 – instrumentos para a Economia Solidária

PROGRAMA-INSTRUMENTO	OBJETIVO
<u>Redes de Economia Solidária</u>	Integrar empreendimentos solidários de produção, comércio, serviços, crédito e consumo, realizando reinvestimentos coletivos, fortalecendo e criando novas empresas.
<u>Complexos cooperativos</u>	Integrar empreendimentos autogestionários, com especialização setorial, para estreita cooperação entre si.
<u>Cooperativas de consumo e grupos de aquisição solidária</u>	Facilitar o acesso a bens de consumo com qualidade técnica, ambiental, social e ecológica, a preços melhores ao conjunto dos consumidores.
<u>Empreendimentos solidários de produção e serviço</u>	Organizar empreendimentos autogestionados para atender prioritariamente às demandas de consumo e serviços locais, privados e públicos.
<u>Feiras de Economia Solidária</u>	<ul style="list-style-type: none"> * Possibilitar a comercialização dos produtos solidários e divulgação de serviços, facilitando o encontro direto entre produtos e consumidores. * Levar os produtos e ofertas de serviços solidários aos diversos bairros e regiões. * Ofertar atividades de educação popular e promover manifestações culturais locais.
<u>Loja de Comércio solidária</u>	<ul style="list-style-type: none"> * Manter locais permanentes de vendas de produtos solidários. * Viabilizar a comercialização permanente nos diversos bairros dos produtos fornecidos no terminal municipal de Economia Solidária.
Comércio justo internacional	<ul style="list-style-type: none"> * Exportar produtos solidários para diversos países. * Manter comunicação constante e atualização de informações junto à IFAT e EFTA, que são organismos que coordenam o comércio justo mundial e europeu.
<u>Mostras regionais, estaduais e nacionais de Economia Solidária</u>	<ul style="list-style-type: none"> * Divulgar os produtos e serviços ao público em geral. * Facilitar parcerias e contratos entre empreendedores de um mesmo setor ou cadeia produtiva. * Mapear empreendimentos, produtos e serviços. * Realizar atividades educativas para empreendedores e consumidores, shows artísticos e eventos culturais.
<u>Selo da Economia Solidária e sistema participativo de certificação</u>	* Identificar os produtos e serviços da Economia Solidária para os consumidores em geral.

	* Assegurar as qualidades técnicas, ecológicas e solidárias dos produtos e serviços.
Catálogos de produtos, serviços e comércio	* Divulgar os produtos e serviços da Economia Solidária. * Divulgar os pontos comerciais solidários (lojas, feiras, mercados, etc.). * Levar informação adicional de campanhas de consumo solidário.
Rede de comércio solidário	* Viabilizar o escoamento da produção do conjunto das redes e dar suporte operacional às cooperativas e organizações de consumo. * Integrar lojas, feiras, quitandas, clubes de trocas e outras formas de comércio solidário.
Fundo solidário de desenvolvimento local	Financiar atividades dos Bancos Comunitários, Cartões de Crédito Solidários, Fundos Rotativos e ações deliberadas pelo conselho de desenvolvimento local.
Banco do Povo	Fornecer microcrédito diretamente para pequenos empreendimentos e prestadores de serviços
<u>Banco Comunitário</u>	Gerar sistemas de microcrédito administrados pela própria comunidade, atendendo demandas de consumo e produção de um bairro ou comunidade local que é a sua área de abrangência.
Cartões de crédito solidário	Instrumentos implementados pelos Bancos Comunitários como forma de ativar as vendas de empreendimentos conveniados no comércio local (em um bairro ou comunidade) e induzir o consumo dos produtos gerados na própria região.
<u>Cooperativa de crédito</u>	Possibilitar que a poupança local possa financiar processos produtivos também locais.
<u>Clubes de troca com moeda social</u>	Ativar fluxos de intercâmbio comunitário locais, como forma de geração de renda suplementar aos participantes.
Terminais municipais de Economia Solidária	* Abastecer as cooperativas de consumo, grupos de aquisição solidária e as lojas da rede de comercialização. * Interligar as lojas solidárias, organizações de consumo e empreendimentos produtivos aos entrepostos de Economia Solidária distribuídos nos estados, facilitando a circulação de produtos entre as diversas regiões.
Entrepostos regionais de Economia Solidária	Conectar os terminais de comercialização em um sistema logístico de armazenamento e distribuição, facilitando circulação dos produtos

	entre as regiões do estado e interestadualmente.
Bolsas de negócios	Facilitar transações econômicas entre empreendedores solidários, cruzando ofertas e demandas por insumos, produtos e serviços, remontando cadeias produtivas, viabilizando a produção sob demanda, evitando a evasão dos recursos gerados no interior das redes.
Portal da Economia Solidária – a tecnologia da informação a serviço do desenvolvimento sustentável	* Possibilitar conexão entre produtores e consumidores e de empreendimentos entre si, valendo-se da tecnologia da informação. * Divulgar produtos, serviços e informações aos consumidores; facilitar a remontagem das cadeias produtivas e transferência tecnológica; instrumentar o mapeamento de empreendimentos solidários; dar suporte à bolsa de negócios e oferecer serviços de comércio eletrônico para as redes de comercialização; divulgar a agenda da Economia Solidária e disponibilizar mecanismos de comunicação em rede; fornecer softwares solidários e materiais pedagógicos, para qualificação técnica, ecológica e social dos empreendimentos.
Incubadoras de empresas e centros de apoio à Economia Solidária	* Contribuir com o nascimento e amadurecimento de pequenos empreendimentos solidários, com acompanhamento especializado em cada área. * Realizar atividades diversas de capacitação e apoio organizativo.
Bolsa escola	Garantir renda mínima às famílias pobres como crianças em faixa etária escolar.
Primeiro emprego	Proporcionar qualificação, estágios supervisionados e remunerados nos setores público e privado, preferencialmente em empreendimentos solidários.
Recomeço	* Proporcionar qualificação, trabalho e renda para trabalhadores na faixa etária acima de 40 anos em situação de desemprego de longa duração. * Facilitar a sua integração em empreendimentos de Economia Solidária, cooperativas e empresas de autogestão.
Urbanização comunitária	Proporcionar obras públicas, trabalho e renda para a população do próprio bairro.
Licitações Pulverizadas	Induzir os estados e municípios a desconcentrar os investimentos

	municipais, permitindo-se a participação de um maior número de empresas, dando-se preferência a empreendimentos de Economia Solidária.
--	--

Fonte: Mance, 2003. www.ecosol.org.br/EuclidesMance

ANEXO 4 – áreas e setores da reprodução social

<p>ATIVIDADES PRODUTIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> Agricultura e pecuária Exploração florestal Pesca Mineração Construção Indústria de transformação
<p>INFRA-ESTRUTURAS ECONÔMICAS</p> <ul style="list-style-type: none"> Transportes Telecomunicações Energia Água e saneamento
<p>INTERMEDIÇÃO COMERCIAL E FINANCEIRA</p> <ul style="list-style-type: none"> Intermediação comercial Intermediação financeira

INFRA-ESTRUTURAS SOCIAIS

Saúde

Educação

Gestão do conhecimento

Tecnologias do conhecimento

Espaço da educação e espaços do conhecimento

Os desafios institucionais

Cultura, informação e entretenimento

Urbanismo, habitação e redes de proteção social

Turismo e esportes

GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

Alocação de recursos

Justiça e segurança

Representação política

Os atores sociais

A regulação internacional

Articulação dos mecanismos de regulação

Fonte: *livro – A reprodução social – Ladislau Dowbor, Petrópolis, Vozes, 1998.*